



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA-PPGH**

LAURA CARVALHO DOS SANTOS

***Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a
partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza.
Salvador.(1808-1828)***

**Salvador-Ba
2008**

LAURA CARVALHO DOS SANTOS

Homens e Natureza: saberes e usos de plantas medicinais a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Salvador. (1808-1828)

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGH), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.

Banca Examinadora:

Prof^ª Dr^ª Gabriela dos Reis Sampaio (Orientadora)

Prof. Dr. Iraneidson Santos Costa

Prof^ª Dr^ª Lina Maria Brandão de Aras

Salvador-Ba
2008

Aos homens e mulheres que, de diversas maneiras, produzem, propagam e conservam o conhecimento sobre as dádivas da Natureza.

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação contei com a ajuda de muitas pessoas, que me apoiaram e incentivaram, o que possibilitou hoje ele esteja concretizado e a pesquisa sobre este tema tão rico, iniciada.

Agradeço, em especial, a minha orientadora e parceira desta jornada, em horas tranquilas e difíceis, Gabriela Sampaio, com quem muito aprendi. Obrigada por acreditar, assim como eu, que era possível.

Lina Maria Brandão de Aras, outra parceira neste caminho, desde que iniciei a vontade de pesquisar o tema e que “conheci” o viajante Antônio Moniz de Souza, até hoje. Sou grata pelas pertinentes críticas na Banca de Qualificação, pela ajuda com bibliografia, e pelas outras muitas demonstrações de carinho e amizade.

À professora Graça Teixeira, pela ajuda. Lígia Bellini, pelo incentivo, apoio e generosidade em momentos que foram cruciais. Tânia Salgado Pimenta, que sempre gentil e disposta ao diálogo e a me ajudar, participou da banca de Qualificação e enriqueceu o trabalho com suas críticas e sugestões e indicação de bibliografia.

Aos funcionários e funcionárias dos arquivos e bibliotecas onde pesquisei, pela atenção e boa vontade, em especial à Marina e D. Lúcia da FFCH, pelo carinho e presteza.

Aos amigos, e em especial a Liane Amorim, outra parceira “do início ao fim”, pelos incentivos, conversas, risadas, apreensões compartilhadas e fé de que “*o Universo conspira a nosso favor*”. Rosângela Oliveira, pelo carinho, amizade e força em vários momentos.

Quero agradecer, à minha família. Meus pais, irmãos, sobrinho e cunhado-irmão. José, Maria, Iraci, Isaías, Lucas e Washington. Obrigada pelo incentivo, por apoiarem

meus sonhos e objetivos, estarem junto nos momentos difíceis e, sobretudo, por rirem comigo e comemorar cada vitória.

Ao meu amigo e amor, Sérgio, um agradecimento especialíssimo, pela presença em minha vida, pelo estímulo, dedicação, afeto, generosidade e companheirismo, sempre.

Por fim, agradeço ao CNPq, pela bolsa concedida durante o período do Mestrado e ao Programa de Pós-Graduação em História as UFBA, sobretudo, pela possibilidade de realizar pesquisa documental na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

RESUMO

Nas primeiras décadas do século XIX no Brasil, verificou-se uma crescente institucionalização das práticas de cura e a busca pelo conhecimento e exploração econômica das riquezas naturais, que interagiram, num processo dinâmico. Os saberes e usos acerca das plantas medicinais, que ocorriam desde o início da colonização, tiveram notável destaque, fazendo parte da construção da ciência no Brasil, que ocorreu, nesse período, através da ação de Estado, cientistas, praticantes das artes de curar e viajantes naturalistas. Discutimos essas questões a partir da trajetória, atividades e escritos do viajante Antônio Moniz de Souza, que, no período citado, viajou por várias partes do Brasil, observando, catalogando e coletando drogas naturais, posteriormente fornecidas à profissionais de cura, estudiosos e instituições de ciência no país. Destacamos que, reconstruir sua trajetória e a difusão do uso de plantas medicinais no início do século XIX, fornece importante contribuição para o estudo das medicinas no Brasil e na Bahia, permitindo refletir sobre a dinâmica cultural entre diferentes segmentos sociais, tema fundamental nos estudos de História Social da Cultura, na qual o trabalho se insere, buscando problematizar o processo de formação e desenvolvimento da medicina e ciência brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Antônio Moniz de Souza, século XIX, plantas medicinais, ciência, práticas de cura.

ABSTRACT

During the first decades of the 19th century in Brazil, the institutionalization of healing practices took place, side by side with the search for natural resources and its economic exploitation. Those two processes interacted in a very dynamic way. The knowledge about and the uses of medicinal plants and herbs, which existed since the beginning of the colonization, had at this moment a very important role, being part of the building of science in Brazil, through the interaction of State, scientists, doctors, different healers and travelers. Describing the activities and writings of botanist and traveler Antonio Moniz de Souza, who traveled during the period around many parts of Brazil, observing and classifying natural drugs that would be, later on, distributed to medical doctors, practitioners, scholars and scientific institutions in the country, I intend to discuss those questions here. Reconstructing the activities of Moniz and the diffusion of the medicinal plants use at the beginning of the 19th century in Brazil is a way of contributing to the studies of the medical practices in Bahia and Brazil, allowing a discussion about the cultural dynamics between different social groups – a theme of fundamental importance to the studies of the Social History of Culture, area which this work belongs, questioning the process of the making and development of medicine and science in Brazil.

Keywords: Antônio Moniz de Souza, 19th century, medicinal plants, science, medical practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
-------------------------	---

CAPÍTULO I

A busca e exploração das riquezas naturais no início do século XIX	18
1.1. A Bahia e as primeiras viagens de Antônio Moniz de Souza	31

CAPÍTULO II

A Flora e seus usos medicinais	44
2.1. Práticas de cura no início do século XIX: terapeutas e espaços de atuação.....	48
2.2. Teorias sobre saúde, doenças e os usos de plantas medicinais	73

CAPÍTULO III

Antônio Moniz de Souza, o “ <i>homem da natureza</i> ” brasileira	92
3.1. As contribuições de Antônio Moniz no contexto científico da época	100

CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
-----------------------------------	-----

FONTES	117
---------------------	-----

REFERÊNCIAS	121
--------------------------	-----

ANEXOS	126
---------------------	-----

INTRODUÇÃO

Em 1813¹, o Governador da Capitania do Rio de Janeiro recebeu a ordem de obter do Físico-Mor informações sobre a quantidade e a qualidade dos produtos medicinais indígenas da Capitania, e que dele exigisse uma declaração circunstanciada sobre esses produtos e, ainda, as indicações de como obtê-los em “*seu estado de perfeição*”. Tais produtos, segundo a ordem, seriam aplicados aos enfermos do Hospital Real Militar da Corte. Além disso, pediu-se que fossem verificados os preços para que a Real Fazenda fizesse importação dos mesmos, através de extrações feitas por conta da mesma Real Fazenda ou comprando-os na mão de indivíduos que comercializam tais produtos.

As orientações acerca da pesquisa, exploração, usos e saberes da flora brasileira foram mandadas, também, para outras paragens do Brasil e revelam aspectos importantes da conformação da ciência no início do século XIX. Inserido nesse contexto, um ano antes Antônio Moniz² de Souza, iniciava suas viagens pela Bahia e posteriormente, por outras partes do Brasil, observando, conhecendo e coletando produtos da natureza brasileira, fornecendo-os elementos da flora para profissionais da medicina e para centros de estudo de Botânica e História Natural, que se estruturavam naquele momento.

Este trabalho desenvolveu-se a partir da leitura de relatos do viajante, nascido na Bahia, e busca algumas questões relativas aos temas: práticas de cura, ciência e usos de plantas medicinais. Este viajante brasileiro desempenhou o papel de observador, conhecedor e explorador das riquezas naturais, através do trabalho de observar, coletar,

¹*Código Brasiliense, ou collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc., promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Príncipe Regente..., com índice cronológico, 1808-1822.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811-1822. Decisões. N. 33- Guerra. 28 de Julho de 1813. Pede uma descrição circunstanciada dos produtos medicinais indígenas de cada uma das Capitanias.

² Em alguns documentos e bibliografia, a grafia aparece como Antônio *Muniz*, e ainda Antônio *Monis*. Porém optamos pela grafia mais recorrente que é Antônio *Moniz*.

comercializar e estudar produtos da flora, principalmente plantas medicinais, e esteve em contato com vários segmentos sociais que apresentavam seus conhecimentos, necessidades e significações. Além disso, ao investigar o seu mundo, a pesquisa possibilitou revelar características da ciência e medicina na Bahia no início do século XIX.

Os limites cronológicos estabelecidos para este trabalho foram os anos de 1808 e 1828, por dois motivos principais. Primeiro, porque esse período compreende os anos em que, segundo as fontes reunidas, Moniz de Souza realizou a maior parte de suas viagens e explorações pela Bahia. Ademais, esse é o período da instituição de importantes centros de ensino médico e difusão do conhecimento científico e, também, no qual atuou a Fisicatura-Mor, órgão de fiscalização das práticas de cura, que definiu funções e espaços de atuação dos terapeutas, e reconheceu usos e saberes sobre as plantas medicinais.

Com isso, buscou-se delimitar um período em que foi possível trabalhar com todos esses aspectos interagindo. Contudo, esses limites cronológicos não foram usados de maneira totalmente rígida e na pesquisa, para analisar o início do século XIX ou, mais precisamente, suas primeiras décadas, retrocedemos, algumas vezes, ao século XVIII e, também, avançamos pelo século XIX, já em décadas posteriores às que nos detemos. Não optei por criar divisões rígidas, por acreditar que cada época é resultante das anteriores e não se observa uniformidade de práticas e significados na sociedade, sendo preciso evidenciar rupturas e permanências no processo histórico.

Esta pesquisa procura inserir-se na discussão historiográfica sobre a presença das plantas na ciência e saúde. Analisamos a hipótese de que os conhecimentos e uso sobre *plantas medicinais*³ constituíram uma rede de saberes que circularam e foram

³ Ao tratar de *plantas medicinais* nos referimos ao conjunto de ervas, raízes, folhas, flores e plantas inteiras, utilizadas, através dos mais diversos modos de preparo, como remédio.

objeto de inúmeras ações do Estado, estiveram presentes nas atividades de exploradores da natureza e foram utilizados nas esferas da medicina acadêmica e, também, da não acadêmica ou popular, por diferentes atores sociais. No tocante aos usos pela medicina acadêmica, há ainda poucos estudos voltados para a análise historiográfica dos usos das plantas medicinais.

Ao tratar destes temas, nos deparamos com o problema de uma bibliografia escassa sobre o início do século XIX sobre a Bahia e Salvador, as teorias médicas, terapêuticas utilizadas, práticas de cura, atuação da Fisicatura e o uso das plantas medicinais. Por outro lado, outro problema que foi preciso enfrentar foi o da utilização do conceito recorrente e amplamente utilizado: *popular*, e variações como cultura popular, cura popular, terapeutas populares e práticas populares⁴, que abrangiam grande diversidade de sujeitos. Apesar da maior parte da análise tratar do universo da medicina acadêmica, salienta-se que esta coexistiu e interagiu ativamente com saberes correntes na sociedade da época.

A História Cultural e a História Social⁵ e seus teóricos nos ajudaram na intenção de trabalhar com o conceito. A partir da década de 1960, historiadores começaram a estudar a perspectiva de “popular” a partir da necessidade de trabalhar com valores de grupos particulares em contextos e períodos específicos, evidenciando-se as distinções culturais dos diferentes sujeitos sociais, dando voz a grupos antes marginalizados e não priorizados nos estudos de história. Em diferentes trabalhos, percebe-se a procura de significados nas práticas e representações dos mais variados grupos, além da preocupação com o universo simbólico, descrevendo e construindo uma narrativa.

⁴ PIMENTA, Tânia Salgado. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos” História, Ciências e Saúde - Manguinhos, vol. 11 (1), 2004, pp .68-69. Sobre a utilização do conceito ver: também: CHALHOUN, Sidney et al. (Orgs). *Artes e Ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

⁵ BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

Algumas abordagens historiográficas tratam o problema em termos de cultura erudita e popular. Porém, falar em “cultura popular” tornou-se uma questão em debate, pois é difícil definir na análise histórica: quem é o “povo” ou os “populares”? São todos? Ou apenas quem não pertence a um grupo destacado, seja pela posição social ou econômica, chamado de elite, mas que, também, é uma generalização, tão problemática quanto “popular”? Roger Chartier afirma a impossibilidade de rotular objetos ou práticas culturais como “populares”, sendo preciso focalizar os grupos sociais, participando do que se chama de cultura “erudita” e “popular”, por exemplo, buscando os sujeitos específicos, no embate com outros grupos⁶.

O historiador E.P. Thompson, por sua vez, aborda os usos de popular e de cultura popular, evidenciando que o termo só deve ser utilizado a partir da análise do contexto específico de cada época, e que ele deve carregar os significados específicos de cada tempo, lugar e sujeitos históricos envolvidos.⁷

Neste trabalho, analisaremos aspectos da cultura, analisando aspectos da ciência do período e práticas de cura, na perspectiva da História Social, buscando os diferentes sujeitos envolvidos, os significados existentes em suas atividades, as especificidades do período e contexto analisado e conflitos entre eles, como uma forma de entender a dinâmica da sociedade, procurando fazer uma História Social da Cultura⁸.

No estudo sobre as artes de curar, Tânia Pimenta define como terapeutas populares aqueles que utilizavam para curar saberes adquiridos de forma não acadêmica. Afirma, ao tratar dos terapeutas populares, que havia grande diversidade

⁶ Id, Ibid, p. 42.

⁷ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

⁸ Sobre a História Social da Cultura ver: a discussão na introdução de: CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

sob o termo e as categorias eram imprecisas, incluindo os que baseavam seu tratamento em crenças religiosas ou em conhecimentos acadêmicos adquiridos por meios de divulgação como folhetos, livros e periódicos, na experiência com ervas medicinais ou na mistura dessas características.

Nesta discussão, utilizaremos o termo *popular* como equivalente a não acadêmico, ou seja, referindo-se a um complexo heterogêneo de conhecimentos que não foram aprendidos e apreendidos através de instituições médicas ou acadêmicas. Trata-se, assim, de sujeitos que não tinham formação acadêmica, ainda que no período suas práticas fossem regulamentadas e seus conhecimentos validados e, também, dos detentores de saberes de cura explicitamente fora da atuação de regulamentação oficial, como os indígenas.

Busca-se identificar distinções e interações e descrevê-las, procurando, contudo, não tornar muito rígida a oposição, examinando as posições que ocupam em determinado contexto e período, bem como as relações de poder estabelecidas, ponderando sobre as estratégias de distinção como formas de diferenciação entre os grupos⁹.

A história das práticas médicas se mostrou um campo de estudo que possibilita o entendimento de diferentes aspectos da sociedade, em diversos períodos. Desde os anos 60 do século XX, com a influência da obra de Michel Foucault¹⁰, aspectos como normatização, controle do corpo e disciplina são ressaltados nos estudos sobre medicina, com muitos trabalhos que confrontam medicina e urbanização, políticas de saneamento e instituições. Porém, muitas destas análises recebem como principal crítica o fato de analisarem a medicina como um fenômeno sem sujeitos, não como uma

⁹ BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993. Ver também: FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

realidade social que existe na medida em que os sujeitos que a constituem agem, se relacionam, conflitam e aproximam-se.

Com a ascensão da História Social, vários autores têm centrado suas análises numa postura crítica e questionadora em relação à formação das artes médicas no Brasil, buscando compreender as diversas práticas de cura e os agentes sociais envolvidos numa relação de tensões e aproximações, desconstruindo a idéia de constituição da medicina de forma linear e sem conflitos¹¹.

Utilizando ampla documentação primária, tais trabalhos suscitaram novas questões relativas ao corpo, às doenças e curas e trouxeram à tona análises que buscam evidenciar a participação de uma vasta gama de agentes da medicina oficial e não-oficial, em diversos períodos, ou seja, médicos, cirurgiões, boticários, sangradores, curandeiros, benzedeiros e parteiras e outros, bem como os diferentes pacientes que com eles interagem, vistos como protagonistas da história da medicina, o que possibilita a reconstrução de outros pontos de vista sobre esses temas.

Uma das principais questões discutidas têm sido os espaços de atuação e as especificidades dos praticantes das artes de curar, as tensões e aproximações entre eles, e as transformações e continuidades através do tempo, buscando-se ir além da idéia de simples oposição e distanciamento entre práticas e discursos.

Gabriela dos Reis Sampaio, com trabalho sobre medicina no Rio de Janeiro Imperial¹², evidencia que as práticas populares de cura eram combatidas em sua legitimidade, mas perpetravam várias esferas sociais, incluindo as elites, numa relação de intensas trocas sócio-culturais.

¹¹ CHALHOUB, Sidney et al. (org), Op. Cit.

¹² SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

Pimenta, por sua vez, enfatiza que terapeutas populares do período, mesmo perdendo progressivamente os espaços oficiais, constituíam na primeira metade do século XIX um grande contingente e eram aceitos e requisitados por vários setores da população, inferindo que é preciso considerar, além do caráter conflituoso da relação entre terapeutas acadêmicos e não acadêmicos “*a aproximação que havia entra as terapias que cada grupo usava. Os conhecimentos de ambos circulavam, fosse pela prática de sangria, fosse pelo emprego de plantas medicinais nativas*”¹³.

Essa hipótese também é defendida por Maria Regina Cotrim Guimarães¹⁴, autora de um estudo sobre a circulação de manuais de medicina popular¹⁵ no Império. Ela propõe que, entre a ciência oficial e as práticas populares, comumente colocadas em oposição, existia um espaço que não ficou vazio e, ao contrário, o saber científico chegou às esferas populares e por elas foi, muitas vezes, incorporado e adaptado.

É importante também o trabalho de Márcia Ribeiro que defende a idéia de que, no Brasil, o contato entre as culturas indígena, européia e africana originou uma arte médica complexa e singular, com a exploração da flora em busca de ervas, raízes e drogas, que inclusive enriqueceram a farmacopéia européia¹⁶. A autora dissipa a idéia de que existiu uma separação rígida entre medicina oficial e as práticas curativas populares, porém sem deixar de considerar as tensões e conflitos existentes. A discussão apresentada por Vera Marques, trata dos remédios secretos na Colônia e a magia como base da medicina nesse período¹⁷.

¹³Tânia Pimenta, Op. Cit., p. 68-70.

¹⁴ GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. (Dissertação de Mestrado)

¹⁵ É preciso ressaltar que “medicina popular” nestes manuais significava medicina científica popularizada, ou acessível aos leigos; não eram manuais sobre o que nós chamamos de “medicina popular”, que na época era chamada de curandeirismo ou charlatanismo.

¹⁶ RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos. A Arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

¹⁷ MARQUES, Vera Regina Beltrão. “*Medicinas secretas: magia e ciência no Brasil setecentista*”. In: Sidney Chalhoub et al. (orgs). Op. Cit.

Renilda Barreto afirma que nos primórdios da instituição do ensino médico no Brasil, ampliou-se a relação entre a medicina acadêmica portuguesa e aquela praticada no Brasil. Sugere, que, ao compreendermos a cultura em sua dimensão dinâmica, como um movimento recíproco e contínuo, pode-se afirmar que, quando o saber deixava seu nicho primário e aportava em outros solos, ele era apropriado e reinterpretado à luz das especificidades locais e regionais¹⁸.

Nestes trabalhos os autores evidenciaram o uso das plantas medicinais e a circulação de diferentes saberes sobre doença e cura na constituição de práticas médicas desde o período colonial, além da relevância das explorações científicas do período no conhecimento das riquezas naturais do Brasil. Eles apontam também as significativas transformações ocorridas com a transferência da Família Real em 1808 para o Brasil.

Esta ação política, que deslocou homens e instituições, provocou mudanças nos rumos e, em alguns aspectos, da ciência brasileira, uma vez que cresceu o diálogo com as teorias médicas vindas de Portugal e outros países da Europa. Iniciou-se, assim, um movimento de gradativa formação de instituições de ensino e de centros de pesquisa sobre a natureza, as viagens de exploração científica ganharam novos contornos e o Estado esteve mais presente.

Este trabalho está dividido em três capítulos, e para construção do nosso argumento, utilizamos como fontes documentos variados¹⁹.

No primeiro capítulo, tratamos da busca pelo conhecimento e utilização dos elementos da natureza no século XIX. Para isso traçamos um panorama das viagens de

¹⁸ BARRETO, Maria Renilda Nery. *A medicina luso-brasileira. Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa. (1808–1851)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. (Tese de Doutorado).

¹⁹ Para saber mais sobre possibilidades de fontes na pesquisa sobre história da medicina ver: FONSECA, Raquel Fróes da. *Guia de fontes para a História do Ensino Médico no Rio de Janeiro (1808-1907)*. Manguinhos, Vol III (I).

exploração desde meados do século XVIII, as características da Ilustração luso-brasileira e destacamos processos e ações de viabilização do projeto ilustrado de Estado no Império português, referente à ciência. A Bahia também é apresentada, assim como o viajante Antônio Moniz de Souza, sua formação e primeiras viagens, que passaram pela Bahia. Buscamos evidenciar a interlocução do viajante com figuras públicas do período e com as pessoas ligadas ao universo de diferentes práticas de cura, salientando que a Ilustração propagou a aplicação dos conhecimentos botânicos na medicina.

O segundo capítulo trata da questão da institucionalização das artes de curar no início do século XIX no Brasil. Tratamos da hierarquização e delimitação oficial de espaços de cura e de seus praticantes, usando como categorias de análises os termos terapeutas populares e oficiais. Procuramos destacar a atuação das autoridades nos espaços de cura e as relações desenvolvidas entre instituições e terapeutas. Discutimos as teorias sobre doença e saúde do período, amplamente influenciadas pela Teoria dos Humores de Hipócrates, e, ainda, como se deu a utilização das plantas medicinais.

No terceiro e último capítulo, apresentamos novas informações sobre as viagens de Moniz de Souza no contexto científico do período, seus escritos, interlocutores, especificidades de suas viagens e herborismo e a repercussão de seus trabalhos, e finalizamos com o debate acerca dos significados que atribuiu às suas atividades.

CAPÍTULO I

A BUSCA E EXPLORAÇÃO DAS RIQUEZAS NATURAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

Em 1801, a administração da Capitania da Bahia, recebeu do Príncipe Regente D. João, através de D. Rodrigo de Souza Coutinho, instruções sobre a necessidade do aumento do Real Jardim Botânico, cuja inspeção estava a cargo do presidente do Real Erário, Ministro e Secretário Estado de Negócios da Fazenda²⁰.

A necessidade de expansão da Botânica também foi mencionada por Coutinho e, para tais fins, pedia-se a colaboração dos administradores coloniais para a publicação de uma “*Flora completa e Geral do Brasil, e de todos os vastos Dominios de Sua Alteza Real*”. Ressaltou-se que, nestas atividades, algum herborista ou Jardineiro conhecedor da natureza local e de suas peculiaridades deveria compor uma coleção de semente de todas as plantas, que vegetassem na Capitania, sendo que as sementes, secas, deveriam ser dirigidas ao Diretor do Jardim Botânico da Ajuda, em Portugal, com seu catálogo.

O presidente do Real Erário, órgão da administração colonial portuguesa que detinha o controle sobre tais explorações, remeteria, então, uma cópia de tal catálogo para “Sua Alteza Real”. As instruções alertavam para a conservação das amostras a serem enviadas, que deviam ser remetidas ainda conservadas.

Foi pedido ainda, que as plantas fossem apresentadas com seus nomes nativos, ou seja, os nomes que a elas se davam no país e locais de onde seriam retiradas, exceto quando não se soubesse essa particularidade²¹, e que os resultados fossem anualmente enviados. Visando o conhecimento do maior número possível de espécies vegetais da flora brasileira, pedia-se que fossem investigadas e catalogadas as sementes de plantas “*que se extrahirem das Terras cultivadas, mas tambem as dos Bosques e das Partes totalmente incultas*”.

²⁰ BNRJ. Divisão de manuscritos e obras raras. *Aviso dirigido aos governadores interinos da Bahia, participando ordem do príncipe regente de que seja enviada uma coleção de sementes de todas as plantas da capitania, para que se possa publicar uma flora completa e geral do Brasil*. I-31, 30, 105.

²¹ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997. A autora destaca que havia restrições ao envio de espécies novas e desconhecidas ao Museu que ainda não tivessem sido denominadas, porque elas acabavam sendo enviadas à Europa e lá classificadas sem a menção aos naturalistas brasileiros que as coletaram.

Rica em seus reinos e abundante de produtos que poderiam ser utilizados em diferentes atividades, destacando-se a exploração agrícola, comercial e as práticas de cura, a natureza brasileira, desde o início do período colonial despertou interesse, atenção e ações da Coroa Portuguesa e, posteriormente, da administração da nação já independente.

A coleta de informações sobre a natureza das colônias operou com bastante intensidade durante a administração de D. Rodrigo, quando foram despachadas novas expedições científicas e enviadas ordens de patrocínio a viagens de naturalistas que já se encontravam nas colônias. Neste momento as orientações aos viajantes foram em parte modificadas, de acordo com novas políticas de Estado e com os resultados obtidos no ministério anterior.

Para a elaboração das viagens científicas, D. Rodrigo contava com informações já disponíveis no Real Museu e no Jardim Botânico da Ajuda. Além das coleções, memórias e desenhos armazenados no Museu, contou também o instrumental teórico e prático já elaborado na administração anterior. As instruções de viagem que guiavam os naturalistas no campo foram complementadas por algumas orientações enviadas diretamente aos governadores e naturalistas. Um mês antes de D. Rodrigo assumir estas orientações foram remetidas ao Vice-Rei do Estado do Brasil e aos governadores das Capitanias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, Mato Grosso, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, instruindo acerca de remessas de produtos naturais e artificiais para o Museu Real da Ajuda²².

Através de variados agentes, este foi um processo que assumiu peculiaridades a partir do século XVIII. A Europa vivia, desde final do século XVIII, uma modificação

²² PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)* Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. 2006. Tese de Doutorado.

no pensamento científico²³ e o movimento da Ilustração procurou dar à ciência o caráter de utilidade, com o aproveitamento dos elementos da natureza para a geração de ganhos econômicos, aliando essa idéia à ampliação do conhecimento científico e utilização da flora para fins medicinais.

Nesse contexto, o projeto Iluminista do Estado Português procurou adotar ações que superassem um “atraso” em relação a outras nações européias no conhecimento de suas riquezas naturais. Nele, a ciência ocupava papel central e a pesquisa de gêneros que pudessem ser explorados economicamente e a atualização das técnicas agrícolas, ganhou ascensão²⁴, mostrando que ciência e a atuação oficial funcionaram juntas.

Centros de estudo e produção de conhecimento sobre o tema ganharam força no período. Entre eles destaca-se a Universidade de Coimbra e a atuação nela do naturalista italiano Domenico Vandelli, que impulsionou o movimento de novo redimensionamento da importância da natureza. A Academia Real de Ciências de Lisboa foi criada com um gabinete de História Natural, que reunia exemplares animais, minerais e vegetais, enviados, junto com informações, por correspondentes das colônias²⁵.

No Brasil, ainda não havia, como em várias partes da Europa, um inventário sistemático das espécies nativas, com a maioria ainda desconhecidas. Os relatos em sua maioria eram dos cronistas e a economia colonial no Brasil praticamente havia ignorado as espécies locais, usando para a monocultura as espécies do Oriente.

²³ BELLUZO, Ana Maria. *O Brasil dos viajantes. Vol. II. Um lugar no universo*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994.

²⁴ WEGNER, Robert. “*Livros do Arco do Cego no Brasil colonial*”. *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (1), 2004, p. 132.

²⁵ DEAN, Warren. *A Botânica e a Política Imperial: Introdução e adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial*. Instituto de estudos Avançados da Universidade de São Paulo. <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/deanbotanicaimperial.pdf>.

Lorelai Kury²⁶ destaca que, já no século XVIII, o modelo imperial português deu lugar ao que chama de estratégias internacionais, procurando inserir-se nas redes que envolviam centros de produção de saber e de elaboração e redistribuição de produtos científicos, buscando um modelo que abarcava transformações das sociabilidades, circulação de informações e práticas do Estado em relação a seus produtos.

Inicialmente O Estado Português havia adotado uma política de não divulgação a respeito dos produtos de suas colônias e não incentivava a aclimação de espécies e os estudos sobre cultivos e potenciais econômicos da flora. Nesse período, ocorreu uma mudança de política, com ações de incentivo à aclimação de espécies, trocas de informações sobre possíveis explorações econômicas e patrocínio de viagens que tinham como objetivo principal mapear as riquezas naturais do Brasil.

Ângela Domingues²⁷, por sua vez, evidencia que a ciência luso-brasileira procurou programar uma política de estabelecimento de estudos que pudessem fornecer informações sobre o Brasil, possibilitando, assim, que o Estado conhecesse melhor seu domínio e exercesse melhor controle.

O que a Natureza das colônias poderia representar para Portugal nesse momento específico? Em especial possibilidades de ativar a economia e impulsionar o desenvolvimento da ciência, conhecimento sobre os domínios coloniais e alternativas de utilizações diversificadas dos produtos naturais.

Nesse contexto, ações que se destacaram foram inúmeras tentativas de aclimação de espécies exógenas que pudessem ter valor econômico, entendido com possíveis aplicações em diferentes ramos e atividades, como na medicina. Em 1802, novamente

²⁶ KURY, L. Brilhante. “*Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810.)*” História, Ciências e Saúde - Manguinhos, vol. 11 (suplemento 1), 2004.

²⁷ DOMINGUES, Ângela. “*Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais dos Setecentos*”. História, Ciências, Saúde. Manguinhos, VIII (suplemento).

D. Rodrigo de Souza Coutinho explicava ao Governo da Bahia que, atendendo as ordens de sua Alteza Real, contava-se com as “luzes”, para o estabelecimento de um Jardim Botânico, onde se cultivariam plantas da Capitania e, também, para nele serem feitas experiências como novas culturas que pudessem ser úteis, como a Caneleira, Pimenteira, o Cravo da Índia e a Árvore de Pão.

Estas culturas poderiam contar com o auxílio do Jardim Botânico existente no Pará que, segundo Coutinho, era bastante produtivo. Por fim, ressaltou que esperava que o Médico Diretor do Jardim fosse animado a desempenhar com maior proveito possível as atividades pretendidas. Mandava recolher ainda em todos os distritos da Capitania, as sementes das plantas locais e novamente instrui para a conservação dos nomes nativos; e, além disso,

não os tendo, só com o do Districto, onde forão colhidas, a fim de se sementearem e cultivarem aqui, pondo-se-lhes nomes Botânicos, pra promover e adiantar esta Sciencia com gloria e honra da Nação. Debaixo pois destes principios he que Sua Alteza Real encarrega V S^a de dar as convenientes Providencias para a pontual execução de suas Reaes Ordens; e querendo o mesmo Senhor que sobre o Jardim Botânico haja todo o cuidado de unir a utilidade do Real Serviço, o Bem publico, com a possível Economia²⁸.

A idéia de utilidade dos produtos advindos da natureza que foi a grande tônica do período²⁹, Tal idéia estendeu-se pelas décadas iniciais do século XIX, havendo uma intensa dinâmica e estabelecendo-se uma teia de relações envolvendo interesses botânicos, políticos, comerciais, médicos e econômicos. Constituíram-se, dessa forma, redes de saberes e informações sobre a natureza brasileira³⁰ e, mais especificamente, no

²⁸ BNRJ. Divisão de manuscritos e obras raras. *Aviso dirigido ao governador da Bahia, Francisco da Cunha e Meneses acerca do estabelecimento de um jardim botânico, em que se cultivem as plantas da capitania, e da remessa de sementes das plantas de todos os distritos da mesma capitania para o jardim botânico de Lisboa*. I-31,30,106.

²⁹ Ana Maria de Moraes Belluzo. Op. Cit.

³⁰ Lorelai Kury. Op. Cit.

período proposto nessa análise, primeiras décadas do século XIX, a Medicina, a História Natural, o Estado, as instituições científicas, os viajantes e a natureza brasileira estiveram numa constante interação, num campo não imune à política e às relações de poder.

O decreto³¹ de 25 de Maio de 1810 empregou o Botânico Hanke como diretor de culturas de plantas exóticas nos Jardins e Quintas Reais e, também, o encarregou da descrição de plantas do Brasil. O botânico deveria ser pago pela Real Fazenda e, ainda, obter um terreno onde escolhesse, para o estabelecimento de um Jardim Botânico, com escravos e instrumentos para cultivar. *“Pagar-se-hão pela minha Real Fazenda todas as despesas que fizer quando for empregado em alguma exploração botânica, no interior deste continente”*.

Outra decisão do governo³² foi a concessão de favores aos que introduzissem e cultivassem especiarias da Índia, as denominadas plantas exóticas. Em consulta a Real Junta do Comércio, Agriculturas, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos decidiu-se que a promoção e cultura de vegetais úteis, teria prêmios, medalhas honoríficas e privilégios, e outras vantagens, visando intensificar o comércio e a indústria.

A agricultura foi considerada como uma das principais fontes da riqueza pública e da população. As plantações de produtos já conhecidos da Índia, assim como outras plantas exóticas ou indígenas que ainda não se cultivasse para o comércio, das quais folhas, flores, frutos, óleos, resinas, raízes, e outros, pudessem formar artigos consideráveis de consumo, exportação e comércio, envolvendo diversos ramos de atividades. Elas estariam isentas de pagar dízimos e direitos de entrada e saída nas

³¹ *Código Brasiliense, ou collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc., promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Príncipe Regente..., com índice cronológico, 1808-1822.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811-1822.

³² *Código Brasiliense.* Alvará de 7 de Julho de 1810.

alfândegas e portos por 10 anos, a partir da primeira colheita feita e primeira exportação realizada. Havia uma preocupação com as fraudes e, para evitá-las, deveria constar atestações que legitimassem a procedência brasileira dos produtos, que os produtores deveriam sempre ter em mãos.

Outras ações referem-se à criação de Jardins Botânicos. A primeira iniciativa para formar um Jardim Botânico no Brasil foi do príncipe Maurício de Nassau, em Recife, no século XVII, contudo, somente no final do século XVIII foram emitidas instruções portuguesas para criação dos primeiros Jardins Botânicos no Brasil. O primeiro efetivamente estabelecido foi o Jardim Botânico de Belém em 04 de novembro de 1796 e nele, foram introduzidas plantas da Guiana Francesa, incluindo o café. Sua instalação foi terminada em 1798.³³

No final do século XVIII a instituição de Jardins Botânicos se tornou projeto oficial para abrigar espécies de plantas medicinais além de outras de valor econômico, como as de utilidade para a construção naval, como as árvores fornecedoras de madeira. A maioria dos jardins botânicos fundados nesse período não vingou, e o único a prevalecer e crescer foi o do Rio de Janeiro. Sobre ele, o historiador Warren Dean³⁴ informa que, em 1808, no terreno ocupado por uma fábrica de pólvora, ao lado da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, foi estabelecido um jardim de aclimação. A sua finalidade teria sido, além de introduzir novas espécies, a plantação de madeiras aproveitáveis na construção naval e o melhoramento das pastagens.

Dean sugere que a finalidade dos jardins não era promover o meramente agradável, mas o que poderia ser útil. Os diretores do Jardim do Rio de Janeiro procuraram espécies de plantas de potencial valor econômico e, possivelmente,

³³ ROCHA, Yuri Tavares e CAVALHEIRO, Felisberto. *Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo*. Revista Brasileira de Botânica, n° 4, São Paulo, dezembro de 2001.

³⁴ Warren Dean. Op. Cit.

contrataram coletores itinerantes e publicaram, para sua orientação, conselhos sobre os métodos adequados de embrulhar e despachar remessas e instruções sobre os relatórios que eles deviam emitir.

Os Jardins Botânicos e, também, os Herbários podem ser vistos como instrumentos de intercâmbio de espécies tropicais. A possibilidade de gerir informações a respeito das novas plantas e, assim, acompanhar as transferências com técnicas culturais provadas, aumentou consideravelmente, como também aumentou a capacidade de disseminar essas informações entre os fazendeiros e potenciais plantadores.

Além disso, Dean salienta que a investigação foi apresentada numa base científica, com maior potencialidade de acumulação e sistematização das informações. Este foi um movimento que, contudo, aconteceu de forma heterogênea e, ainda, nas primeiras décadas do século XIX se apresentava a necessidade de criação de Jardins Botânicos no Brasil.

Tais ações se converteram no “*estatismo da produção científica*”, ou seja, a tomada de iniciativas científicas pelo Estado, levando Portugal a organizar suas expedições de exploração, cada vez menos militares geopolíticas e, no final do século XVIII, mais “filosóficas”. Representantes do Estado como governadores, ouvidores e juízes, e ainda representantes da Igreja estiveram envolvidos nas remessas para o Real Museu e que também eram experimentadas e analisadas pela Academia Real das Ciências³⁵. Ressaltamos também que Domingos Vandelli, Doutor em Filosofia Natural e amigo de Carl von Linné, ou Lineu, deixou muitas memórias e foi professor da primeira geração de naturalistas ilustrados luso-brasileiros.

Desse modo, consideramos que os centros de estudo e produção do saber sobre a natureza estabeleceram, desde o século XVIII, redes de atividades e conhecimentos com

³⁵Maria Margaret Lopes. Op. Cit.

peessoas nas colônias, mostrando que estes saberes constituíram-se, ao longo do tempo, numa relação dinâmica, de trocas e aproximações, entre Metrópole e Colônia e, depois, no Império, além das trocas de informações e estabelecimento de redes internas no Brasil. Nesse contexto, a atuação dos viajantes “exploradores” e “indagadores” da natureza brasileira é, sem dúvida, um dos pilares sobre o qual se assentou o desenvolvimento destes conhecimentos.

Raminelli³⁶ defende que as viagens dos naturalistas se constituíram em valiosas fontes de informações sobre os três reinos da natureza nos locais por onde percorriam. Eles descreviam os aspectos geográficos, etnográficos, plantas e animais, sendo, porém, que a flora ocupava lugar de destaque, uma vez que a botânica foi um importante ramo do conhecimento científico setecentista e oitocentista. Além disso, destaca que as plantas, incluindo a grande variedade com propriedades medicinais, e as cultiváveis na agriculturas, tornaram-se a base das reformas de caráter fisiocrático, que pretendiam restabelecer a economia, debilitada pela queda na extração de metais preciosos.

Na passagem do século XVIII para o XIX, as expedições científicas incluíram as denominadas “*Viagens Filosóficas*”, algumas chefiadas por brasileiros. Tais expedições refletiam o desejo de conhecer e, se possível, explorar as riquezas de potencial econômico e destacam-se, dentre elas, as expedições chefiadas por Alexandre Rodrigues Ferreira, por Frei José Mariano da Conceição Velloso e as realizadas por José Bonifácio de Andrada.

Rodrigues Ferreira³⁷ nasceu na Bahia, em 27 de abril de 1756 em Lisboa, dedicou-se, dentre outras atividades à descrição do Museu da Ajuda e a uma série de

³⁶ RAMINELLI, Ronald. “*Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*”. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, vol VIII (suplemento), 969-92, 2001.

³⁷ PAULA, Sergio Góes de. *Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências*. História, Ciências e Saúde - Manguinhos vol.5, n.1. Rio de Janeiro Mar./Jun 1998.

experiências químicas e físicas. Nomeado, em 22 de maio de 1780, correspondente da Academia de Ciências de Lisboa, partiu em viagem de exploração do Brasil três anos depois, em setembro de 1783. Descreveu, dentre outras coisas, doenças numa viagem que durou 9 anos.

José Bonifácio de Andrada e Silva³⁸ nasceu em Santos, província de São Paulo, em 13 de junho de 1763. Procedente de família nobre, ainda jovem foi enviado à Universidade de Coimbra, em Portugal, onde se destacou pelos rápidos progressos nas Ciências Naturais, sobretudo, em química. Foi eleito membro da Academia Real de Ciências e escolhido pelo governo português para viajar pela Europa na qualidade de naturalista.

Foi de Lisboa a Paris e de lá às principais cidades da Europa, e adquiriu conhecimentos variados de metalurgia, química e outros ramos das ciências naturais. Percorreu França, Inglaterra, Países Baixos, Holanda, Alemanha, Tirol, Boêmia, Hungria, Itália, as fronteiras da Turquia, Prússia, Suécia, Noruega e Dinamarca.

De volta a Portugal, José Bonifácio foi nomeado professor de mineralogia na Universidade de Coimbra, intendente das Minas do Reino e juiz no Porto. Em 1819, voltou ao Brasil e, pouco depois de sua chegada, empreendeu uma viagem mineralógica pela província de São Paulo, com seu irmão Martim Francisco de Andrada, com o objetivo de constatar a existência de terrenos auríferos.

Salientamos que as viagens empreendidas por Frei Velloso, que teve grande relação com o viajante Moniz de Souza, serão apresentadas mais adiante. O trabalho do

³⁸ Sergio Góes de Paula. Op. Cit. Ver também: Varela, A.G., Lopes, M.M. e Fonseca, M. R. F. da: “*As atividades do Filósofo natural José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819)*” História, Ciência e Saúde - Manguinhos, vol.11 (3), set-dez. 2004.

Frei Velloso ocorreu no interior da província do Rio de Janeiro, entre 1779 e 1790, e foi diretamente patrocinado pelo Vice-Rei Luís de Vasconcellos e Souza.

No início do século XIX verificamos a permanência das ações do Estado no mapeamento da natureza. Um exemplo desse incentivo, no Império, pode ser visto no trabalho de Sérgio Muricy de Almeida³⁹, onde, ao lado do desejo de realizar uma expedição arqueológica em busca de vestígios de civilizações antigas, havia a intenção do Império, através do recém-criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de descobrir e mapear as riquezas minerais na região da Chapada Diamantina.

Em 1812, D. João VI, promovia os estudos das ciências naturais, ressaltando, as riquezas que deles poderiam advir e, no espírito das Luzes, contribuir para o aperfeiçoamento da “raça humana”. Estabeleceu através de determinação régia, uma cadeira de História Natural, onde a Botânica, Zoologia e Química e Mineralogia ocuparam lugar de destaque. Uma Academia de Ciências Naturais também estava na determinação, com a proposta de que sábios deveriam viajar, escrever e analisar em diferentes partes do Brasil as possibilidades oferecidas pela Natureza, sendo este trabalho a base para os iniciantes em tais práticas. Uma “Brigada de Engenheiros Naturalistas” deveria explorar *“tantas preciosidades com que a Natureza enriquece estes vastíssimos terrenos, rios e praias”*⁴⁰.

Também mandou criar no Rio de Janeiro uma cadeira de Botânica e Agricultura, e esses conhecimentos deveriam fazer parte do curso de Filosofia, que deveria servir de preliminar ao de Cirurgia e de Medicina. Considerava as grandes vantagens que se deveria esperar da propagação desses conhecimentos em um país com uma natureza

³⁹ ALMEIDA, Sérgio Muricy de. *Cônego Benigno José de Carvalho: imaginário e ciência na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 2003. Dissertação de Mestrado.

⁴⁰ BNRJ. Divisão de Manuscritos e Obras raras. *Determinação régia criando em todas as capitais uma cadeira de história natural e, no Rio de Janeiro, o curso de filosofia, o Colégio Geral de Medicina e a Academia de Ciências Naturais. 1812. II-30, 33,006 n°001.*

dotada de tão ricos produtos e que, por falta de bons princípios de agricultura não estaria chegando a bons resultados. Para a cadeira de Botânica e agricultura nomeou Frei Leandro do Sacramento, carmelita da província de Pernambuco e licenciado em Filosofia pela Universidade de Coimbra⁴¹.

Outro destaque, a partir de 1808, foi a presença de inúmeras expedições estrangeiras⁴², de cunho científico e com objetivos de construir um vasto conhecimento sobre a flora do Brasil. A chegada da Família Real, com os diplomatas credenciados à Corte e a abertura dos portos tiveram como uma de suas conseqüências a intensificação da presença de naturalistas estrangeiros.

O botânico Auguste de Saint-Hillaire, por exemplo, durante sete anos de viagens pelo centro-sul do Brasil, colecionou cerca de sete mil plantas, dois mil pássaros e seis mil insetos, e publicou uma lista de plantas úteis, de potencial valor comercial e sugeriu o cultivo de várias espécies silvestres⁴³.

Destacam-se também, entre as expedições estrangeiras, as viagens de George Freyreiss, biólogo que veio ao Brasil em 1813, com o objetivo de formar coleções de história natural e passou pela Bahia; as Viagens do Príncipe Maximiliano de Wied-Nuwied, a Expedição Langsdorff e, principalmente, a chamada Missão Austríaca (1817-1820), que percorreu várias regiões do Brasil, inclusive a Bahia e teve a participação do médico e naturalista Carl von Martius e do zoólogo, naturalista e paleontólogo Johann von Spix. Com a futura Imperatriz, D. Leopoldina, vieram alguns naturalistas, em 1817, entre eles, enviados pela Corte da Baviera, Jonh Baptiste von

⁴¹ *Código Brasiliense*. Decreto de 9 de Dezembro de 1814. Sobre Frei Leandro do Sacramento ver: Sergio Góes de Paula . *Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das Ciências*. História, Ciências e Saúde - Manguinhos vol.5 no.1. Rio de Janeiro Mar./Jun 1998.

⁴² AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Salvador: UFBA, 1975. Dissertação de Mestrado.

⁴³ Warren Dean. Op. Cit.

Spix e Carl Martius, encarregados de realizar pesquisas científicas e traçar um panorama dos recursos naturais e dos costumes da população. Percorreram boa parte do território brasileiro durante três anos, entre 1817 e 1820, visitando o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas⁴⁴.

Foram observadas e catalogadas diversas espécies da fauna e da flora e a obra dos cientistas é uma importante fonte sobre a Bahia e sua farmacopéia, uma vez que foi no século XIX que a massa de informações sobre a natureza do país seria constituída efetivamente.

1.1. A Bahia e as primeiras viagens de Antônio Moniz de Souza

A capitania da Bahia representava um ponto estratégico na América Portuguesa, devido às suas ligações com a África e com a Ásia. Era um porto de desembarque das naus rumo ao Oriente e ao Reino. Também constituía um importante centro de difusão das espécies vegetais, devido à sua latitude e à comunicação com outras colônias portuguesas na África e na Ásia, e com outras regiões dentro da própria América Portuguesa⁴⁵. No século XIX, em 1806, há registro do comércio de ervas, entre elas, a quina, em 5 embarcações que iam rumo à Bahia⁴⁶.

Sobre a Bahia no século XIX, Mattoso⁴⁷ salienta que a cidade produzia uma parte das frutas e leguminosas que consumia, uma vez que possuía terras boas para hortas e

⁴⁴ Margaret Lopes, Op. Cit. Ver também: DIAS, Olívia Biasin. *Falla-se Todas as Línguas: Hospedagem, Serviços e Atrativos para os Viajantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007. Dissertação de Mestrado.

⁴⁵ Ermelinda Moutinho Pataca. Op. Cit.

⁴⁶ JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina (1822-1831)*. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2005. Dissertação de Mestrado.

⁴⁷ MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, Século XIX: Uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

pomares, era úmida, com ventos refrescantes. A história da cidade de Salvador estava intimamente ligada à do Recôncavo e ao Litoral, e desde o início da colonização, marinheiros, seguidos dos condutores de boiadas, abriram caminhos por mar e terra, sendo “os grandes viajantes da Província”.

Nas regiões do Recôncavo mais próximas de Salvador, pontes e estradas eram raras no século XIX, e Salvador continuou a ligar-se às vilas e arraiais pelas vias marítimas e fluviais e os animais de carga.

Salvador era a maior praça comercial da Bahia no início do século XIX. Era um importante centro comercial da América lusitana, mesmo tendo perdido uma parte de sua força econômica pelo desenvolvimento do centro-sul minerador, e pela mudança da capital para o Rio de Janeiro⁴⁸.

As principais povoações do Recôncavo sempre estiveram ligadas a um rio navegável - o Paraguaçu - que as fez nascer e quase todos os transportes de mercadorias eram feitos por barcos, que pagavam impostos menores que os transportados por terra, assim as vias fluviais mostravam-se mais rápidas e mais econômicas. Foi nesse contexto, que as expedições científicas ocorreram, inclusive as que Moniz de Souza empreendeu.

Nessas primeiras décadas do século XIX, a Bahia foi governada inicialmente pelo Conde da Ponte, depois pelo Conde dos Arcos e, em seguida, pelo Conde de Palma, sendo que, principalmente, o Conde dos Arcos, se destacou no fomento à ciência, artes e medicina. A notícia publicada em 6 de agosto de 1811, no Jornal *Idade D'Ouro do Brazil*, ao tratar da abertura da livraria da cidade, refere-se ao então governador Conde dos Arcos como um precursor, por “*estas e outras obras, da difusão das Luzes no país*”⁴⁹.

⁴⁸ Lucas Junqueira. Op. Cit.

⁴⁹ Jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, 6 de agosto de 1811.

Registrou-se, neste período, intensa efervescência cultural e movimentação de estrangeiros, envolvidos em expedições e atividades comerciais, agrícolas, industriais e prestação de serviços⁵⁰. Em Carta Régia de 25 de junho de 1812, o Príncipe Regente recorreu ao Conde dos Arcos para a criação na Cidade da Bahia de um curso de Agricultura⁵¹, que, quando bem praticada, poderia criar opulência, riqueza e prosperidade no Brasil. Seria um curso de agricultura para a instrução pública dos habitantes da capitania da Bahia e que serviria de modelo para o estabelecimento posterior do mesmo curso em outras capitanias.

D. João salientou que a falta desses conhecimentos estaria implicando na redução do potencial produtor nacional e fazia com que o Brasil não conseguisse produzir com outros países. Nomeou Domingos Borges de Barros como Diretor do Jardim Botânico da cidade e professor da cadeira de Agricultura. Ainda em 1811, revelava-se que

Parece que a mesma Natureza agradecida se esmera em revelar nesta época feliz algumas das suas proveitosas raridades. Descobrio-se na Villa da Cachoeira (...) huma fonte de água férrea de tão superior qualidade, que os experimentados Naturalistas, e Botânicos pasmarão ao ver a força, com que em menos de dous minutos produziu os mesmos effeitos, que elles esperavão, segundo as regras da Faculdade, não se pode executar em menos de cinco. (...) Parece este hum objecto digno de que os senhores iniciados, Ou Professores de taes estudos se dignem a ir em obsequio do publico examinar, e experimentar tão recomendável preciosidade.⁵²

Em 1828, o Presidente da Província da Bahia expôs os benefícios dos Jardins Botânicos e Museus de História Natural para o país, que era cheio de “maravilhas” naturais.⁵³

⁵⁰ BARRETO, Maria Renilda e ARAS, Lina Maria B. de “*Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia.*” História, Ciências e Saúde - Manguinhos, vol. 10 (1), 2003.

⁵¹ *Código Brasiliense.*

⁵² Jornal Idade D’Ouro do Brazil, 20 de agosto de 1811.

⁵³ Falla do Presidente da Província da Bahia. 1828. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u002/000001.html>

Nesse contexto, a medicina também foi influenciada pela busca das propriedades e potencialidades econômicas e terapêuticas da flora brasileira, participando das descobertas obtidas pelas expedições científicas e utilizando largamente no período estudado as plantas medicinais.

Entre os estudos de História Natural que percorreram o território baiano, Pataca destaca os realizados por discípulos de Vandelli, ainda no século XVIII, como Joaquim de Amorim e Castro ou de médicos e cirurgiões, como Francisco Antônio de Sampaio, médico do Senado e do Hospital de São João de Deus na Vila da Cachoeira. Sampaio escreveu *Historia dos Reinos vegetal, animal e mineral do Brasil, pertencente à Medicina. Vila da Cachoeira* em dois tomos: um primeiro em 1782 e o segundo em 1789.

Outro foi realizado por José de Sá Bittencourt e Accioli, encarregado, em 1798, de fazer estudos de História Natural na Capitania da Bahia, onde escreveu memórias sobre o algodão e realizou investigações sobre o salitre. A capitania da Bahia também foi investigada por Manoel Ferreira da Câmara de Bittencourt e Sá, irmão de José Bittencourt⁵⁴.

A década de 10 do século XIX foi o período em que Moniz de Souza empreendeu suas primeiras viagens e atividades, narradas em seus relatos. Viajou pelos sertões de várias províncias do Brasil, realizou um trabalho de coleta, catalogação e fornecimento de drogas naturais para estudo e uso de médicos, boticários e farmacêuticos em Salvador.

Souza é tomado aqui como um personagem revelador sobre o período, que viajou, observou, manteve contato com o saber indígena e sertanejo sobre as plantas

⁵⁴ Ermelinda M. Pataca. Op. Cit.

medicinais e inseriu-se, também, no ambiente de “pessoas ilustres” da época, considerando inconcebível

deixar em silêncio a utilidade das plantas, e a consideração, que à ellas deve ter não só o viajante, como todos os entes racionais; visto que sem o reino vegetal nada existiria sobre a terra’ Um campo sem plantas não tem beleza, chama-se esteril, e para nada presta! Todos os bens de que se goza são devidos ao reino vegetal, o mais rico dos reinos, e criador do animal. Por esta consideração cumpre que o viajante traga sempre nas algibeiras os germens dellas para quando achar terreno, e estação propria semear em proveito do paiz onde se achar, e do seu proprio⁵⁵.

Santos Filho⁵⁶ considera os roteiros de descrições de viagens interioranas, empreendidas por portugueses e brasileiros, que descrevem explorações geográficas ordenadas pelos governos colonial e imperial, com raras exceções, omitiram por completo observações de natureza médica, ao passo que nesse particular as citações abundam entre os autores estrangeiros. Ele cita os relatos de: Henry Koster, 1816, onde tratou de patologia e terapêutica no norte; John Luccock, Londres, 1820, com observações sobre doenças, doentes, hospitais, médicos e boticas, venenos e drogas; Maximilian, príncipe de Wied-Neuwied, Frankfurt, 1820-21, com informações sobre a arte médico-cirúrgica nas capitânicas do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais e Spix e Martius com observações sobre doenças, terapêutica, medicina indígena, dos negros, exercício da profissão por médicos, boticários e curadores. Esses homens descreveram suas visitas e peregrinações pelo interior do Brasil, e junto com as observações sobre clima e costumes, intercalaram informes referentes a hospitais, endemias e epidemias, profissionais, medicina indígena e popular e vegetais medicinais utilizados.

⁵⁵ BNRJ. Divisão de Obras Raras SOUZA, Antônio Moniz “*Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza, natural da província de Sergipe Del’Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo seu*” Nictheroy, *Typographia nictheroyense de M. G. de S. Rego, 1843*”, p. 8. Localização: 84,4,48.

⁵⁶ SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da medicina Brasileira. Vol I.* São Paulo, Hucitec, 1991.

Diante da historiografia, que registrou inúmeras dessas viagens realizadas por estrangeiros, importantes em seus países de origem e com relevantes contribuições para o entendimento da natureza brasileira, apresentamos nesse contexto um brasileiro, “*viajante público e indagador das riquezas naturais do Brasil*”, como aparece identificado em alguns documentos, conhecido posteriormente, por seus contemporâneos como o “*homem da natureza brasileira*”.

Personagem esclarecedor sobre a constituição da ciência no Brasil, da Ilustração luso-brasileira e baiana e presença e usos de plantas medicinais na medicina do período, tem a peculiaridade de, em um contexto marcado pela presença de naturalistas estrangeiros e grande interesse das suas nações de origem por seus trabalhos, ter deixado registros do papel que desempenhou como naturalista e observador da natureza no início do século XIX.

As informações que temos sobre sua vida, nos revelam, que, Antônio Moniz de Souza⁵⁷ nasceu nas margens do Rio Real de Nossa Senhora de Campos, termo da Vila de Lagarto (da então Província da Bahia e, depois, Sergipe), em 1782, numa família de agricultores. Até 1807 viveu em Lagarto como vaqueiro, comerciante e militar lutando contra bandos armados que atuavam no sertão, manifestando o desejo de ser útil à pátria, segundo ele mesmo nos conta. Segundo sua biografia foi Capitão de forasteiro e, em alguns documentos, aparece com a denominação Capitão de Ordenanças.

Os Corpos de Ordenanças se organizaram a partir do *Regimento das Ordenanças e dos Capitães-Mores*, de 1570, e determinava que toda a população adulta masculina entre os 18 e 60 anos, e capaz de combater, deveria estar organizada, não podendo, a partir de então, eximir-se do serviço militar não remunerado. O alistamento daqueles

⁵⁷ Utilizamos as informações contidas no *Tomo I das Viagens e Observações*, dadas pelos editores de 1834 e pelo próprio Moniz de Souza nas notas autobiográficas da mesma edição enviadas aos editores junto com o texto.

homens obrigados ao serviço militar gratuito estendia-se por todos os lugares e aldeias das cidades e das vilas; eram, então, agrupados em companhias de homens armados, sob o comando superior de um Capitão-Mor⁵⁸.

Eram conhecidos também como "*paisanos armados*", ou seja, um grupo de homens que não possuía instrução militar sistemática e eram utilizados em missões de caráter militar e em atividades de controle interno, e se organizavam em terços que se subdividiam em companhias. Os postos de Ordenanças de mais alta patente eram: capitão-mor, sargento-mor, capitão⁵⁹.

Vale lembrar que no início do século XIX, o governo enfrentava dificuldades para a manutenção da ordem pública, com a emergência de constantes revoltas e insubordinações militares, crise no abastecimento alimentar de Salvador, revoltas escravas e contestação da ordem pública nos sertões⁶⁰.

Moniz possuiu a patente de *Capitão*, atuando contra bandos denominados de "*facinorosos*". Sem formação acadêmica em 1807, partiu de sua terra natal com a intenção de ir para Portugal combater os franceses, mas naufragou em Pernambuco e ferido foi para o Rio de Janeiro, entrando como noviço no Convento de Santo Antonio. Lá, com Frei José Mariano da Conceição Velloso teve algumas lições de botânica e fez incursões observando e catalogando diversas plantas e possíveis propriedades terapêuticas.

Frei Velloso, anteriormente citado, teve formação autodidata de naturalista, feita na própria Colônia, em paralelo à religiosa. Esteve à frente, entre 1799 e 1801, da Casa

⁵⁸ MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e Políticas na América Portuguesa* Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.

⁵⁹ COSTA, Ana Paula Pereira. *Trajetórias e Carreiras Militares no Contexto do Império Português: Promoções e Conflitos nos Atos Eleitorais para Postos dos Corpos de Ordenanças. Comarca de Vila Rica, 1735-1777*. Revista Espaço Acadêmico, n. 68. Janeiro/2007. <http://www.espacoacademico.com.br/068/68costa.htm>

⁶⁰ Lucas Junqueira. Op. Cit.

Literária do Arco do Cego, em Lisboa, que publicou obras sobre agricultura, navegação e medicina. Ele inseriu-se na sociedade letrada da época, principalmente após o envio de espécies vegetais ao Museu da Ajuda e de um amplo levantamento da flora fluminense através de expedições científicas para inventariar as riquezas naturais do Brasil, ambos a pedido do governo português⁶¹.

Realizou incursões botânicas, percorrendo as florestas, as montanhas e as praias da província do Rio de Janeiro ao longo de oito anos, e se dedicou igualmente a trabalhos filosóficos e apostólicos, visto que se ocupava da conversão dos índios da nação Arari, também denominados de tamoios. Classificou, segundo o Sistema de Lineu, duas mil plantas, a maior parte de gêneros e espécies novas. Esta obra, escrita em latim, tem como título *Flora Fluminensis — Enumeração das plantas que nascem espontaneamente no distrito da capitania do Rio de Janeiro*. À Frei Velloso, deve-se uma série de obras e de traduções publicadas a favor do comércio e da agricultura das colônias portuguesas, e muitas memórias sobre história natural, pintura, arquitetura e gravura⁶².

Após o período em que esteve em contato com o botânico Frei Velloso, Souza, não querendo seguir a vida religiosa, tornou-se um herborista, explorou os sertões do norte em busca de drogas naturais entre 1812 e 1822 e viveu em contato com índios e caboclos e anotando o que observava na região. Em 1812, foi para a Bahia onde começou a aplicar seus conhecimentos sobre plantas medicinais, tentando conseguir meios para sua subsistência, deslocando-se para o Recôncavo onde colhia e levava plantas medicinais para médicos, farmacêuticos e boticários.

⁶¹ Robert Wegnar. Op. Cit.

⁶² Sergio Góes de Paula. Op. Cit.

Para conhecer um pouco acerca do Recôncavo e do Sertão utilizamos as informações de Kátia Mattoso⁶³. O Recôncavo baiano abrange as terras adjacentes, ilhas e ilhotas, bem para além das praias, vales, várzeas e planaltos próximos ao mar. Salvador e Recôncavo sempre estiveram intimamente ligados, principalmente pela economia.

O Recôncavo é uma região essencialmente costeira, uma espécie de retângulo da direção nordeste-sudeste. Limita-se a leste com o Atlântico, ao sul com os municípios de São Miguel das Matas, Laje e Valença, a oeste com Antônio Cardoso, Santo Estevão e Castro Alves e, ao norte, com Feira de Santana, Coração de Maria, Pedrão, Alagoinhas e Entre Rios. Nele, três tipos de vegetação se formaram, caracterizadas pela distância que estavam do oceano e pela qualidade dos solos sobre os quais se desenvolveram: a Mata, o Agreste e a vegetação do litoral, a única zona contínua.

Na mata, floresta que nos primeiros tempos da colonização se desenvolvia sobre uma zona extensa, mais ou menos paralela à Costa, passando pelos municípios de Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Conceição de Feira, predominaram plantas nativas e madeiras preciosas. Foi uma região onde a cana de açúcar produzida em sistema de *plantation* predominou, mas também foram cultivados o fumo, mandioca, dendê e cacau.

O Agreste é uma zona reduzida, que vai de Conceição de Feira até o sul de Feira de Santana, estendendo-se para o norte, em direção à Itapicuru. É uma zona de transição entre o litoral úmido e o sertão semi-árido. E o litoral é uma faixa de terra de aproximadamente dez quilômetros de profundidade, com grande variedade de associações vegetais naturais, com um habitat diferente para cada uma delas, e há dois

⁶³ Katia M. de Queirós Mattoso. Op. Cit.

tipos principais de vegetação: manguezais e a vegetação do litoral arenoso, que depende do solo e do clima também.

Terra de coleta de madeira e de produtos da floresta natural nos primeiros anos de colonização, o litoral logo se transformou em terra de “exploração mineradora” da riqueza de seus solos. Percorrendo essas regiões, Souza informa que

Assim para fazer observações sobre produtos da natureza (...) como colher alguma Ipicacoanha para vender, com o lucro do qual (...) me ia suprimo modicamente, e de todas as vezes que voltava à cidade tinha a Glória de apresentar o meu trabalho botânico aos médicos, e farmacêuticos, a quem com gosto eu ofertava algumas das minhas produções, pelo que fui ganhando alguns conhecimentos e amizades (...)⁶⁴

Em suas viagens, iniciadas na Bahia, Souza estabeleceu contato com diversas pessoas ligadas à medicina oficial, homens ilustres e administradores. Entre um de seus maiores colaboradores estava Lino Coutinho⁶⁵. Ele e os outros médicos, farmacêuticos, boticários e professores de medicina mantiveram diálogo com Souza, aproveitando suas contribuições e conhecimentos sobre as plantas medicinais que coletava.

A crítica ambiental no Brasil esteve sempre ocorrendo entre a elite imperial, porém, houve o que pode ser chamado de “*elaborações intelectuais independentes*”, fora dessa elite social. Um desses exemplos é nosso viajante Antônio Moniz de Souza e os relatos que fez, onde analisa vários aspectos do Brasil. Souza é considerado “*um autor que praticamente não recebeu educação formal, era originário dos sertões nordestinos e teve uma trajetória de vida cercada de bastante nebulosidade*”⁶⁶.

⁶⁴ SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um brasileiro*. Salvador: IGHB, 200, p. 43.

⁶⁵ E.B. Burns salienta a colaboração do ilustre baiano com Antônio Moniz de Souza e destaca a influência do Iluminismo e da Ilustração tanto da sua vida pública quanto na atuação como médico, caracterizando-o como um representante da elite letrada baiana.

⁶⁶ PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002, p. 189.

Seu trabalho foi reconhecido pela elite local como de um “botânico” e teve apoio dos governadores, primeiro do Conde dos Arcos, de quem conseguiu o primeiro passaporte que autorizava suas viagens pelo interior da capitania e, também, de outros “ilustres” baianos. Em 1817, viajou pelo sertão baiano por Cachoeira, Camisão, Orobó e Jacuípe e retornando apresentou ao Conde dos Arcos os gêneros vegetais que recolheu. Por ordem do Conde, os produtos foram remetidos por Antônio Moniz (acompanhado por um sargento de ordens) ao Dr. Sebastião Navarro de Andrade para serem examinados e ele deveria emitir um parecer sobre os mesmos.

Depois de alguns dias, Moniz relatou que se encontrou com o Dr. Navarro e este lhe comunicou que o Conde lhe queria falar. Moniz foi à presença de D. Marcos Noronha de Britto, que se mostrou satisfeito com o trabalho e ofertou-lhe a proteção para o viajante ir à Europa estudar a História Natural onde havia Jardins Botânicos e, onde haveria, também, de fazer observações⁶⁷.

O viajante não foi à Europa, mas, mesmo assim, teve ressaltada a importância e o reconhecimento de seu trabalho. Em 1818 passou pela atual Sergipe, fazendo copiosas coletas e observações, já sob o governo do Conde de Palma, que confirmou a licença dada pelo antecessor para a realização das viagens. Em 1820, viajou para o norte, pretendendo chegar ao Pará, mas a Guerra de Independência de 1823 o interrompeu e só atingiu o interior de Pernambuco.

Quando a capitania de Sergipe del Rey se tornou independente da Bahia, em 8 de julho de 1820, por Carta Régia de D. João VI, o botânico Antônio Moniz de Souza já havia viajado pelo território observando e catalogando a flora da região. As atividades do viajante eram reguladas e controladas rigidamente pelo governo e as

⁶⁷ Antônio Moniz de Souza. Op. Cit

descobertas de riquezas e suas aplicações possíveis constituíram-se, como uma importante “questão de Estado”.

Médicos que aparecem nos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza foram encontrados no Hospital Real Militar, como Antônio Ferreira França e João Ramos de Araújo. Ao viajar em 1818 e voltar com produtos vegetais em 1819, Moniz informou que apresentou os produtos ao Conde de Palma, que teria ficado satisfeito com suas descobertas, assim como o fez para muitos doutores e professores médicos. Entre eles estavam Dr. José Lino Coutinho, Sebastião Navarro de Andrada⁶⁸, João Ramos, Antônio Ferreira França, Silveira Lopes e outros cirurgiões e farmacêuticos. Depois, os produtos foram remetidos para exame, desta vez a um certo Dr. Paiva.⁶⁹

Afirmou ainda ser o único a realizar essas atividades entre 1813 e 1819, gratuitamente, considerando como um serviço feito à pátria. Evidencia também uma espécie de querela com o Dr. Paiva, que admirava e conhecia bem o seu trabalho e “*em vez nenhuma, fui aos sertões sem deixar de lhe trazer novos e diferentes produtos, e alguns por ele encomendados (...)*”.⁷⁰ Entretanto, Paiva teria atrasado na análise de seus produtos, prejudicando suas viagens posteriores e mostrando-se pouco satisfeito com o viajante baiano.

Considerando que a natureza poderia servir de auxílio ao viajante para socorrer um enfermo, Souza firmava que esta prática deveria ser feita quando não houvesse um legítimo professor, mostrando como nosso viajante, apesar do contato com diferentes povos e saberes, considerava que os usos das plantas medicinais, e os frutos de suas atividades deveriam estar a disposição de uma utilização de acordo com a ciência e a

⁶⁸ Professor da cadeira de química teórica e aplicada a “*diferentes artes e ramos da indústria*”, criada em 1817 no Colégio Médico-Cirúrgico.

⁶⁹ A. M. de Souza, Op. Cit, p.45.

⁷⁰ A. M. de Souza, Op. Cit, p. 45.

medicina oficial, não aplicando medicina “desconhecida”, mas uma que não fazendo o bem pelo menos não fizesse mal ou matasse.

Os povos do sertão e os indígenas, segundo Souza, eram detentores de vastos conhecimentos sobre os usos medicinais de ervas, raízes e outros elementos da natureza.

Sobre isso observou que

medicão-se aquelles rústicos selvagens, e os habitantes dos sertões nas suas enfermidades, (...) Algumas dessa hervas, raízes e mais drogas (...) são as mmas.que já por vezes tenho apresentado em varias partes, e mto mais na B^a, capital de m^a Provincia, aos peritos da Arte Medica, por quem tem , sido examinadas, primeiro por ordem do Exmo. Conde dos Arcos, insigne Patrocinador dos gênios e artes, e à quem tanto deve a B^a, e depois pelo de Palma, qdo. Alli governarão. Foi por todos approvedo o meo trabalho attenta a utilidade, e efficacia desse sremedios com que à bem da existência humana tanto se pode enriquecer a Medicina (...) ⁷¹.

Nesses longos anos de viagens, idas e vindas pelo território, presenciando as transformações e ações do governo, dos membros da elite e dos habitantes comuns e pobres da Colônia e, depois, Império, Souza fez parte da construção de conhecimentos sobre a natureza brasileira e sobre os saberes e usos das plantas medicinais, revelando em seus relatos importantes pistas sobre a incorporação de saberes locais sobre as plantas e a presença destas no ambiente científico da época.

Os espaços oficiais de cura fizeram parte de um contexto mais amplo de ciência e exploração das potencialidades da natureza brasileira, como veremos a seguir. Ressaltamos, ainda, que, desde a reforma pombalina, a farmácia, a química e a botânica, passaram a ser valorizadas como disciplinas de interesse para a medicina ⁷².

⁷¹ SOUZA, Antônio Moniz de. “*Descobertas curiosas...*”. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia n° 73, 1946.

⁷² VELLOSO, Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências. 2007. Tese de Doutorado, p. 240.

CAPÍTULO II

A FLORA E SEUS USOS MEDICINAIS

A utilização das plantas medicinais, conjunto de ricos elementos da flora, na cura dos males do corpo e, também, do espírito, faz parte de diferentes tradições culturais, como as européias⁷³. Algumas dessas práticas e concepções foram trazidas por colonizadores portugueses; outras são oriundas de diferentes tradições africanas, trazidas com os escravos de diversas origens, que se cruzaram com a cultura dos povos indígenas, que juntas, no Brasil, estabeleceram relações culturais de forma extremamente dinâmica, preservando e criando novas práticas e significações para esses usos. Durante todo o período colonial, especialmente, os remédios advindos da natureza foram amplamente empregados na cura das enfermidades que assolavam os habitantes das terras brasileiras.

Nas primeiras décadas analisadas do século XIX, no Brasil, que vivenciou a condição de colônia, Reino Unido e, depois, Império, os medicamentos advinham ainda em grande medida da natureza. Os saberes sobre usos e propriedades das plantas

⁷³ CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas*. São Paulo: Xamã, 1994.

medicinais foram, no período, amplamente estudados e divulgados no mundo científico, nos centros de Botânica e História Natural na Europa, principalmente. Para Keith Thomas,

O mundo das plantas foi (...) objeto de preocupação prática. O uso de ervas para propósitos medicinais era generalizado no meio popular. Isso gerou um amplo saber acerca das propriedades benéficas das plantas, transmitido oralmente, ou por escrito, nos herbários que alcançaram grande circulação com o nascimento da imprensa e continuaram a ser publicados por todo o século XVIII e ainda no seguinte⁷⁴.

Porém, destacamos que esse foi um movimento que se fez presente de maneira acentuada no Brasil, que esteve inserido e contribuiu para o estabelecimento e fortalecimento de uma rede de informações e circulação das mesmas sobre as potencialidades e possíveis usos das drogas naturais.

Houve a aproximação e estabelecimento de troca de informações com os povos indígenas, desde o século XVI, relatadas por viajantes, cronistas e religiosos⁷⁵. Relatos como os de Fernão Cardim, dedicando capítulos a plantas medicinais, Gabriel Soares de Souza, descrevendo as plantas da Bahia, Pero Gandavo, noticiando os usos de algumas plantas medicinais, e do jesuíta José de Anchieta, que se interessou pela fauna, flora e terapêutica utilizada pelos índios, descrevendo várias plantas⁷⁶, são alguns exemplos. Esses relatos permitiram aos pesquisadores identificar a nosografia do primeiro século, onde se destacam doenças como varíola, sarampo, malária, desintérias, sífilis, afecções hepáticas, pulmonares, gástricas, cardíacas, renais, nervosas, dentre outras .

⁷⁴ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1983, pp.85-86.

⁷⁵ A Medina jesuítica forneceu assistência médica, sanitária e hospitalar e farmacêutica aos índios negros e brancos, num contexto onde as artes de curar eram marcadas pela religiosidade, experiências trazidas da Europa e prática e utilização de recursos da terra. No século XVI o empirismo presidia à prática da Arte, e a ciência médica era influenciada pela alquimia medieval, princípios da Antiguidade grego-romana, teorias árabes e ainda pela Escolástica.

⁷⁶ CARDIM, Fernão. *Do Clima e Terra do Brasil e Algumas Coisas Notáveis que se Acham Assim na Terra Como no Mar*, São Paulo: Nacional, MEC, 1978; SOUZA, Gabriel Soares de. *Notícias do Brasil, Descrição Verdadeira da Costa Daquele Estado, que Pertence à Coroa do Reino de Portugal, Sítio da Bahia de Todos os Santos*, São Paulo: Nacional, 1987; GANDAVO, Pero. *História da Província de Santa Cruz*. Cadernos de História. São Paulo: Obelisco, 1964, nº 2.

Outros relatos que também informam sobre a o tema são os de Willem Piso (Guilherme Piso), físico de Nassau, que, em 1648, publicou “*Medicina Brasiliensi*”, primeira parte da obra literária “*Historia Naturalis Brasiliae*”, um marco inicial, considerado o primeiro tratado de patologia e terapêutica e de investigações médicas no Brasil. Descreveu as doenças mais freqüentes no Brasil holandês e no dominado por portugueses, que eram disenterias “ar de estupor”, catarros, opilação, tétano, dermatoses, verminoses, febres, espasmos, parasitose do bicho-do-pé e doenças próprias de mulheres e crianças. Entre os medicamentos destacam-se os “*simplices*” da terra, principalmente a Ipeca e o jaborandi⁷⁷.

A medicina indígena foi tida como importante para a terapêutica do conhecimento de espécies medicinais da flora nativa. Os remédios que chegavam, alguns denominados de “*simplices*”, eram poucos e rapidamente estragavam na travessia atlântica. Com as dificuldades que tinham para receber tais plantas, visto que as viagens levavam muito tempo, muitas foram substituídas por plantas indígenas.

Os Jesuítas tornaram-se médicos, boticários e enfermeiros, hospitalizando e fornecendo medicamentos. Alguns estudaram medicina e havia nos Colégios os Irmãos boticários e Irmãos enfermeiros. Estes adquiriram vasto conhecimento da medicina indígena, daí que Santos Filho afirma que o jesuíta “*identificou os vegetais de propriedades terapêuticas, cultivou-os, experimentou-os e exportou-os para a Europa, incorporando à farmacopéia mundial alguns do valor da Ipecacuanha*⁷⁸” Cada botica do Colégio tinha um caderno, denominado de “coleção de receitas”, com fórmulas e resultados.

As terapias nos primórdios do Brasil eram análogas às adotadas em Portugal, onde as plantas desempenhavam importante papel na preparação dos remédios. Ainda nos

⁷⁷ Licurgo S. Filho. Op. Cit.

⁷⁸ Id. Ibid, p. 62.

séculos XVI e XVII a medicina jesuítica rivalizou com os profissionais (físicos, cirurgiões-barbeiros), e a primeira sobrepujou a segunda. Nesse período inicial era maioria no campo das artes de curar, profissionais cirurgiões e barbeiros judeus, cristãos novos, que andavam de vila em vila, povoado em povoado, e os que tinham cartas de licença para curar alcançaram algum status social⁷⁹.

Os produtos da fauna e da flora eram prescritos por agentes de cura oficiais, curandeiros, benzedores e curiosos, as receitas circulavam na sociedade, e não havia, nesse período, uma fronteira rígida entre medicina oficial e popular, entre a européia, a ameríndia e a africana⁸⁰.

As práticas de curandeiros, cirurgiões e médicos licenciados eram “próximas”, com produção de vomitórios, emplastos, purgas, e elixires, geralmente a base de ervas, raízes, ossos triturados e um sem número de substâncias consideradas terapêuticas, como aguardente e vinho. Ademais, Nogueira nos sugere que *“ao que parece, esse tipo de expediente foi além do século XVIII, em função, entre outros aspectos, dos preços e do difícil acesso aos medicamentos provenientes da Europa”*.⁸¹

O Brasil chegou ao século XIX mal afamado sobre seu clima e condições sanitárias e utilizando amplamente os saberes sobre as plantas medicinais nas várias artes de curar. Conforme procuramos mostrar, tais saberes tornaram-se um elemento importante para o entendimento das práticas de cura. Como afirma Vera Marques,

saberes populares e eruditos foram constituindo a arte de curar pelas plantas desde tempos imemoriais. Saberes dos quais o

⁷⁹ Id, Ibid, p. 60. Ver também: HERSON, Bella. *Cristãos-Novos e seus descendentes na medicina brasileira. (1500/1850)*. São Paulo: Edusp, 1996.

⁸⁰ JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e Doença: Práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá, 2001. Dissertação de Mestrado, p. 10.

⁸¹ NOGUEIRA, André. *E se diz o dito negro que é feiticeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das gerações do século XVIII*. Revista Outros Tempos, Vol. 3, p. 60-75.

homem pôde utilizar-se para a cura de determinadas doenças e para o desenvolvimento da própria ciência médica. Saberes que foram de ervanistas, de mezinheiros, mulheres consideradas bruxas, ou feiticeiras, de médicos e boticários. Saberes que se constituíram independentemente do estatuto daqueles que coletivamente o geravam, mas cujo reconhecimento científico coube aos credenciados pelas ciências”⁸².

2.1. Práticas de cura no início do século XIX: terapeutas e espaços de atuação

Já no século XVI ocorreu a criação de Santas Casas de Misericórdia que, junto com as enfermarias jesuíticas, assistiam os desvalidos, doentes e, também, as pessoas com posses, sobretudo no tempo de epidemias. Existiram ainda os hospitais militares para as tropas, mantidos pela administração do Reino, os Lazaretos e isolamentos, para quarentenas e portadores de doenças contagiosas.

No início do século XIX, com a chegada da Família Real Portuguesa ocorreu a criação dos primeiros espaços de ensino das artes de curar no país e de centros de estudos de História Natural e Botânica⁸³. Esses fatos contribuíram para o desenvolvimento das ciências, em particular, da medicina no Brasil, uma vez que

A vinda do príncipe Regente D. João para o Brasil constituiu-se, sem dúvida, em acontecimento assinado início de uma nova era, dotando-se o país de medidas administrativas destinadas a transformá-lo em sede do governo português, metrópole do mundo lusitano. E a criação das escolas médico-cirúrgicas do Salvador e do Rio de Janeiro, inscreve-se na história médica como um marco expressivo pelas consequências advindas.⁸⁴

A partir de 1808, sob forte influência francesa, intensificou-se a discussão e adoção de sistemas médicos, além de princípios científicos em voga na Europa. Esse

⁸² MARQUES, Vera Beltrão. *Natureza em Boiões: Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999, p. 35.

⁸³ Licurgo S. Filho. Op. Cit.

⁸⁴ Id. Ibid, p. 6.

processo foi favorecido pelas novas condições sócio-econômicas e políticas, sobretudo a recente condição de Reino Unido à Portugal e Algarves. Outro fator importante foi o surgimento da imprensa especializada e a maior circulação de periódicos científicos. As informações para o conhecimento desta fase da história da medicina foram retiradas da documentação compilada por Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808, assinada por D. João.

Foi criada a Escola de Cirurgia da Bahia e José Correia Picanço⁸⁵, Cirurgião-Mor do Reino nomeou como dois primeiros professores Manuel José Estrela, para dar aulas de “*Cirurgia especulativa e prática*” e José Soares de Castro, para as aulas de “*Anatomia e operações cirúrgicas*”. Em 1808 também houve a criação de uma aula de Anatomia e Cirurgia em Vila Bela da Santíssima Trindade, sede do governo da Capitania de Mato Grosso.

As aulas funcionaram no Hospital Real Militar até 1815, quando a Carta Régia de 19 de dezembro de 1815 ampliou o curso e o transferiu para o Hospital da Misericórdia em 1816. A instituição passou, então, a se chamar Academia Médico-Cirúrgica da Bahia ou Escola Médico-Cirúrgica. Inicialmente o curso era de quatro anos, ao final do quais os alunos requeriam certidão que provava estarem aptos para fazer os exames que possibilitavam exercer a prática médica, como cirurgiões. Lembramos que nesse período, a formação de diplomados como *médicos* só era possível em faculdades fora do Brasil.

Após a reforma de 1815 o curso passou a ser de cinco anos e aumentou o número de cadeiras. Para efetuar tal reforma, D. João dirigiu-se ao Conde dos Arcos em Carta Régia cujo teor é o seguinte:

⁸⁵ Para mais informações sobre esse Cirurgião ver: Sergio Góes de Paula. Op. Cit.

Sendo-me presente o quanto são limitados os princípios de Cirurgia que se adquirem pelas lições das materias próprias das duas cadeiras estabelecidas nessa cidade, para que delles se possam esperar hábeis e consummados professores, que pelos seus conhecimentos theoricos e práticos mereçam o conceito publico, e se empreguem utilmente no restabelecimento da saúde do povo, que não pode deixar de fazer um dos principaes objectos do meu real e paternal desvelo para promover a cultura e progresso de tão importante estabelecimento: hei por bem criar um curso completo de cirurgia nessa cidade à semelhança do que se acha estabelecido por Decreto de 1º de Abril de 1813 nesta Capital, segundo o plano que mandei formar por Manoel Luiz Alvares de Carvalho, do meu Conselho, Medico da minha Real Câmara honorário, e Director dos estudos de medicina e cirurgia nesta Corte e Reino do Brazil (...)⁸⁶.

No Plano de Estudos de Cirurgia, consta ainda que:

1. O curso completo de cirurgia seria de cinco anos.
2. No primeiro ano as aulas seriam de anatomia geral até o fim de setembro, e de então até 6 de Dezembro seria química farmacêutica e conhecimento necessário à matéria médica e cirurgia e suas aplicações; o que se repetiria nos anos seguintes, sendo essas noções dadas pelo Boticário do Hospital.
3. No terceiro ano, das 4 às 6 da tarde, um Lente Médico daria as noções de higiene, estilogia, patologia e terapêutica.
4. Para serem matriculados no primeiro ano, bastaria aos estudantes saber ler e escrever corretamente. Seria muito proveitoso que ao entrar já conhecessem as línguas francesa e inglesa, porém, se esperaria pelo conhecimento da primeira até a primeira matrícula do segundo ano de curso, e da língua inglesa até a primeira matrícula no terceiro ano de curso.

⁸⁶ *Código Brasiliense*. Carta Régia de 29 de Dezembro de 1815. Cria um curso completo de Cirurgia na cidade da Bahia e manda executar nele provisoriamente o plano dado para o curso da Corte.

5. Depois de feito o exame do quinto ano, poderiam os que nele fossem aprovados obter a Carta de Cirurgia.
6. Aqueles que fossem aprovados plenamente em todos os anos e quisessem de novo freqüentar o quarto e quinto ano, fazendo os exames com distinção, receberiam uma nova Graduação de Formados em Cirurgia.
7. Os Cirurgiões Formados teriam algumas prerrogativas como: seriam preferidos em todos os partidos aos que não tivessem esta condecoração, poderiam por virtude de suas cartas curar todas as enfermidades, onde não houvesse médicos, seriam desde logo membros do Colégio Cirúrgico, e das estabelecidas na Corte, e das que se estabeleceriam no Maranhão e em Portugal, poderiam todos aqueles que se enriquecerem de princípios e práticas, a ponto de fazer os exames que aos médicos se determina, chegar a ter a faculdade e o grau de doutor em Medicina.
8. Os exames que para o grau de médico seriam os seguintes: os dos preparatórios, os dos anos letivos, as conclusões magnas e dissertação em latim.

Sobre esse período inicial temos apenas referência do reduzido número de médicos em Salvador e um maior número de cirurgiões. Em 1811, havia apenas sete médicos atuando em Salvador⁸⁷, mas, em contrapartida, o número de cirurgiões era bem maior, registrando-se 43 aprovados nos exames⁸⁸. As Academias também só formavam cirurgiões, que, para exercerem a prática médica nos domínios de Portugal, necessitavam obter a carta de Cirurgião aprovado nos exames feitos pelos oficiais competentes da Fisicatura-Mor e isto se estendeu até setembro de 1826, quando por lei as Academias passaram a conferir diplomas sem intervenção da Fisicatura⁸⁹.

⁸⁷ Alexandre José da Cruz, Antonio Ferreira França, Diogo Ribeiro Sanches, Estevão da Silveira Menezes, João Ramos de Araújo, José Antonio da Costa Ferreira e José Avelino Barboza.

⁸⁸ Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico (1815-1832).

⁸⁹ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-Mor no Brasil no começo do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 1997. (Dissertação de mestrado).

A partir de 1826, se o candidato quisesse repetir o último ano, era considerado cirurgião formado, tendo preferência sobre os demais - apenas aprovados - e poderia exercer a função de médico onde este não existisse, lembrando novamente que só possuíam diplomas de médicos os formados no exterior, os quais na hierarquia dos saberes detinham o posto mais alto.

Entre os alunos, a maioria era constituída por pessoas nascidas em Salvador, mas, mesmo em menor número haviam alunos procedentes de outras Províncias, como Pernambuco e Minas Gerais e, de outros países, como Portugal e Inglaterra. Ainda em 1816, foram matriculados nove alunos no curso de Cirurgia e, como exigência pra ingresso no curso, o grupo fez prova de línguas como latim e francês, conforme portaria expedida pelo Conde dos Arcos. Porém, há uma diferenciação em relação a um outro grupo de nove alunos matriculados no mesmo dia, dos quais se destaca aprovação apenas em ler e escrever corretamente.

Entre eles estavam os dois estrangeiros, respectivamente de Lisboa e Londres, e um de Pernambuco. Um ano depois, a exigência da proficiência em línguas apareceu novamente, porém com a deliberação e divulgação pública de que dali em diante nenhum estudante seria admitido no Primeiro ano do Colégio Médico Cirúrgico sem saber traduzir a língua francesa.

Devido à restrição imposta pela necessidade de conhecimento da língua, apenas treze alunos tenham se matriculado nesse ano. Todavia, para melhor explorar essa hipótese, precisaríamos traçar o perfil social dos matriculados no Colégio e refletir se todos pertenciam a um grupo social mais abastado e, portanto, com mais condições de preparação em língua estrangeira, num período em que a grande maioria da população não tinha acesso às letras.

Licurgo Santos Filho afirma que não eram muito severas as exigências para o ingresso no primeiro ano de curso das academias. O candidato deveria ler e escrever corretamente e exaltava-se que seria bom que conhecessem a língua francesa ou inglesa, mas os exames sobre essas línguas poderiam ser feitos no decorrer do curso, de cinco anos⁹⁰.

Trata, ainda, da grande influência francesa, afirmando que os primeiros compêndios para uso dos alunos das Academias Médico-Cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, publicados pela Impressão Régia, eram traduções ou adaptações de tratados de autores médicos franceses⁹¹. Nesse momento, muitos livros utilizados na formação acadêmica dos alunos eram em língua estrangeira, procurando-se trazer para as terras brasileiras as obras em voga no mundo científico internacional no momento e suas discussões, a julgar pelo interesse demonstrado pelo lente Manoel José Estrella ao traduzir para o português a obra “*Observações Fysiologicas sobre a vida e a morte*”, de Bichat, em 1816, destacando suas intenções ao fazer tal obra,

não foram, nem de figurar no Orbe letterario, nem de ser útil àquelles, que sendo assas senhores do idioma francez, se podiam aproveitar dos originaes, forrão sim a escassez destes por motivos da guerra; e o desejo de concorrer, quando estava em mim para a instrucção d’aquelles dos meus alumnos, que não poderião, como eu, apodera-se bem dos sentimentos do Autor. (...)”⁹².

Desde sua constituição, esses espaços de ensino médico oficial no Brasil tiveram em seus quadros profissionais, sobretudo de professores, um grande grupo de indivíduos ligados a Portugal e, principalmente, à Universidade de Coimbra.

⁹⁰ Licurgo S. Filho. Op. Cit, p.51.

⁹¹ Id, Ibid, p. 10.

⁹² Xavier Bichat. *Observações fysiológicas sobre a vida e a morte, obtidas pela indagação dos fenomenos da economia animal. Bahia, 1816, Typografia de Manoel Antônio da Silva Serva. Terceira edição, traduzida do francês por Manoel José Estrella, lente de Fysiologia no Real Cillégio Médico-Cirúrgico.*

Adentrando no cotidiano dessas instituições importantes questões sobre a sociedade da época e os tipos de relações estabelecidas vêm à tona. Nos anos iniciais de funcionamento, inexistia um estatuto próprio que auxiliasse na gerência do ensino e nas formas de avaliação dos alunos.

Isso ocorreu até 1816 quando, devido à falta de estatutos que regulassem as habilitações e formas para os exames das matérias dos cursos, foi resolvido seguir os Estatutos da Universidade de Coimbra, de forma provisória, enquanto “*S. M. não Mandasse o contrario participando-se ao Ex.^{mo} Senhor Conde dos Arcos Governador desta Provincia e sugestando-as da aprovação esta resolução*”⁹³. Talvez isso se devesse ao fato de que o ensino para a formação de médicos ainda estivesse concentrado na Metrópole.

Uma Determinação Régia⁹⁴ de 1812, criou uma Escola completa de Cirurgia nas cidades do Maranhão e da Bahia, além de um Colégio Geral de Medicina, composto pelos melhores profissionais de Medicina e Cirurgia, onde houvesse a troca de experiências em favor do melhoramento da saúde pública, ressaltando, ainda, que deveriam ser feitos Estatutos para que os conhecimentos fossem melhor produzidos.

É interessante notar como nesse período os governantes regulavam as regras para o estabelecimento de profissionais de medicina, mostrando que ainda não há independência do “saber médico” ou “científico” em relação à administração colonial e, depois, imperial, e que estes saberes, incluindo os conteúdos sobre as plantas medicinais e a ciência no Brasil, constituíram-se com estas especificidades.

⁹³ Memória Histórica do Colégio Médico Cirúrgico (1816)

⁹⁴ Fundação Biblioteca Nacional. Divisão de Manuscritos e Obras raras. *Determinação régia criando em todas as capitais uma cadeira de história natural e, no Rio de Janeiro, o curso de filosofia, o Colégio Geral de Medicina e a Academia de Ciências Naturais. 1812.* II-30, 33,006 n°001.

O poder das autoridades, sua abrangência e o estabelecimento de uma rede de interlocuções podem ser vistos também a partir do cotidiano dos alunos e professores e seus conflitos, no período de funcionamento do Colégio Médico-Cirúrgico, mostrando-nos que, ao contrário do que possa sugerir uma análise apenas linear da história da medicina, apareceram muitas tensões no seu processo de constituição.

Percebemos, assim, que a aparente homogeneidade da instituição, amplamente divulgada nas tentativas de controlar os praticantes não oficiais, não é a única versão possível do que ocorreu neste processo. Em 30 de maio de 1816, um grupo de alunos requereu dispensa de assistir “*o curativo do hospital as sete horas da manhã por lá não se achar o Cirurgião do Partido do hospital da Sancta Caza*”.

O Colégio informou esta intenção ao Governador, classificando-a como inadmissível, uma vez que os estudantes eram obrigados a tal prática de acordo com os Estatutos vigentes. Concluíram tal documento pedindo ao governante, ordens para que os cirurgiões do Hospital comparecessem no horário estipulado para o exercício da prática.⁹⁵ No mesmo ano, registrou-se, como resposta, a recusa do Imperador ao requerimento feito a instrução de que não tolerasse a insubordinação dos alunos.

O exercício prático de Medicina, presente no plano de estudos, era precário na formação dos alunos. Seguindo os Estatutos de Coimbra, os alunos tinham grande preparação teórica, mas o Colégio expôs repetidas vezes aos governadores a necessidade de haver exercício prático da Medicina, revelando que, nesse momento, ainda era bastante deficiente a formação dos terapeutas oficiais na Bahia

Em 7 de dezembro outra questão foi à tona. O Colégio congregou-se para fazer uma representação ao Governador sobre a necessidade do estudo da Química para todos os estudantes que queriam ser Cirurgiões, alegando que precisavam de um meio

⁹⁵ Memória Histórica do Colégio Médico Cirúrgico (1816).

para se certificar que os estudantes realmente tinham tal conhecimento ao terminar o quinto ano de estudo. Como resposta, o governador deliberou que Antônio Ferreira França,

fizesse saber ao mesmo Collegio que em deferimento della elle mesmo mandava 1.º que os Candidatos do quinto anno fizessem antes do exame final de sua Approvação em Cirurgia exame publico de Chimica, e que este exame de Chimica deveria ser feito debaixo da prezidencia de seu Lente o D.ºr Sebastião Navarro de Andrade, nomeando o mesmo Collegio dous examinadores dentre os seus membros. 2.º que em tudo que não estivesse regulado por Lei, ou ordens especiaes, se seguissem os Estatutos da Universidade de Coimbra estando elle prompto a prezidir o Acto final d'Approvação de Cirurgia na conformidade dos mesmos Estatutos com avizo competente do Collegio. 3.º que se-procedessem os exames na forma ditta⁹⁶.

Note-se que Sebastião Navarro de Andrade foi posteriormente um dos examinadores das plantas medicinais que o viajante Antônio Moniz de Souza coletou. E, ainda, como o Governador arbitrava, no período, sobre questões relativas às praticas de cura oficial, reforçando, ainda, o seguimento aos estatutos de Coimbra.

A criação da cadeira de Química foi considerada indispensável não só para o progresso dos estudos de medicina, cirurgia e agricultura que foram estabelecidos na cidade, mas, também, para o perfeito conhecimento dos muitos e numerosos produtos com que a natureza enriqueceu o reino do Brasil. E, ademais, o Príncipe ordenou que ao fim de cada ano letivo lhe fosse enviada, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Brasil, um circunstanciado relato dos resultados de todos os cursos científicos e práticos da agricultura, química, medicina e cirurgia, com a informação competentes sobre a conduta, assiduidade e eficiência de cada um dos lentes, com todas as particularidades⁹⁷.

⁹⁶ Memórias Históricas do Colégio Médico-Cirúrgico (1816)

⁹⁷ Código Brasiliense. Carta Régia de 28 de janeiro de 1817. Cria na cidade da Bahia uma cadeira de Química e dá instruções a respeito. Ressalta-se que em 22 de janeiro de 1818 foi criado na Academia Real Militar da Corte um Gabinete de produtos de Mineralogia e História Natural e nomeado para ela o Frei José da Costa e Azevedo.

Em 1819 foi criada a cadeira de Farmácia, em resposta à um ofício enviado pelo Conde dos Arcos, que expunha a pretensão de Manoel Joaquim Henriques de Paiva, médico da Real Câmara, de estabelecer na Bahia a cadeira de Farmácia, que regia em Lisboa, e que também expunha a importância da cadeira para curso Médico-Cirúrgico. Foi permitido à Paiva que exercesse o ensino de Farmácia, admitindo como alunos não só os estudantes do curso Médico-Cirúrgico, mas qualquer pessoa que quisesse instruir-se nos estudos farmacêuticos⁹⁸. As aulas eram na Botica do Convento de Santa Teresa.

Henriques de Paiva era português, médico, boticário e foi o autor da “*Pharmacopéia lisboense ou coleção dos Simples*”, de 1785, cuja edição de 1802 incluía uma lista de plantas medicinais brasileiras⁹⁹. Acreditamos ser ele o “Dr. Paiva”, a quem Antônio Moniz se refere ao relatar as entregas de seus produtos em Salvador.

Mesmo os problemas apresentados, o ensino médico nos espaços acadêmicos era apresentado por quem fazia parte dele como superior. Aos outros tantos praticantes de cura, que não os poucos médicos diplomados e cirurgiões licenciados, por exemplo, era dirigida uma política de controle e fiscalização, feita pela Fisicatura-Mor, o que, porém, não impossibilitou a interação de saberes.

De 1808 a 1828, licenças para praticar as diferentes medicinas eram cedidas pela Fisicatura-Mor, órgão que regulamentou, fiscalizou e tornou oficial práticas de cura no Brasil. Autorizou o livre exercício de sangradores, parteiras e curandeiros, além de médicos, cirurgiões e boticários, sendo este um período considerado singular, imediatamente anterior ao monopólio da atividade médica ter sido obtido pela medicina acadêmica.¹⁰⁰

⁹⁸Código Brasiliense. Carta Régia de 29 de Novembro de 1819. Cria no curso Médico-Cirúrgico da Bahia a cadeira de Farmácia.

⁹⁹ Verônica Velloso. Op. Cit, p. 21.

¹⁰⁰ PIMENTA, Tânia Salgado. *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado).

A historiadora Tânia Pimenta nos informa como através dessa Instituição estabeleceu-se uma hierarquia e distinções entre os terapeutas, onde médicos, cirurgiões e boticários tinham mais status e prerrogativas que sangradores, parteiras ou curandeiros, por exemplo. Chama a atenção pra o fato de que as hierarquias não estavam soltas, mas, ao contrário, inseriam-se e adquiriam significados no contexto de uma sociedade paternalista. De médicos e cirurgiões principalmente, defendia-se que estes se diferenciavam por possuir um conhecimento teórico que os outros terapeutas não tinham e, assim,

todas as ideas sobre as quaes o pratico formar o seu systema, justamente deverão ser aquellas que ferirem os órgãos dos sentidos, ou que n'elles formarem as suas impressões: por conseguinte he dos sentidos da vista, do Ouvido, do Olfato, e do tacto, que o Medico Pratico deverá tirar os seus dados preliminares para a formação do juízo, ou capitulo de qualquer moléstia; observações estas primeiras pelas quaes se deve começar a observar qualquer doente, e indispensáveis para se distinguirem as enfermidades, e não se confundir o medico com Empírico, ou com aquelle que por uma simples rotina applica confuzamente os remédios, sem alguns princípios certos, e determinados.¹⁰¹

A Fisicatura era um juízo privativo, dividido em assuntos de competência do físico-mor ou do cirurgião-mor. O primeiro cuidava de questões relacionadas a médicos, boticários, venda de “drogas medicinais”, venda de bebidas, atuação de curandeiros, e o cirurgião-mor das questões relativas aos cirurgiões, parteiras, dentistas e sangradores, que exerciam atividades tidas como componentes de uma área extensa e genérica, a Cirurgia.

¹⁰¹ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica. Pág. 1.

Para exercer tal atuação o Físico-mor e o Cirurgião-mor contavam com o trabalho de vários oficiais a eles ligados, como os delegados ou subdelegados, examinadores, visitadores, meirinhos e escrivões, que verificavam se tudo se passava conforme o Regimento da Fisicatura¹⁰², dando atenção especial para a verificação das licenças ou cartas que autorizassem as práticas dos terapeutas.

O Alvará de 24 de julho de 1815¹⁰³ estabeleceu as funções dos guarda-mores de Saúde, como Delegados do Provedor-Mor. Foi estabelecido pelo Regimento de 22 de janeiro de 1810 que os magistrados locais fora da Corte, exercessem a parte jurisdicional do Provedor- Mor de Saúde, ficando as outras incumbências aos guardas mores.

A prática teria mostrado que essa separação não dava certo. Pelas muitas ocupações dos magistrados e pelos conflitos de jurisdição entre eles e os guardas-mores, havia muitas disputas e falta de expediente. Ficou, então, com os referidos guardas todas as incumbências. Dessa forma procurava-se ter mais unidade e presteza nos bens públicos e particulares, como aconteciam com os Delegados do Físico-Mor. Revogou-se, então, o artigo 26 do Regimento de 1810 e ordenou-se que dali em diante os Magistrados locais das Capitanias não exercessem mais nenhuma incumbência da Repartição de Saúde.

Registra-se, também, a tentativa de restringir as atividades permitidas a cada categoria e, nesse quadro, dentistas, parteiras e sangradores, praticantes pouco prestigiados socialmente como mulheres, escravos, forros e africanos, eram vistos como subalternos e práticos informais que poderiam oficializar suas atividades.

¹⁰² Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico (1815-1832)

¹⁰³ *Código Brasiliense*.

Os cirurgiões, por sua vez, após aprendizagem com um mestre ou curso em Hospital, faziam exames para conseguir licenças pra exercer a medicina de forma oficial¹⁰⁴. O Brasil não cultivou as mesmas hierarquias sociais e profissionais entre médicos e cirurgiões observadas na Europa.

A paridade entre esses profissionais nas terras brasileiras é visível desde os tempos coloniais, quando os cirurgiões eram os representantes da medicina européia no Brasil e desempenhavam as mesmas atribuições dos médicos no cotidiano. Mesmo com esta especificidade, é necessário ressaltar que o médico era hierarquicamente superior ao cirurgião, que, segundo a própria Fisticatura, deveria tratar de moléstias externas com remédios externos.

Cirurgiões e boticários poderiam conseguir licença para “curar de medicina prática”, fazendo *as vezes* de um médico de formação e podendo curar moléstias internas, mas somente onde não houvesse médico, segundo o Regimento da Fisticatura. Assim, mesmo que, na prática, o Cirurgião, ou outro terapeuta efetuasse procedimentos reservados aos médicos, estes eram vistos como detentores de um ofício mais “nobre”.

Sobre essas hierarquias o Alvará de 14 de Junho de 1816¹⁰⁵, que deu regulamento aos Hospitais Militares, definia que o Fisco-Mor, Cirurgião-Mor, médicos, cirurgiões, e ajudantes de cirurgia recebiam graduação militar. Os boticários e os ajudantes de boticário e praticantes indicados pelo Físico Mor não tinham graduação militar. Todos os empregados dos Hospitais Militares eram considerados como pertencentes ao Exército em geral e estavam sujeitos ao foro militar e julgados em Conselho de Guerra.

¹⁰⁴ Um auto de exame deveria conter todas as etapas. Primeiro era necessário o pedido para ser admitido a exame e para que a resposta fosse afirmativa era necessário apresentar atestados do(s) mestre(s) com o(s) qual (is) a pessoa havia aprendido afirmando que seu aluno possuía habilidade e havia praticado pelo tempo mínimo estabelecido (quatro anos para cirurgiões e boticários e dois anos para sangradores e parteiras; os médicos deveriam apresentar o diploma expedido pela faculdade onde . haviam se formado). Se por qualquer motivo o mestre do candidato a ser examinado não passasse o certificado, três testemunhas (que não precisavam ser conhecedoras dos ofícios de curar) deveriam ser apresentadas para jurarem que o haviam visto praticar a sua arte por determinado tempo.

¹⁰⁵ *Código Brasiliense*.

No artigo VI consta que os médicos, os primeiros e segundos boticários seriam propostos pelo Físico-Mor e aprovados por sua Majestade, os cirurgiões do Exército, os cirurgiões-mores dos Regimentos e os ajudantes de Cirurgia, tanto dos regimentos como dos Hospitais, seriam propostos pelo Cirurgião-Mor.

As propostas feitas pelo Físico-Mor, Cirurgião-Mor e Capelão-Mor seriam dirigidas ao General em Chefe, para levá-las a Majestade. Os ajudantes de Boticário seriam propostos pelo primeiro Boticário e aprovados pelo Físico Mor. Os enfermeiros seriam propostos pelos Almojarifes e aprovados pelo Inspetor do Hospital.

Para os lugares de médicos do Exército seriam propostos com preferência os que tivessem sido doutorados na Universidade de Coimbra e os que tivessem sido premiados em todos os exames do Curso Médico e, entre uns e outros, teriam primeiro lugar os que tivessem serviços médicos militares. Para Cirurgião só quem possuísse Carta de Aprovação e, além disso, tivesse sido examinado e aprovado por uma comissão formada por médicos e cirurgiões militares.

Todos os primeiros médicos seriam obrigados a entrar no serviço de segundos e os cirurgiões começavam como ajudantes de cirurgia. Havendo, porém, algum cirurgião que fosse ao mesmo tempo formado em Medicina ou em Filosofia na Universidade de Coimbra ou, em outra, poderia ser indicado para Cirurgião-Mor do Regimento e, ainda, para segundo Cirurgião do Exército.

Para boticários seriam aceitos os que apresentassem Carta de Exame com plena aprovação, com preferência para aqueles que, além da Carta, apresentassem atestações autênticas dos professores de Química e Botânica da Universidade de Coimbra, pelas quais provassem que freqüentaram e ouviram com aproveitamento as preleções daqueles Professores, pelo menos por dois anos.

Exigia-se, também, que os médicos estrangeiros obtivessem autorização para exercer o ofício da clínica junto à Fisicatura-Mor, até os anos de 1828. A Fisicatura funcionou até 1828 e, após essa data, as atividades de cura passaram a ser regulamentadas pelas Câmaras Municipais. A partir daí, o trâmite burocrático pulverizou-se, cabendo às Câmaras Municipais e às justiças ordinárias tais atribuições, mas, muitas vezes, as Câmaras delegavam esta prerrogativa à Intendência Geral de Polícia¹⁰⁶.

Em 1829¹⁰⁷, em Salvador, a Câmara deliberou, dentre outras coisas, que a abertura de Boticas estava dependente de licença, conferida após um exame, e a abertura fora desta norma estava sujeita a multa de 30\$000 e oito dias de prisão, sendo também a botica fechada imediatamente.

Pela venda de qualquer remédio falsificado ou estragado, ou por qualquer receita alterada, o Boticário sofreria pena de multa de 30\$000 réis e oito dias de prisão e à mesma pena estariam sujeitos quem vendesse remédios ativos, *suspeitosos e venenosos* sem receita de um profissional autorizado. Em relação à prática médica, determinava que nenhum indivíduo poderia em todo o distrito do município curar de Medicina e Cirurgia, partejar ou sangrar, sem título legal, visto e reconhecido pela Câmara.

O período de atuação da Fisicatura, ou seja, as duas primeiras décadas do século XIX, no qual detemos nossas principais análises, possuem características bem peculiares referentes à presença e atuação dos terapeutas populares de cura. Estes foram reconhecidos como detentores de um saber legítimo e autorizados a exercerem as suas atividades, mesmo com a existência de tentativas de hierarquização dos saberes.

¹⁰⁶ Lina Aras e Renilda Barreto. Op. Cit.

¹⁰⁷ AMS. *Posturas Municipais*. 1829. Livro 119.5

Para nós, a “*oficialização das práticas de cura populares significava o reconhecimento desse saber como legítimo, o que permitia a inclusão dos terapeutas populares entre as pessoas autorizadas a exercer alguma atividade de cura*”.¹⁰⁸ Tais praticantes tinham grande aceitação popular e ocupavam espaços importantes. Num contexto onde se ressalta a privação de medicamentos, boticários e de médicos, cirurgiões e outros indivíduos habilitados oficialmente para curar, mesmo nos centros urbanos, encontramos a aceitação de curandeiros, raizeiros, benzedores, parteiras e sangradores, e o espaço social ocupado por estes agentes de cura deve também ser entendido como um traço das características culturais do período. Estes terapeutas estavam mais próximos das concepções correntes na população, sobre saúde e doença, cura e dia-dia.

É interessante a descrição que Hildegardes Viana faz sobre os conhecimentos populares acerca das plantas medicinais no século XIX¹⁰⁹. Falando da “*Botica Velha*”, destacou que na paisagem de Salvador, existia o “*homem das folhas*”. Com balaio na cabeça, ele passava periodicamente (de semana em semana ou mês em mês) pelas ruas, como um ambulante, mas que tinha freguesia certa e era sempre esperado por seus fregueses. Mostrando autoridade sobre os conhecimentos e usos de plantas medicinais, não se tinha muitas informações à seu respeito e isso fazia parte do “*mistério*” sobre sua prática e os conhecimentos que detinha. Sua mercadoria, que adentrava pelas casas, era “*um amontoado de enrolados de folhas, entre cascos e raízes*¹¹⁰”, e aos compradores ensinava sobre os artigos, como guardar, preparar e aplicar.

Vianna caracteriza as mercadorias como “*pitorescas*”, e no balaio havia

¹⁰⁸ Tânia Salgado Pimenta. Op. Cit, p. 309.

¹⁰⁹ VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim (Crônicas de Costumes)*. Bahia: Itapuã, 1973.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 103.

“as plantas corriqueiras: maria-preta, angélica de cheiro, macela galega, angico, chicória, rompe-gibão, carqueja, almécega, crista-de-galo, dandá, mentrasto branco, assa-peixe branco, eucalipto, laranjeira da terra, fedegoso, velame branco, malva, sabugueiro, etc.¹¹¹”

Eram plantas conhecidas das pessoas, presente em quintais e que floresciam pelas ruas da cidade igualmente. Existiam também as encomendas no mocó: cordão de São Francisco, artemísia de cheiro, aroeira, etc. E no Cabuz bucha paulista, purga do campo, jalapa, semente de girassol, mel de abelha virgem, sebo de rim de carneiro e outras “preciosidades”

E os conhecimentos sobre usos religiosos das folhas? O homem da “*Botica Velha*” também levava consigo folhas de benzedura e folhas de banho, para maus como olhado, erisipela, fogo selvagem, reumatismo, ar do vento, raiva e outros que ultrapassavam a esfera dos males puramente físicos. Essas plantas cresciam pelas ruas e casas, como guiné, vassourinha morfina, arruda, salsa, melão de São Caetano, mal-me-quer, espinho cheiroso, noqueira, etc., mas algumas que carregava só eram adquiridas por encomenda.¹¹²

Cada vendedor tinha a autoridade de um doutor no assunto, conhecedor das virtudes internas e externas dos produtos, das dietas necessárias e os resguardos, como absterem-se de sol, frieza, sereno, alimentos e principalmente do vento, ou dos “perigos do ar do vento”, que poderia deixar seqüelas na vida das pessoas. E de onde vinham os conhecimentos desses vendedores? Para a autora, eles conviviam com pessoas do povo nas feiras, que sabiam mais do que muito médico formado.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 104.

¹¹² Idem, ibidem, p. 105.

Esses vendedores podem ser visto como um tipo de terapeuta popular, cuja atuação e saberes foram relevantes nesse período e onde se evidencia que a presença de negros foi significativa. Os barbeiros, muitos, escravos e forros, por exemplo, possuíam importância na Bahia, pois além de fazer a barba e cortar o cabelo dos clientes, eram músicos, dentistas e ainda ajudavam a curar os enfermos com a aplicação de sangrias e sanguessugas¹¹³.

É importante também ressaltar que, na primeira metade do século XIX, Salvador era o segundo centro urbano mais importante do Brasil, estando atrás apenas do Rio de Janeiro e os negros representavam uma grande parcela da população, e muitos negros somavam os conhecimentos de plantas medicinais oriundos da África com as informações adquiridas no Brasil e do contato com outros saberes¹¹⁴.

Para Márcia Moisés¹¹⁵, a grande atuação desses terapeutas devia-se, principalmente, à precariedade da vida material, a escassez de médicos, cirurgiões e remédios, além do sincretismo. Já para Vera Marques¹¹⁶, as artes populares estavam ligadas às raízes culturais das populações e sua utilização não deve ser explicada somente pela falta de médicos, mas pela vivacidade dos significados da cultura africana e indígena presentes.

Márcio Soares, a partir de documentação da Fisicatura-Mor, evidencia que a maioria dos pedidos e licenças para sangria no Rio de Janeiro, no início do século XIX, foi feita por escravos e forros, e que esses práticos tinham grande espaço social, preservando as tradições africanas através dos modos de sangrar e da utilização de ervas, associados à religiosidade¹¹⁷. Possivelmente, pela aceitação que tinham e

¹¹³ Olívia Biasin. Op. Cit.

¹¹⁴ André Nogueira. Op. Cit, p. 70.

¹¹⁵ Márcia Moisés. Op. Cit.

¹¹⁶ Vera Marques. Op. Cit.

¹¹⁷ SOARES, Márcio de Sousa: “*Cirurgiões Negros: saberes africanos sobre o corpo e as doenças nas ruas do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX*”. Revista Locus, v.8, nº 2, 2002.

espaços que ocupavam, aliada à ineficiente fiscalização prática da Fisicatura, o número desse grupo de terapeutas que tenha oficializado suas práticas tenha sido reduzido. No Rio de Janeiro, de 1808 a 1828, 207 sangradores, 66 parteiras e 27 curandeiros requereram licenças, (64%) juridicamente escrava (52%) ou forra (33%)¹¹⁸. Para os forros, este poderia ser um trabalho financeiramente compensador, bem como para os donos de escravos, uma vez que havia entre esses terapeutas número considerável de escravos.

Os escravos Constantino e Honorato ilustram essa concepção. Escravos de Alexandre Gomes Ferrão, após a morte do dono, prestaram exame de sangria e exerceram a função, já como escravos de sua viúva e filhos¹¹⁹. Ferrão foi morador de Salvador, onde viveu publicamente empregado, nas artes de sangrar, barbear e “*anexos*”. Porém, o próprio Ferrão havia sido um escravo, do Coronel Pedro Gomes Ferrão,

a quem havia entregue a primeira via da certidão, para que providenciasse a carta, que, contudo, não veio de Lisboa (...) Como, em 1810, gozava de sua liberdade, com a segunda via da certidão, pedia a sua carta, a fim de “ficar seguro no exercício” de sua arte. Além disso, rogava para ser aliviado do lapso do tempo, “atendendo o suplicante ser um pobre preto”, o que foi feito.¹²⁰

Tânia Pimenta ressalta que, nesse mesmo ano, Ferrão fez examinar seu escravo Prudêncio Gomes Ribeiro, preto de nação jeje. Seu nome voltou a aparecer em 1827, quando sua viúva e herdeiros solicitaram que se confirmasse a aprovação em sangria do

¹¹⁸ Tânia Salgado Pimenta. “*Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX*”. In: CHALHOUB, Sidney et al, Op. Cit.

¹¹⁹ AMS. *Livro de Exame de Sangria* (1825-1828).

¹²⁰ Tânia Salgado Pimenta. *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisicatura-mor... no Brasil no começo do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 1997. (Dissertação de mestrado).

preto Honorato, escravo do casal, a quem o finado sangrador tinha feito examinar, como citamos acima.

Esses agentes de cura eram grandes detentores de saberes sobre o uso de plantas medicinais, como mostra o abaixo assinado de 1824¹²¹, da Freguesia da Santíssima Trindade, no Rio. Nele, os moradores relataram a falta de profissionais formados para os socorrerem de suas enfermidades, devido a distância de suas moradas e a escassez dos mesmos, e solicitaram ao Imperador que fosse concedida uma licença para que o morador Joaquim Gonçalves Crespo continuasse a curá-los, com o conhecimento que tinha de várias ervas, de botânica e das enfermidades.

Em 30 de junho de 1820, Bento Barreto, morador da comarca de Jacobina, Bahia, requereu e obteve uma *Licença de Curador*, por período de um ano, para curar de Medicina e Farmácia em qualquer parte da Província, onde não houvesse médico, boticário ou cirurgião que suprisse a necessidade da população. Para isso, fez um exame para avaliação de suas habilidades com o Doutor Antônio Torquato Pires, Juiz Delegado do Conselheiro Físico Mor Fiscal, Guarda Mor e provedor da Saúde, no mesmo dia que recebeu a licença. Foi examinado e aprovado *Simpliciter* “*segundo seos pocos conhecimentos na forma que recomenda o paragrafo vinte cinco do regimento deste Juizo de vinte de janeiro de mil oitocentos e dez (...)*”¹²² Seu requerimento foi aceito e tem uma peculiaridade que merece destaque.

Foi-lhe concedida a licença de Curador por um ano, mas Bento ficou obrigado a consultar um médico mais próximo no caso de moléstias mais graves, pois em caso contrário, não valeria mais sua licença. Dr. Antonio Torquato Pires, que concedeu a

¹²¹ BNRJ. *Abaixo Assinado dos moradores da Freguesia da Santissima Trindade, termo da Vila de Santo Antonio de Sá, à S.M.I., em favor de Joaquim Gonçalves Crespo, para que pudesse curar por meio de ervas. Freguesia da Santissima Trindade, 14 de nov, 1824.* Seção de Manuscritos. Localização: I-47,19,16.

¹²² AMS. Livro de Licença de Cirurgiões (1818-1828), fls. 16-17.

Licença, recomendou ainda que os oficiais sob sua jurisdição e de todas que tomassem conhecimento do documento não tivessem contendas com o Curador, enquanto não findasse o prazo que lhe concedeu, indicando que tais praticantes estavam sujeitos à constante fiscalização.

Pimenta¹²³ observa que o curandeiro era legalmente um terapeuta conhecedor de plantas medicinais nativas e as empregava para tratar moléstias típicas de determinadas regiões. A primeira imposição feita, aos que oficializavam suas práticas sob a denominação de curandeiro, era usar ervas do país, conforme o regimento de 1810. Essa imposição revela a importância que as plantas medicinais nativas tinham no período. Conhecidas há séculos e utilizadas por diversas culturas, parece que nesse momento eram oficialmente reconhecidas como um instrumental útil e válido no tratamento das enfermidades.

A licença concedida ao curandeiro Bento Barreto é indicativa da importância de seus conhecimentos de cura, com significados analisados no contexto específico da época, quando a falta de médicos fazia o valor de um curandeiro ser muito alto, principalmente por seus conhecimentos sobre as plantas. Identificar quem foram esses curandeiros, social e etnicamente, detentores desse saber, legitimado e utilizado pelos terapeutas oficiais, como veremos posteriormente, pode nos ajudar a definir o “popular”, ou seja, quem realmente eram esses sujeitos, que conviviam com os terapeutas advindos das instituições oficiais.

Outro interessante fato foi a presença de um “Curador” atuando no espaço oficial de cura no ano de 1807. Nesse ano, em 12 de dezembro, o Sargento-Mor de Inspeção do Hospital Real Militar examinou doente que tinham erisipela e haviam se “sujeitado” a receber tratamento do “*Curioso Felis Vicente*”. No dia 20 de fevereiro de 1808, o

¹²³ Pimenta, “*Transformações no exercício das artes de curar...*”, p. 68.

mesmo Sargento registrou que “*O Curador de Erizipelas dá por este anno acabada a Cura das Erizipelas por não fazerem efeito os remédios Senão nos mezes de Dezembro, Janeiro, e miados de fevereiro*”¹²⁴. Diz ainda que foram curados 10 dentes, e além disso foi estancado o sangue do enfermeiro Joaquim que o lançava pela boca continuamente. E por fim, informa que o Curador “*Se oferece para Curar idropezias, chagas na garganta, inflamaçoens nos bofes, afigados e Cezoens, com as mesmas Ervas sem fazer despeza de butica*”¹²⁵. Dessa forma, nota-se que os conhecimentos sobre plantas estiveram presentes e circularam nos espaços oficiais de cura também por meio dos praticantes populares de cura.

Num curto período (1825-1828), referente à atuação desses agentes, 27 praticantes de cura requereram e obtiveram licença através de exame, sendo 4 parteiras, 2 dentistas e 21 sangradores, em sua maioria pretos forros e escravos. Temos como exemplos o preto forro Antônio de Araújo de Santa e Anna, de nação Mina, que em Exame feito na residência do Cirurgião e delegado do Físico-mor, juntamente com os examinadores e foi aprovado para curar de Sangria e sua *anexas*, que eram “*sarjar, lançar ventosos, e deitar sanguessugas (...)*”¹²⁶ A aprovação concedia ao praticante a denominação de *Simpliciter*, e recebendo uma certidão, deveria requerer no Juízo superior uma carta de confirmação que deveria apresentar em 6 meses, como mandava o Regimento.

Segundo Pimenta, de acordo com o Regimento de 1810, quem saísse do exame com a aprovação por apenas um dos dois examinadores deveria, após seis meses, apresentar um atestado do mestre evidenciando que havia estudado por mais seis

¹²⁴ Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço 435. Hospital Real Militar (1805-1818) *Apud* BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. *A Medicina Baiana nas Brumas do Passado*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002, p. 60.

¹²⁵ Id. *Ibid.*

¹²⁶ AMS. *Livro de Exame de Sangria* (1825-1828).

meses e, então, após o pagamento de novos exames, poderia fazê-los. Mas, por volta de 1826, ao ser aprovado por apenas um dos examinadores, o terapeuta receberia a carta de exame trazendo a especificação: “aprovado *simpliciter*”, como mostra o caso do preto forro Antônio. Sobre as parteiras, Lycurgo Santos Filho afirma que “*a Obstetrícia está nas mãos das comadres e aparadeiras. Para o Brasil emigram parteiras estrangeiras, quase todas francesas. A mais célebre delas, diplomada em 1834 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi madame Durocher*”¹²⁷.

Em relação aos Cirurgiões, na Bahia, a presença deles foi grande no período da institucionalização médica. Entre 1818 e 1828 foram concedidas 40 prorrogações de licenças anteriores. As prorrogações eram concedidas por um ano e alguns cirurgiões de lugares fora de Salvador, como Vila de São Francisco, Iguape, Valença e Jacobina as obtiveram. Nos casos dos pedidos de licença para usar do ofício de curador ou curandeiro não se apresentava certidão de mestre e, sim, atestados de pessoas com posição social respeitável.

As cartas de médico, cirurgião e boticário e as licenças para curar de medicina, desde que já possuíssem cartas de cirurgião ou de boticário, eram passadas em nome do rei, príncipe ou imperador, conforme a época em que fossem expedidas. Já as cartas de sangrador e parteira eram assinadas pelo cirurgião-mor e a licença de curandeiro era assinada pelo físico-mor ou algum delegado seu.

Isso aponta para a diferença entre a importância conferida a essas atividades, pois as mais valorizadas teriam sua carta assinada pela autoridade máxima da sociedade, o que reafirmaria sua melhor posição na hierarquia das práticas médicas, em contraste com as cartas e licenças assinadas pelos Físico-Mor e Cirurgião-mor.

¹²⁷ Lycurgo S. Filho. Op. Cit. P. 14. Sobre a importância e inserção das parteiras no contexto de cura do século XIX em Salvador ver: BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX. Salvador (1832-1889)*. Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).

Tais fontes nos revelam algumas questões importantes acerca da regulamentação da medicina do período, mas, de forma instigante, algumas também evidenciaram aspectos do contexto político do início do século XIX, mostrando como as contendas políticas e os prejuízos causados pela Guerra de Independência (1822) afetaram suas práticas. Esse motivo foi alegado pelo cirurgião José Caetano Alvim em 1825. Havia feito exame em 1818 e

não lhe fora possível obter outra por cauza dos prejuizos que sofrera no tempo em que as Tropas Lusitanas occuparão esta Provincia (...)” o cirurgião teve seu pedido atendido ficando porém, “obrigado a apresentar confirmação della pello Conselheiro Físico Mor do Imperio do Brazil dentro de seis meses. Pello que mando aos fiscaes deste Juizo que com elle não contendão enquanto não finadar o prazo que por esta lhe concedo(...)”.¹²⁸

Em 1826, Manoel da Silva Lobo, cirurgião, alegou a guerra de independência, como motivo para não ter prorrogado sua licença que vencera em 1821. No mesmo ano o cirurgião Pedro da Silva Pimentel também alegava a guerra de independência para não ter prorrogado a licença. Porém, são acrescentadas aos documentos considerações valiosas sobre o cotidiano das práticas de cura, atribuindo o fato também ao pouco interesse que se teria mostrado até o momento pela Arte da medicina, afirmando que além dos prejuízos causados pela guerra que o impossibilitaram de requerer a prorrogação, não o fez também devido “*mesmo pelo pouco interesse que teve feito pela sua Arte desde esse tempo até o presente e por que queria continuar a curar de Medicina (...)*”¹²⁹.

¹²⁸ AMS. *Livro de Licença de Cirurgiões (1818-1828)*, fl. 12.

¹²⁹ AMS. *Livro de Licença de Cirurgiões (1818-1828)*, fls. 14-15.

Em 13 de Abril do mesmo ano registrou-se o pedido de licença concedida ao Cirurgião Mor Manoel José Bahia para curar de medicina prática por mais um ano, uma vez que a licença que obtivera antes estava finda desde 1820. O cirurgião alegou que não lhe tinha sido possível obter a confirmação no Juízo superior e nem mesmo a prorrogação, pois a cidade viveu oprimida pelas tropas lusitanas, momento em que

sofreo o Suplicante varios prejuizos, e faltas de Dinheiro por ter imigrado para o Reconcavo, e ali curado gratuitamente aos Enfermos da Nação, e por que queria continuar a curar de medicina nesta ditta cidade, e em outra a qual que passe onde se elle ofereseo, e não podia fazer sem Licença deste Juizo (...)¹³⁰.

Seus motivos foram considerados justos e, assim, como nos outros casos relatados, ficou isento de pagar o valor de atraso e teve a licença prorrogada por mais um ano, ficando também obrigado a apresentar confirmação do Conselheiro Físico-Mor em seis meses, e ainda ficando livre nesse período da ação dos oficiais que fiscalizavam o cumprimento do Regimento.

Lembramos que a Guerra de Independência acabou em Julho de 1823, com o embarque das tropas do General Madeira de Melo para Portugal, mas, durante o período de Guerra, muitos baianos emigraram para o Recôncavo, saídos de Salvador e das vilas do interior¹³¹. Acreditamos, que, entre eles, estavam os profissionais de cura.

2.2. Teorias sobre saúde, doenças e os usos de plantas medicinais

Os terapeutas, acadêmicos ou não, ao longo do tempo, utilizaram diversas concepções teóricas como base de suas atividades. Estas, em grande medida, foram

¹³⁰ AMS. *Livro de Licença de Cirurgiões (1818-1828)*.

¹³¹ Lucas Junqueira. Op. Cit. p. 76.

formas de entender o mundo que os cercava, as doenças e as possibilidades de cura. Iremos nos concentrar nas concepções que exerciam maior influência na medicina acadêmica em Salvador no período e identificar suas especificidades.

Sobre a circulação de livros sobre o tema em Salvador, no início do século XIX, os periódicos revelam que havia certa divulgação e venda de livros sobre medicina e ciência, entre eles alguns títulos como “*Proposta do Enfermeiro muito util aos Hospitales*”¹³², “*Compendio de Botânica por Felix d’Avellar*”, e uma vasta lista publicada no dia 25 de junho de 1811¹³³, incluindo “*Aviso ao Povo por Tissot, obra utilíssima aos Cirurgiões e mais pessoas*”, “*carta Apologética, sobre applicação dos remédios à erisipellas, febres biliosas, podres, ou malignas, obra utilíssima a todas as pessoas*”, “*Compendio de botânica. Noções Elementares desta Sciencia pelos melhores Authores*”, “*Compendio de agricultura*”, “*Cirurgia de La Fay*”, “*Diccionario de Historia natural, e termos Technicos, extrahidos de Linneo por Domingos Vandeli*”, “*Fundamentos Botânicos de Carlos Linneo, ilustrado, e accrescentado por Manoel Joaquim Henriques de Paiva*”, “*Observações Medicas e Doutrinaes*”, “*Pharmacopéa de Pinto*” e “*Poliantéa medicinal*”.

As notícias sobre essas obras indicam um momento de interesse por questões tanto médicas como botânicas e agrícolas, no intuito de melhor aproveitar os elementos da natureza, tanto economicamente, quanto terapeuticamente, no estudo de remédios e formação de farmacopéias.

Santos Filho afirmou que até 1808, quando se instalou a Imprensa Régia, apenas algumas publicações de autores, cirurgiões aprovados, relatam a experiência que possuíam em doenças tropicais. Em fins do século XVIII e princípios do XIX, outros manuscritos médicos e botânicos circularam e muitos foram publicados pela Academia

¹³² CEDIG-UFBA. Jornal Idade D’Ouro do Brazil, 7 de junho de 1811.

¹³³ CEDIG-UFBA. Jornal Idade D’Ouro do Brazil, 25 de junho de 1811.

Real das Ciências de Lisboa, no jornal *O Patriota*, pela Impressão Régia e Tipografias. Obras de Manuel Arruda Câmara, Jacinto José da Silva Quintão, Luís Antônio de Oliveira Mendes, frei José Mariano da Conceição Velloso, Bernadino Antônio Gomes e Manuel Joaquim Henriques de Paiva são alguns exemplos. E com o estabelecimento da Impressão Régia, lentes das escolas médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e da Bahia, e outros profissionais, passaram a publicar opúsculos, livretos e compêndios¹³⁴.

Ainda em 1815 foi lançado no Rio de Janeiro, os “*Compendios de Medicina Pratica*”, de José Maria Bomtempo, obra que circulou também na Bahia. Segundo o autor, a ela foi entregue, juntamente com a *Matéria Médica*, à Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, em 1810, e serve como uma amostra das teorias e terapias médicas em voga no período e como um indicativo da presença e importância do uso das plantas medicinais nesse período. Nela a medicina prática é definida como “*a sciencia que ensina a conhecer, distinguir e curar as enfermidades que attacão a especie humana*”¹³⁵.

As condições de salubridade e higiene nas cidades no início do século XIX foram amplamente discutidas e fizeram parte do contexto onde essas teorias e estudos desenvolveram-se. Consideradas bastante precárias, já em fins do século XVIII, Vilhena informava que “*(...) tão contaminado é o (ar) dessa cidade que a experiência de todos os dias mostra, que é raro, o que pela primeira vez vem a ela (...) que não adoença mortamente de bexigas (...)*”¹³⁶ A preocupação com as doenças que mais assolavam a

¹³⁴ Licurgo Santos Filho. Op. Cit. p. 44.

¹³⁵ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica. Pag. 1.

¹³⁶ VILHENA, Luís dos Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969, p. 154. Mesmo tratando-se de um período posterior ao estudado, é interessante ver o debate entre contagionistas e infeccionistas, e a crença de que várias das epidemias eram transmitidas pelo ar viciado, ou pelos miasmas, mapeados por Sidney Chalhoub, em “*Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*”. São Paulo, Cia das Letras, 1996.

população eram constantes e, ainda, em 1799, uma circular expedida aos Governadores dos Domínios Ultramarinos recomendava que tais governantes

procurassem introduzir a inoculação das Bexigas, principalmente nos Meninos Negros e Indios, visto ter mostrado a experiencia ser este o unico, e efficaz preservativo contra o terrivel flagelo das Bexigas naturaes, que tem causado tão consideraveis estragos nas Colonias Portuguesas, e não constando a V.A.R. quaes sejam os efeitos que devem ter resultado de huã tão saudavel providencia. Ordena novamente o mesmo Senhor que VS^a por meio dos Medicos, e das Cazas dos Expostos onde as houver, e com o exemplo e a persuasão procure fazer adaptar a pratica da inoculação, edê conta dos progressos que se fiserem neste importante objecto¹³⁷.

Em Salvador, a Câmara estabeleceu em 1829, que as pessoas que tivessem em casa pessoa morféctica, ou suspeita da doença, deveria *“denunciá-la à Câmara, ou ao Fiscal da mesma, ou ao Juiz de Paz competente, ou mesmo ao official do quarteirão¹³⁸”*. A pena para quem não fizesse seria de 6\$000 réis ou três dias prisão e ficava a cargo da autoridade competente, a verificação da moléstia, e condução do enfermo para a Quinta dos Lázaros, ou para qualquer outra parte distante da Cidade e povoações à escolha dos parentes, ou amigos do enfermo. Os Hospitais, por sua vez, à exceção dos já existentes, deveriam ser construídos longe da cidade, e multava-se quem instalava hospitais em suas próprias casas.

A maioria das cidades no período ainda era bastante insalubre, não apresentando o padrão de modernidade e progresso esperados, e os governantes, utilizando-se dos estudos e teorias médicas, iniciaram um processo de intervenção, com várias ações como a derrubada de prédios deteriorados ou que impedissem circulação do ar; no estudo da localização das casas e do material utilizado na construção; na drenagem,

¹³⁷ BNRJ. Divisão de Obras raras e publicações. Seção de manuscritos. Localização: I-31,30,102.

¹³⁸ AMS. *Posturas Municipais*. 1829. Livro 119.5.

pavimentação, alargamento e iluminação de ruas; na melhoria no suprimento de água potável à população e na organização do sistema de esgotos, para que os dejetos não fossem atirados às ruas¹³⁹.

Na Bahia, o assunto também foi amplamente discutido e as questões de higiene e saúde pública tornou-se o tema dominante nas esferas eruditas da sociedade, e esteve associada ao progresso e à civilização. As regulamentações visando a melhoria da saúde pública e condições de salubridade na cidade foram constantes.

Em 1829, as Posturas Municipais determinavam que os talhos ou açougues somente poderiam ser estabelecidos em casas abertas e públicas, para que fosse possível fiscalizar a sua limpeza e salubridade, além do estado dos produtos comercializados; que qualquer navio chegado de fora do Império teria que ser vistoriado pela visita da saúde antes de qualquer pessoa desembarcar, e que quem recebesse em sua casa particular, ou de hospedaria pública essas pessoas antes da visita pagaria 10\$000, ou seis dias de Cadeia.

Proibiu-se que corpos fossem enterrados nas igrejas e os cemitérios deveriam começar a ser construídos fora da cidade. Regulava-se ainda a forma dos enterros, gêneros de estiva vendidos em casas públicas. As valas e riachos da cidade e subúrbios que atravessassem terrenos particulares deveriam ser limpos e desentupidos pelos proprietários ou locatários, além de dessecar pântanos e águas estagnadas, sob pena de 10\$000 ou cinco dias de prisão. Nenhuma pessoa poderia conservar imundos, ou com águas estagnadas, os quintais e pátios de suas casas, sob pena de 8\$000 réis ou quatro dias de prisão. Ficavam proibidos os canos que despejassem imundícies sobre as ruas, sob pena de 10\$000 réis ou cinco dias de prisão na metade desta pena incorria quem não conservasse limpo os desaguadouros da chuva.

¹³⁹ VIGARELLO, Georges. *História das práticas de saúde*. Lisboa: Editoria Notícias, 2001.

O despejo das casas deveria ser levado ao mar, à noite em vasilhas cobertas, e quem o fizesse em outros lugares estariam sujeitos à pena de 2\$000 réis ou vinte e quatro horas de prisão, ficando os senhores responsáveis por seus escravos. A Câmara designaria os locais onde deveriam ser depositados os lixos e entulhos. Infração: 2\$000 réis ou vinte e quatro horas de prisão e nenhuma pessoa poderia conservar terreno ou edifício desocupado a menos que o mantivessem fechado e limpo, sob pena de 4\$000 réis ou dois dias de prisão, com a limpeza sendo feita pelo a custa dos respectivos proprietários, administradores ou rendeiros¹⁴⁰.

No porto de Salvador, havia multiplicidade de contatos e, cada vez mais navios vinham descarregar mercadorias, carregar produtos locais e reabastecer de água e víveres. Mercados locais, regionais e internacionais interagindo, com diferenciados tipos de frotas circulando. Nos séculos XVII e XVIII, os navios permaneciam geralmente três meses no Porto, e no século XIX esse tempo diminuiu para 2 ou 3 semanas¹⁴¹.

Inseridos nesse contexto, os agentes de cura desenvolviam suas atividades e discutiam acerca das teorias médicas que circulavam no período. Em Salvador, como em outras partes do Brasil, no início do século XIX, os médicos vinham de escolas estrangeiras, principalmente da França e Portugal, onde diversas teorias coexistiam, desde fins do XVIII, e disputavam a hegemonia do saber em questões relativas à doenças e cura. Apesar da origem da maior parte das doenças permanecerem desconhecida, uma das explicações mais recorrentes era assentada nos malefício do desequilíbrio dos humores do corpo, do ar maléfico e do clima desfavorável, idéias assentadas na tradição galênica e hipocrática.

¹⁴⁰ AMS. *Posturas Municipais*. 1829. Livro 119.5

¹⁴¹ Kátia Mattoso. Op. Cit.

A tradição galênica permaneceu entre os portugueses e brasileiros até o século XIX, assentada na doutrina Humoral de Hipócrates. Para Galeno, o corpo humano compreendia partes simples e partes compostas com propriedades (calor, frio, secura, e umidade), relacionadas aos quatro humores hipocráticos (sangue, pituíta ou fleuma ou catarro, bile amarela e bile negra ou melancolia). Entendia que o medicamento deveria provocar efeito contrário aos sintomas da doença, por exemplo, as doenças quentes deveriam ser tratadas com medicamentos frios; as úmidas, com medicamentos secos. Era o princípio hipocrático *contraria contrariis*, que permaneceu como um preceito basilar da terapêutica médica alopática.

A terapêutica galênica foi profícua no uso de técnicas e fármacos destinados a evacuar os fluidos do interior do organismo, objetivando equilibrar os humores. Desta forma, defendia-se a aplicação de purgantes, eméticos, sangrias, clísteres, ventosas e diuréticos. Nos tratamentos para embaraços gástricos ou intestinais, se recomendava “(...) *hum simples emético dado com graduação (...) assim como hum suave laxante, ou um purgante minorativo para a afecção intestinal*¹⁴²”.

Uma via de ingresso do galenismo no Brasil foi através dos estudantes de medicina na Europa. O contato com as doutrinas médicas também se deu através dos manuais de medicina, dos doutores recém-formados, dos naturalistas e dos botânicos, que vieram ao Brasil explorar a fauna e a flora nativas em fins do século XVIII e nas primeiras décadas do século XIX, e dos médicos estrangeiros¹⁴³.

Destacando o estudo das moléstias febris, José Maria Bomtempo afirmava em seu “*Compêndios de Medicina Prática*” que ao adotar o sistema médico pineliano,

¹⁴² José Maria Bomtempo. *Compêndios de Medicina Prática feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica. Pag. 23.

¹⁴³ BARRETO, Renilda. *A medicina luso-brasileira. Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa. (1808–1851)*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2005. Tese de Doutorado.

procurava expor um método de simplicidade, clareza e organização, fundado “*nos claros conhecimentos da anatomia moderna, seu methodo de observação Hypocratica, o tornão recomndavel, e útil a quem deve seguir a carreira intrincada da observação, e experiência Medica*¹⁴⁴”.

O galenismo também se referia à dietética, voltada aos alimentos, discorrendo acerca das faculdades e temperamentos dos medicamentos simples, mostrando uma diferença entre fármaco e alimento, e salientando a questão dos bons e maus humores dos alimentos¹⁴⁵.

No início do século XIX, a medicina avançou no conhecimento da estrutura do corpo humano, e o francês François Bichat estabeleceu um sistema das estruturas normais e patológicas, baseado mais sobre a estrutura dos tecidos que sobre dos órgãos. No final do século XVIII, o inglês John Brown afirmava que a vida não era um estado normal espontâneo, mas um estado forçado mantido à custa de estímulos contínuos.

O estado de saúde seria constituído pela excitabilidade normal dos órgãos e uma dosagem apropriada de estímulos. Todo desvio do estado de excitação normal resultava num estado mórbido que poderia ser estênico (se a excitação fosse demasiadamente forte) ou astênico (se a excitação fosse fraca) e o diagnóstico dependia, principalmente, do pulso e da temperatura. Para a terapêutica, Brown prescrevia sedativos nos casos de estenia e estimulantes no caso de astenia¹⁴⁶.

Um dos mais ativos divulgadores das doutrinas médicas na virada do século XVIII para o XIX foi o cirurgião, médico, professor, tradutor e autor Manuel Joaquim

¹⁴⁴ Id, Ibid, p. 7.

¹⁴⁵ CAMARGO, Maria Thereza de A. *Breve estudo da influência portuguesa na medicina popular do Brasil desde seu descobrimento*. Jornada de Estudos Medievais. Aracaju, 2000. Texto disponível em: <http://www.aguaforte.com/herbarium/influenciaportuguesa.html>

¹⁴⁶ Id. Ibid.

Henriques de Paiva, certamente quem introduziu em Portugal, como também na Bahia, alguns sistemas médicos vigentes na Europa. No dia 22 de outubro de 1816, o jornal *Idade d'Ouro do Brazil* noticiou o lançamento da obra *Observações Fysiológicas sobre a vida e a morte, pela indagação dos fenômenos da economia animal*, de Bichat, traduzido e com notas de acordo com a teoria de Bawm, pelo lente do Fisiologia do colégio Médico-Cirurgico Manoel José Estrella¹⁴⁷.

Na terça-feira, 12 de novembro de 1816, o mesmo jornal dava conta de ter sido lançada a obra *Prospecto de hum Sistema simplicissimo de Medicina*, de Brown, traduzido Por Manuel Joaquim Henriques de Paiva¹⁴⁸. Ele foi o responsável pela introdução da doutrina browniana na literatura médica portuguesa e, também, no Brasil. Havia uma preocupação com a profilaxia das doenças contagiosas, com o estudo da atmosfera, das águas, das habitações, dos hospitais, das prisões, dos portos, da alimentação, das atividades físicas e da higiene pessoal.

Voltando à obra de Bomtempo, ele destacou o que chamou de sete ordens febris – “*angiotênicas ou inflamatórias, meningo-gástricas e biliozas, adeno-meningeas ou mucozas, adinamicas ou pútridas, ataxicas ou malignas, adeno-nervosas ou pestilenciaes e hectias*¹⁴⁹”, e informou sobre um grande número de outras doenças, fornecendo uma lista de causas e sintomas tratamentos, onde são preconizados tratamentos diversificados, misturando principalmente compostos químicos, eméticos, narcóticos, sangrias e plantas medicinais.

Destacou como causas de diferentes febres o temperamento linfático, melancolia, habitação nas costas das montanhas, lugares pantanosos, insalubres, frios,

¹⁴⁷ CEDIG-UFBA. Jornal Idade D'Ouro do Brazil, 22 de Outubro de 1816.

¹⁴⁸ CEDIG-UFBA. Jornal Idade D'Ouro do Brazil, 12 de Novembro de 1816.

¹⁴⁹ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica.

úmidos e baixos, falta de limpeza, alimentos de má qualidade, falta de boa água, lugares onde não havia renovação do ar e alterados por exalações de matérias em putrefação, miasmas e eflúvios dos charcos.

Sobre a denominada “*febre mucosa*”, informa aos leitores da obra, que a causa da moléstia seria a irritação das membranas mucosas que revestem as vias alimentares. No princípio da enfermidade se deveria usar “*os brandos nauzeantes*”, de origem vegetal, com resultados já conhecidos. Com exemplos cita a Ipecacuanha, que deveria ser utilizada por mais de um dia; pequenas doses de Ruibarbo, quando existisse também a constipação do ventre. Se houvesse o uso do Ruibarbo, recomendava ainda que depois dele se utilizasse a quina, ligada com as bebidas alcoolizadas e plantas aromáticas, como a serpentaria, a valeriana e a canela¹⁵⁰.

Sobre a quina diz que suas propriedades adstringentes eram há muito tempo conhecidas, e o maior efeito da preciosa casca era atuar positivamente sobre “*a contractibilidade, conservando esta, e mesmo augmento-a, cuja virtude he própria a esta casca, pelos seus princípios (...)*”¹⁵¹.

Verônica Velloso destaca que os homens de ciência do Brasil estiveram envolvidos no movimento de busca por princípios ativos das drogas vegetais, os denominados alcalóides, e como exemplo cita a Ipecacuanha e a Quina. Em 1810, Bernadino Antônio Gomes isolou o primeiro alcalóide da quina, a *cinchonina*. Também foram isolados a morfina, a emetina da Ipecacuanha em 1817; a estriçnina, das favas de Santo Inácio e da nox-vomica em 1818; e o quinino, da quina, em 1820. Posteriormente, ocorreu a sintetização de compostos orgânicos em laboratório, dando

¹⁵⁰ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica.

¹⁵¹ Idem, *ibidem*, p. 27-28.

origem a novos medicamentos, que extrapolaram os três reinos da natureza. 1828, a uréia foi sintetizada¹⁵².

Essas observações mostram como nesse período, inúmeras plantas não só eram amplamente utilizadas, como tinham suas propriedades estudadas e divulgadas. Na decisão de 12 de março de 1813, que lista a dieta e rações que deveriam ser ministradas à doentes e empregados há a indicação do uso de ervas para a alimentação, como mostra os trechos selecionados a seguir:

N. 1. É Composta de caldos de mão de vacca correpondente a cada dez caldos, de seis onças cada um, uma mão de vacca, e uma onça de toucinho. Os professores poderão mandar ajuntar a esse número hervagens próprias do tempo e que sejam vantajosas aos doentes. Este número servirá para todos os doentes que estiverem a caldos.

N. 2. É composta de caldos de gallinha, correspondendo a cada seis caldos de quatro onças cada um, uma gallinha, uma onça de toucinho, e hervagem do tempo, se os Professores julgarem necessário. Destes caldos só de poderá usar em casos raros e de uma indispensável e absoluta necessidade.

N. 3. É composta de oito onças de vacca, cinco para o jantar e três para a ceia, duas onças de arroz, e um pão de 20 réis para o jantar, e um dito para a ceia. Os doentes que tiverem esta ração poderão ter um quarto de gallinha ao jantar e outro à ceia com o mais determinado neste numero, seo estado das forças do seu estomago exigir esta alteração.

(...)

Almoços:

N.1. Consta de duas onças de chocolate e um pão de 20 réis.

N.2. Consta de tres onças de café em pó, de uma onça de assucar e de um pão de 20 réis.

N. 3. Consta de duas onças de farinha de trigo, um ovo e uma onça de assucar.

N. 4. Compõe-se de duas onças de farinha de cevadinha ou de cariman, um ovo e uma onça de assucar.

N. B. As rações acima mencionadas podem ser dadas cosidas guizadas ou assadas, segundo a ordem dos Professores; tendo estes em vista que os doentes que tiverem estas rações guizadas ou assadas não terão caldo ao jantar. Só os doentes que tiveram à ração de ns. 3 e 4 terão direito aos almoços indicados nos ns. 1,2,

¹⁵² Verônica Velloso. Op. Cit, p. 260-261.

3 e 4: pertencendo aos que tiverem a ração de n. 5 um caldo feito segundo a ração de n. 1, e neste caldo poderão os doentes lançar a farinha ou pão da sua respectiva ração.

Os doentes que tiverem as rações de ns. 3 e 4, só teem direito a ter frutas que serão distribuídas do modo seguinte: Para cada doente que estiver nas circumstancias acima mencionadas se arbitrará duas limas ou limões ou duas talhadas de annanaz ou duas bananas cruas ou assadas, ou duas laranjas, destas poderão usar também aquelles doentes que tiverem a ração de n. 1 e 2, duas talhadas de melancia e de melão; porém estas só serão dadas em caso mui particular.

A ração do Official é a mesma que a dos soldados nos ns. 1 e 2; mas no n. 3 terá mais meio frango assado para o jantar, e duas onças de chocolate para o almoço. Os que tiverem a ração de n. 5 terão além do que este número determina um quarto de gallinha, ou metade de um frango assado para o jantar, duas fructas do tempo e meio frango para a ceia. Os Professores poderão dar aos Officiaes que tiverem a ração de n. 5 uma libra de carne para o jantar e outra à ceia. Em logar de gallinha.

(...)

Ração do Capellão:

É composta de duas libras de vacca, duas de carne de porco, tres onças de toucinho, quatro onças de arroz, quatro pães de 20 réis, um décimo de farinha de guerra, meia medida de vinho da quartilha do paiz, quatro onças de chocolate, quatro fructas do tempo, duas velas de sebo. Nos dias de magro terá a ração de peixe que não exceda á que fica determinado. O vinho será distribuido aos doentes que delle necessitarem, na forma já estabelecida pela Direcção Medico-Cirurgica e administrativa do Hospital. Os facultativos encarregados do serviço do Hospital poderão receitar, além destas rações, algumas mais extraordinárias, segundo pede o estado do doente; mas nestes casos darão logo parte á Direcção, que parecendo-lhe excessiva ou intempestiva, farão os Membros Facultativos uma conferencia ao doente, e nella determinarão o que mais convier à saúde do enfermo.

Secretaria de Estado em 12 de Março de 1813.- Pedro Francisco Xavier de Brito.¹⁵³

Outra fonte sobre a utilização das plantas na medicina foi encontrada através da pesquisa sobre José Lino Coutinho, que nasceu na Bahia, em 1786, ingressou na Universidade de Coimbra, onde estudou medicina e obteve o grau de bacharel. Após curta estada na França e na Inglaterra, fixou-se em sua cidade natal, onde foi deputado

¹⁵³ *Código Brasileiro*. Decisão 11- Guerra. 12 de março de 1813. Marca as dietas que se devem ministrar aos doentes e empregados do Hospital Real Militar.

na Assembléia Legislativa, em 1826. Dele se tem diversos escritos sobre as águas minerais da Bahia, sobre a doutrina de Broussais, sobre a organização das escolas de medicina e trabalhos parlamentares¹⁵⁴. Inserido nesse contexto do início do século XIX, o médico José Lino Coutinho, apresentou em um importante trabalho suas idéias acerca das enfermidades, e sobre importância do ar na medicina. Temos conhecimento dessa obra através do comentário escrito do médico e Físico-Mor do Reino José Pinheiro de Freitas, denominado “*Topographia Médica a Bahia- um comentário crítico*”, datado de 1822, sobre uma Topografia Médica apresentada por Coutinho. Este seguiu a linha das “*Topografias Médicas*” surgidas no século XVIII, que faziam balanços sanitários sobre uma comunidade, apresentando as doenças, clima, estado das ruas, usos e costumes dos habitantes, alimentos, terapias, numa perspectiva de Estado higienista, que se intensificou na segunda metade do século XIX.

Ademais, esta obra nos apresenta uma relevante contribuição, ao expor de forma singular a presença e utilização de plantas medicinais pelos terapeutas acadêmicos, indicando um espaço de apropriação dos conhecimentos populares sobre elas. José Lino Coutinho¹⁵⁵ é considerado como um dos homens mais ilustres da Bahia no início do século XIX, dedicado à ciência, medicina e seu desenvolvimento.

Sua *Topographia*, segundo Soares, estava dividida em três partes: a primeira parte continha uma descrição física da cidade de Salvador, com longitude, latitude, águas, ar, clima. É uma descrição dos usos e costumes dos habitantes, incluindo brancos e negros,

¹⁵⁴ Sergio Góes de Paula. Op. Cit.

¹⁵⁵ Lino Coutinho aparece no Livro de Licenças de Cirurgiões (1818-1828), fl. 10, como um dos examinadores que concediam as Licenças após os Exames, como mostra o exame de cirurgia prática feita pelo cirurgião Pedro Macedo e, 3 de Novembro de 1820, onde “*na forma do Regimento e foi aprovado pelos O D. Diogo Ribeiro Sanches e D. José Lino dos Santos Coitinho em virtude do que lhe mandou passar o competente título (...)*” Também figurou, como mostramos como um colaborador para as atividades de Moniz de Souza, e como um médico interessado e incentivador na busca pelo conhecimento do uso das plantas medicinais.

e assuntos de matérias de Polícia Médica, como limpeza da cidade, hospitais e cadeias. A segunda trazia uma relação das predisposições para doenças, suas causas, moléstias agudas e crônicas mais freqüentes na cidade, os tratamentos prescritos e exemplos da Prática de Coutinho como médico. A terceira parte apresentava um catálogo de plantas extraídas dos escritos de Anchieta e de plantas cujo valor medicinal aprendera com curandeiros da cidade e do sertão.

Na crítica à segunda parte da obra, Freitas Soares se detém para tecer considerações. Apesar de destacar que “Esta parte da Memória he igualmente interessante, porque nos descreve os males que costumão afligir os Bahianos e os socorros para os remediar”, critica métodos terapêuticos defendidos por José Lino Coutinho, que, para ele, estava influenciado por idéias brownianas, contrário ao uso de sangrias em alguns estados febris de certas doenças, além de defender que o clima da Bahia predispunha seus habitantes para febres.

Soares afirmou que no estudo da Etiologia das febres, recomendava-se internacionalmente as evacuações sanguíneas ou sangrias, citando médicos da época e seus estudos. Destacou que apesar das “luzes” do autor, estava convicto de que no começo das febres, muitas vezes, era conveniente aplicara a sangria, e que o tratamento estimulante que o Lino Coutinho prescrevia, seria contrário às observações de Anatomia Patológica, mais recentes da época, a verdadeira Etiologia das febres. Aconselhava José Lino Coutinho a mudar seu método terapêutico para febre. Evidenciamos que a discussão sobre os tratamentos para febre parece ter ocupado um lugar importante na medicina acadêmica, principalmente no que se refere ao uso das sangrias. Bomtempo, ao falar sobre as febres inflamatórias, alertava para a necessidade de utilizar *“a sangria administrada com prudência, quando há sintomas que a exigem, o que se*

marca pelo estado do pulso (...) Quando há indícios de “congestão na cabeça”, he indispensável a sangria, auxiliada com os remédios internos¹⁵⁶”, apontando que, em alguns casos, a sangria poderia ser fatal.

Nessa passagem apontamos para a permanência e grande utilização dos métodos de sangria. Sangradores tinham muita importância num contexto onde os tratamentos preconizados baseavam-se na prática de purificação dos humores pelas sangrias e, também, purgantes, eméticos e dietas, e tal evidência pode ser verificada tanto na sua forte presença entre terapeutas populares como nas discussões de dois cientistas.

Ainda em 1806, Joaquim Gomes de Figueiredo, Sargento do Regimento de Artilharia, foi ao Hospital Real Militar com um ferimento considerado muito grave. Por isso, o Cirurgião-Mor José Soares de Castro por prevenção colocou-o num estado de “debilidade”, através de sangrias e dietas¹⁵⁷.

Assim, apesar das constantes diferenciações e tentativas de controle e hierarquização, a medicina oficial era ainda bastante heterogênea e, constituída a partir de discussões, tensões, inexistindo um saber único e homogêneo. O saber que se formava, coexistia e dialogava com saberes ditos populares. Sangrias e uso de plantas medicinais, por exemplo, utilizados por diversos agentes servem para o estudo dessa dinâmica e diálogo.

O catálogo de plantas apresentado por José Lino Coutinho nos mostra a questão dos saberes populares incorporados à ciência médica e a importância econômica da flora. Sobre este catálogo, Freitas Soares afirma que é interessante não só para a

¹⁵⁶ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica, p. 17-18.

¹⁵⁷ Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço 435. Hospital Real Militar (1805-1818) *Apud* BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. *A Medicina Baiana nas Brumas do Passado*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002, p. 58.

medicina na Bahia, mas de toda a Europa, para onde poderiam ser enviadas mudas de plantas para serem aclimadas naquele continente. Tal passagem é indicativa desse processo de utilização dos conhecimentos sobre plantas medicinais pelos terapeutas acadêmicos e sobre ele afirmou-se que

Desta costa é o trabalho que hoje nos apresenta o Snr. Lino Coutinho, Medico, distincto, accerca da cidade de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, ao qual addicciona objectos de Policia Medica; huma relação das moléstias agudas e chronicas que mais atação os seus habitantes, com a descripção do seu méthodo therapeutico em geral, e com applicação a alguns casis (sic) particulares, e finalmente, hum cathalogo de plantas medicinaes que devem enriquecer a Materia Medica Bahiana, aproveitando-se para isto do que aprendera dos Curandeiros da Cidade e dos do interior do Certão, e igualmente do manuscrito de hum nosso jesuíta José de Anchieta, que escrevera sobre os remédios dos Índios, e outras coisas do Brazil.¹⁵⁸

Esse breve trecho de Soares nos indica uma aproximação dos conhecimentos acadêmicos oficiais e dos não oficiais e nos oferece a possibilidade de evidenciar a hipótese do contato da Medicina acadêmica com as práticas populares de cura. Além disso, permite ainda traçar um panorama sobre a ampla utilização das plantas medicinais no período, onde os métodos de tratamento e remédios eram os mesmos, com destaque para os de origem vegetal, com a valorização dos conhecimentos populares sobre as plantas nativas e as doenças.

Ainda sobre o tratamento para febres, encontramos na obra de Bomtempo diversas indicações de usos, concomitantemente aos compostos químicos como éther, mercúrio e ácido sulfúrico, de plantas medicinais, em diferentes estados, para tratar de

¹⁵⁸ SOARES, José Pinheiro de Freitas. *“Topographia Médica a Bahia- um comentário crítico”*. In: BURNS, E. Brandford. José Lino Coutinho e a Academia das Ciências- novos dados para a sua biografia. Salvador: Universitas 34, separata maio-dezembro, 1969.

tais moléstias. Como exemplos, citamos a prescrição pra o tratamento da febre maligna, que indicava

muita cautela, e prudência, administrando os eméticos como maior cuidado, e imediatamente recorrer aos incitantes, entre os quaes tem o primeiro lugar a Quina, dada em cozimento bem saturado, ou mesmo em substancia seo estomago a suportar, e for possivel recebe-la (...).¹⁵⁹

Na prescrição para a paralisia, o autor no aponta para a possibilidade de analisar a presença de saberes populares pelos terapeutas acadêmicos, afirmando que para tal moléstia era muito utilizada, com úteis e felizes resultados, a raiz de Guiné, a planta denominada *Petiveria tetrandia*, de uso tradicional indígena, muito utilizadas com úteis e felizes resultados. E, mais adiante, ao recomendar para a cólica nervosa o uso certo e infalível, da *Encassia*,

Casca de huma árvores própria de áfrica, e particularmente de angola; uzasse della relada, e reduzida a pó fino (...) he remedio por mim observado muitas vezes em África, e neste paiz: ignoro a natureza da arvores que o produz, pois que elle vem do interior do sertão, mas he conhecido o uso desta casca tanto em angola, como hoje mesmo neste Paiz: sendo a notar, qu em África o aplicção tambem como útil em cazo de haver suspeita de venenos.¹⁶⁰

Para bexigas, preconizava estimulantes, incitantes e plantas. Destacou também que, além disso, havia a inoculação das bexigas ”*qual não he tão vantajoza como a Vaccina, preservativo extraordinário que a Medicina prestou à sociedade (...) cujo methodo de o empregar he conhecido de todos os Práticos, assim como o da sua progressão*”¹⁶¹.

¹⁵⁹ José Maria Bomtempo. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica, p. 38. .

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 175.

¹⁶¹ Idem, ibidem, p.55.

O uso das plantas também aparece no relatório do Presidente da Província da Bahia, ao relatar, no ano de 1823, o seguinte:

A falta de medicamentos à par da epidemia de sezões, e outros males, que flagellam o Exercito, lembrou, como um dos sagrados deveres do Conselho, o estabelecimento da= Inspecção dos Hospitais e Deposito de medicamentos= na Villa de Cachoeira. O effeito mostrou o acerto d'esta medida. Exhausto, como se achava, o Recôncavo, que diariamente importava remédios da cidade, ainda assim no decurso de cinco mezes sahíram d'esta Repartição para o Exercito, e Pontos, o pedido em 22 Receitas, a saber 126 libras de quina em pó, 698 garrafas de vinho quinado, 119 libras de differentes unguentos, e grande quantidade d'azougue, tinturas, serpentaria, cânfora, e tantos outros objectos Pharmaceuticos, necessários ao prodigioso numero de doentes. A importância d'estes medicamentos, que constitue a despesa d'esta Repartição, não pode minguar de quatro contos de réis, segundo as contas do respectivo Inspector.¹⁶²

Ainda em 1823, remédios e listas com suas quantidades foram enviados ao Hospital Militar de São Francisco e outros locais onde havia tropas que lutavam na Guerra de Independência. Havia medicamentos muito variados, dentre os quais, raiz de genciana, macela, laudano líquido, vinho quinado, ácido sulfúrico diluído, semente de mostarda, óleo de amêndoas, semente de linhaça, emplastro de canela, canela em pó, sene, musgo islândico, álcool em garrafa, alfazema, carbonato de ferro, quina em pó, ópio puro, sementes de papoula e Ipecacuanha.¹⁶³

Diante desse panorama e à medida que o quadro das práticas de cura em Salvador no início do século XIX vai se traçando, uma questão mostra-se de grande

¹⁶² Relatório do Presidente da Província da Bahia. 1823. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u001/index.html>

¹⁶³BNRJ. Divisão de obras raras e Publicações. Seção de manuscritos. “*Lista de Remédios enviados ao Hospital Militar de S. Francisco aos Hospitais fixos e ambulantes do Exército Imperial e para a Brigada de Itapoan e Pirajá (1823)*”. A Ipecacuanha foi uma das plantas que mais aparecem na documentação. No século XVIII, Bernardo Antonio Gomes publicou estudos sobre ipecacuanha ou poaia.

relevância: de que maneira e através de quais agentes sociais os terapeutas acadêmicos fizeram essa aproximação com os conhecimentos sobre as plantas medicinais?

Assim, nos interessa analisar não só as evidências de que as plantas medicinais eram utilizadas pelos médicos, boticários e cirurgiões, por exemplo, além de curandeiros, parteiras e sangradores, mas, do mesmo modo, trazer à tona o processo de busca, contato, apropriação e utilização dos conhecimentos sobre as drogas naturais, destacando ser este um aspecto do estudo das artes de curar ainda pouco explorado.

Tânia Pimenta afirma que em relação à pesquisa de medicamentos, estudos foram realizados por ordem do Físico-Mor sobre plantas do Brasil e da Bahia, incluindo análises químicas e discussões sobre possíveis aplicações terapêuticas. A autora destaca que esse interesse em descobrir as qualidades medicinais de plantas nativas estava de acordo com o emprego que se fazia dos vegetais, utilizados majoritariamente na produção dos medicamentos na Europa e Portugal. Verifica-se a afirmação de Lopes, segundo a qual

Inspirado nas teorias fisiocráticas, a fometação estatal foi adotada como recurso tentativo para a preservação do sistema colonial em crise. É neste contexto, marcado, entre outros fatores, pelo declínio da mineração do ouro brasileiro, pela revalorização da política agrícola, pela necessidade de reagir à crise econômica dos últimos anos do consulado pombalino, pela crescente demanda de matérias primas cobradas pela Revolução Industrial e pelo enfrentamento da concorrência com os produtos antilhanos, que o interesse pela História Natural, particularmente a Botânica- relacionada à agricultura, medicina e química- se tornou uma preocupação explícita do governo português em relação às suas colônias e, particularmente o Brasil¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Margaret Lopes. Op. Cit, p. 29-30.

Neste contexto, onde botânica, exploração da natureza e medicina estavam inter-relacionados, retornaremos à trajetória e atividades de Antônio Moniz de Souza, acompanhando mais alguns os passos a seguir.

CAPÍTULO III

ANTÔNIO MONIZ DE SOUZA, O “*HOMEM DA NATUREZA*” BRASILEIRA

Antônio Moniz de Souza, após realizar anos de reconhecido trabalho juntos aos profissionais de saúde em Salvador, partiu para o Rio de Janeiro, onde chegou em 1828, passando antes por Campos dos Goitacazes. Lá chegando, continuou a realizar

atividades de observador e explorador da natureza, estando inclusive, ligado à instituições como o Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Em 1824, quando iniciou sua viagem rumo à Corte, Moniz percorreu a Bahia após a Independência em 1822, que se tornou Província a partir da primeira Constituição também de 1824¹⁶⁵. Sobre a divisão administrativa da Bahia julgamos necessário destacar alguns aspectos, uma vez que estes ajudam a entender os deslocamentos de Moniz na região e as interlocuções que teve com agentes do governo para realizar suas atividades.

Na segunda metade do século XVIII, as capitanias de Paraguaçu, Itaparica, Porto Seguro e Ilhéus foram incorporadas à Capitania Geral da Bahia, que no início do século XIX estava dividida em 6 comarcas: a da capital (Salvador e seu Recôncavo), a de Ilhéus, a de Porto Seguro, a de Jacobina (cobrindo a maior parte do Sertão), a de Sergipe del Rei e a do Espírito Santo, sendo as duas últimas capitanias subalternas. Cada Comarca era considerada uma divisão administrativa de caráter judiciário, colocada sob a jurisdição de um ouvidor, substituído, depois da Independência, por juízes de Direito. As comarcas podiam ainda abranger vários municípios e, em 1820, a pequena comarca de Sergipe tornou-se Capitania autônoma, e a capital foi substituída de São Cristóvão para o Porto de Aracaju.

Neste espaço, além de outras paragens pelo Brasil, circulou Souza. É importante destacar também que, desde 1820, passou a ser exigido no Brasil passaporte das pessoas que entravam e saíam do Brasil. Buscando-se a segurança, conservação da ordem pública e tranqüilidade do Reino, foi ordenado que

¹⁶⁵ Katia Mattoso. Op. Cit. A autora informa ainda que, inicialmente, foi denominada Capitania Geral da Bahia de Todos os Santos, sede do governo colonial português até 1763. Em 1815, com a transformação do Brasil em Reino Unido à Portugal e Algarves, havia 10 Capitanias-Gerais, e com elas passou a ser chamada de Capitania e, algumas vezes, já de Província, aleatoriamente. Em 1824, tornou-se oficialmente Província da Bahia, juntamente com mais 18 do Império.

nenhuma pessoa, seja nacional ou estrangeira, de qualquer classe ou condição que for, se permitirá que desembarque e possa entrar em parte alguma deste reino do Brazil, sem que venha munida e apresente o seu competente passaporte ou portaria, que verifique a sua qualidade, logar donde sahiu, e destino a que se dirige.” Determina adiante que de 1 de junho de 1821 em diante, toda pessoa que viesse de país estrangeiro para entrar no Reino “deverá trazer passaporte do meu Embaixador, Ministro ou Encarregado de Negócios, residente no paiz, donde ella vier, alem do passaporte da competente autoridade que permita a sua sahida.¹⁶⁶

Não encontramos ordens a respeito da circulação de nacionais no território brasileiro, porém, evidenciamos que Souza precisava de constantes autorizações para realizar suas atividades e se deslocar. Seguindo os passos de nosso viajante o encontramos na Vila de Porto Seguro, aonde chegou em abril de 1825, e “*se empregou a curar gratuitamente ao povo de huã grande peste que o assolava dependendo tambem de grassa os seos medicamentos (...)*”¹⁶⁷, e nas explorações dos reinos animal, vegetal e mineral.

Depois, passou pelo rio Jequitinhonha, pelo qual navegou até Minas Novas, localidade já em Minas Gerais. Nessa tarefa se ocupou por nove meses, depois dos quais finalmente entrou pelo rio de Vila Verde até o Distrito de Minas Novas, onde descobriu pedras preciosas de varias qualidades e ouro corrido. Neste local demorou um tempo, não registrado por ele, por causa de moléstia que adquire nas viagens, cansativas e perigosas¹⁶⁸.

Ainda em 1825, no Distrito de Minas Novas, apresentou-se como um descobridor de produtos importantes para a Nação, e alegava portar documentos que

¹⁶⁶ *Código Brasiliense*. Decreto de 2 de Dezembro de 1820.

¹⁶⁷ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025.

¹⁶⁸ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025.

comprovavam suas atividades. Requereu no local permissão para seguir seu trabalho pelo Distrito, sem que houvesse obstáculos às suas atividades. Na ocasião ressaltou também que os produtos recolhidos já haviam sido, em outras oportunidades, apresentadas ao Imperador¹⁶⁹.

Ao regressar de Minas Novas, Antônio Moniz de Souza, havendo feito descoberta de vários produtos considerados úteis ao Estado e interessantes à Nação, solicitou, na Vila de Porto Seguro, que eles fossem recolhidos e guardados nas Câmaras das Comarcas. Pediu que houvesse a máxima segurança possível na guarda dos produtos recolhidos em suas viagens e coletas, afim de, os transportar para o Rio de Janeiro, para que chegassem ao Imperador. Diante disso foi ordenado, em abril de 1826, que as referidas Câmaras que prestassem ao viajante todos os auxílios possíveis, a bem do progresso nacional, mas fazendo-se referência a necessidades de não onerar os cofres públicos para tal fim¹⁷⁰.

Não foi possível verificar com precisão se Souza realizava todas as suas viagens com acompanhantes, mas, algumas fontes indicam que sim, variando o número deles. Há registros de viagens onde parece ter havido somente a presença de José Marcelino da Silva como companheiro, e este foi um interlocutor para a aproximação com os povos indígenas, como mostra o trecho abaixo:

Diz a Cap-m Antonio Moniz de Souza, Viajante Publico e indagador das producoes da natureza nos trez Reinos Animal, vegetal e Mineral que lhe hé necessario que S.S. lhe attestem se elle, e seo ajudante Marcellino da Silveira, como lingoa do Gentio Botocudo em cujos trabalhos se emprega voluntaria e gratuita-m subirão por este rio acompanhando a força de vinte e hum homens offerecida p^a José Moniz Cordeiro pagos todos a sua custa em beneficio do Paiz, commandada por seo Irmão Francisco Moniz

¹⁶⁹ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos)
Localização: C-0008, 025.

¹⁷⁰ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos)
Localização: C-0008, 025.

Cordeiro, não só para descobrir as preciosidades q-e tivesse no dito rio, mas tão bem para no caso de encontrarem os Botocudos fazerem-lhes fallas e os reduzir as paz (...).¹⁷¹

A região possuía uma ampla variedade de produtos do reino vegetal, muitos dos quais eram considerados úteis à medicina, como raízes, cascas, óleos, resinas, gomas e essências. Havia também ouro e pedras preciosas que eram exploradas, e que alcançam nos mercados do Rio e da Europa elevados preços. Também havia os animais da floresta usados no comércio, como onça, lontra, gatos do mato, antas, veados, preguiças, dentre outros animais. Nesse ambiente, viviam os denominados Botocudos, povos que entraram em contato com expedições que passaram na região, incluindo, como evidenciamos, viagens realizadas por Antônio Moniz de Souza.¹⁷²

È importante ressaltar que no momento das viagens de Moniz, vivia-se um processo de combate aos Botocudos, iniciado pelo Príncipe D. João, no início do século XIX. A Carta Régia de D. João abriu caminho para uma luta contra aqueles povos indígenas que, no começo do século XIX, espalhavam-se pelos atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Justificou-se a declaração de guerra com base no argumento de que os índios eram antropófagos. Outro fator que deve ser destacado é a crise na mineração, que teria levado a um movimento de colonização para outras terras, seja para plantar ou procurar áreas mineradoras. Os índios ocupavam uma área importante desse território e as margens do Rio Doce, que era uma importante via navegável para se alcançar o Espírito Santo. Assim, esses fatores somados explicariam a decisão de combatê-los. A guerra durou muitos anos e só foi oficialmente revogada pelo

¹⁷¹ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos)
Localização: C-0008, 025.

¹⁷² Haruf Salmen Espindola. *Um olhar sobre a paisagem mineira no século XIX: os sertões são vários*. Disponível: <http://www.ichs.ufop.br/conifes/anais/CMS/ccms17.htm#1.2t>

governo regencial em 1831, mas os combates mais violentos se deram entre os anos de 1808 a 1824¹⁷³.

Esses povos da região eram os antigos aimorés ou crens (guerens), empurrados pela expansão dos colonos, se deslocaram de norte para sul, passando a ser conhecidos com a designação de *Botocudo*. Também ocorreu o avanço da mineração no século XVIII, pelos cursos dos rios Pardo e Jequitinhonha, e em decorrência da dizimação muitos deslocaram-se para o leste. No século XIX, ainda havia lutas e animosidades contra os Botocudos, mas também ocorreu o estabelecimento de relações amistosas com alguns de seus grupos no século XIX, na mesma época da forte presença de naturalistas estrangeiros na área¹⁷⁴. Vemos aqui, porém, que houve também a presença de viajantes nacionais, inseridos no contexto de políticas de Governo para a exploração da flora, e ao mesmo tempo, das políticas de controle aos povos indígenas.

Votando a questão das especificidades das viagens de Moniz, sabemos de uma realizada na companhia de várias pessoas. Uma Portaria de abril de 1827, da Vila de Alcobaça, autorizou Francisco Muniz Cordeiro a comandar vinte e um homens que acompanhavam Antonio Moniz de Souza na “entrada” que ele se propunha a fazer na região.

¹⁷³ MOREL, Marco Entrevista: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=2275>)

¹⁷⁴ Sobre o tema ver: Sonia de Almeida Mercato "*A repressão aos Botocudos em Minas Gerais*". Boletim do Museu do Índio, Etno-história 1. Rio de Janeiro: FUNAI, 1979. Charlotte Emmerich e Ruth Monserrat. "*Sobre os Aimorés, Krens e Botocudos. Notas Lingüísticas*". Boletim do Museu do Índio, Antropologia 3. Rio de Janeiro: FUNAI, 1975. Maria Hilda B. Paraiso. "*Os Botocudos e sua trajetória histórica*". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 413-430 e Marília Carvalho de Mello e Alvim. "*Diversidade Morfológica entre os índios 'Botocudos'*" do leste brasileiro (século XIX) e o 'Homem de Lagoa Santa'". Boletim do Museu Nacional, Antropologia 23. Rio de Janeiro, 1963.

Moniz havia apresentado uma outra Portaria, do Ouvidor Interino da Comarca, onde se requeria a soma de esforços para que a dita “entrada” fosse realizada com a correta participação de todos. Os que desobedecessem as ordens de Francisco Muniz Cordeiro, poderiam ser castigados segundo arbítrio dele, desde que suas ordens fossem aprovadas pelo Capitão Moniz, ou deveriam ser mandados de volta para serem castigados com as penas da lei.

Infelizmente o documento não traz informações sobre os participantes, como idade, função, formação e atividades realizadas, mas, mesmo assim, podemos considerar que esta foi uma expedição de grande porte realizada por Moniz. Isso indica que, de fato, ele destacou-se como um explorador da natureza e na sociedade do período realizou atividades tidas como importantes e reconhecidas pelo Estado.

É interessante notar também que sobre esta viagem, foi ressaltada a presença do denominado “*gentil bárbaro*” nas expedições. Sobre eles foi sugerido que houvesse um “cuidado” no decorrer de contatos e aproximações, sendo preciso fazer com que eles se “amansassem”. Se possível fosse, deveria-se conduzi-los até a Vila de Alcobaça, para que fossem batizados e vivessem sob a Religião Católica Romana e as leis do Império.¹⁷⁵ A Carta Régia de D. João, anteriormente citada, previa que índios pegos em combate poderiam ser escravizados por dez anos, prorrogados por mais dez. Isso ocorreu até a década de 1840, quando autoridades locais começaram a se posicionar contra essa escravização e forçaram os proprietários a libertar os índios que haviam sido aprisionados ainda na época de D. João.

Outro aspecto que notamos foi o de algumas semelhanças das viagens de Souza, com as realizadas por Frei Velloso, o mesmo que lhe deu as primeiras noções de Botânica, e que, tudo indica, influenciou em sua maneira de buscar as riquezas naturais.

¹⁷⁵ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025.

Sabemos que Frei Velloso trabalhou como missionário dos indígenas e colecionou “toda qualidade de plantas raras e todas as mais curiosidades pertencentes à História Natural” a pedido do Governador de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, a quem, posteriormente, enviava as coleções para Lisboa.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, as principais funções de Fr. Velloso se relacionavam às atividades missionárias de conversão de indígenas ao cristianismo e na administração de algumas aldeias que estavam sob administração da Ordem dos Franciscanos em São Paulo. Estas atividades ainda foram realizadas por Fr. Velloso durante a expedição Botânica por ele realizada, que culminou com a publicação da *Flora Fluminensis*.

A faceta missionária da Expedição Botânica lhe confere uma singularidade em relação às outras Viagens Filosóficas, pois além das estratégias de levantamento geográfico e das atividades científicas, esta viagem também tinha uma forte função religiosa, refletida em sua composição onde encontramos três religiosos. A participação destes franciscanos também traz alguns dados sobre a colaboração de religiosos nos estudos de história natural¹⁷⁶.

Em julho de 1827, Souza, denominado, na maior parte dos registros que encontramos sobre ele, de “*viajante publico e indagador das produções da natureza nos Reinos, Animal, Vegetal, e Mineral*”, estava na Vila de Caravelas, de onde pretendia seguir para a Corte do Rio de Janeiro, no intuito de apresentar ao Imperador D. Pedro I, o resultado dos seus descobrimentos. Para isso, porém requereu mais uma vez o auxílio do que chamou de “ânimos desejosos” do melhoramento e prosperidade da Província e de todo Império Brasileiro, para os quais utilizava seu trabalho.

¹⁷⁶ Ermelinda Pataca. Op. Cit.

Suplicou uma subscrição, ou seja, ajuda de custeamento, que conseguiu, para a viagem até seu desembarque e para as necessidades que tivesse¹⁷⁷. Em agosto do mesmo ano, foi ordenado a todas as Câmaras da Comarca que elas apresentassem a atestação das viagens de Moniz, do valor do seu trabalho e que lhe prestassem todos os auxílios de que necessitava um viajante. Mas, ressaltou-se novamente que tais “ajudas” não deveriam prejudicar os cofres nacionais.

Vemos, desse modo, que Moniz foi auxiliado por cidadãos e autoridades, e necessitava para sua locomoção de constantes autorizações e apresentação de documentos nas Câmaras locais e órgãos policiais¹⁷⁸. Em 1828, pediu-se mais uma vez que não houvesse “ *empedimento algum ao livre transito de Antonio Munis de Souza que vai desta V^a por terra à Corte do Rio de Janeiro levando em sua companhia Jose Marcelino da Silveira*”¹⁷⁹. Silveira aparece como seu auxiliar nos trabalhos de observação e coleta dos produtos.

Depois de quatro anos, finalmente Moniz de Souza chegou ao Rio de Janeiro, onde foi bem recebido por membros da elite imperial, que valorizaram seu trabalho. Tornou-se popular entre estudantes da Corte, por revelar a realidade sertaneja, e foi apelidado de “*O Homem da Natureza*” e, ainda, de “*Filósofo da Natureza brasileira*”¹⁸⁰.

Não pudemos identificar precisamente quais setores ou agentes da elite imperial estabeleceram relações e foram interlocutores a Moniz, nem tampouco identificar de quais cursos eram esses alunos, apesar de considerar que possivelmente foram alunos de

¹⁷⁷ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025.

¹⁷⁸ Magaret Lopes. Op. Cit. Havia a entrega dos materiais coletados, mediante um recibo, para qualquer autoridade, que se incumbiria de enviá-los para o Museu. Nas atividades desenvolvidas, Lopes salienta que muitos viajantes nacionais não encontravam apoio das autoridades locais.

¹⁷⁹ Antônio Moniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025.

¹⁸⁰ Esboço da vida do autor desta obra, apelidado por seus amigos: O Homem as natureza brasileira. In: Antônio Moniz de Souza. *Viagens e observações de um brasileiro*. Salvador: IGHB, 2000, p. 49.

cursos como Medicina e História Natural. Mas o certo é que realmente Moniz teve o reconhecimento de seu trabalho, uma vez que, depois de chegar à Corte, foram publicadas as suas obras, hoje por nós conhecidas.

Ressalta-se que logo após sua chegada, a Câmara promoveu subscrição para impressão de suas descobertas, consideradas interessantes¹⁸¹. Além disso, os exemplares coletados durante três décadas de trabalho foram oferecidos ao Museu Nacional¹⁸² do Rio de Janeiro.

3.1. As contribuições de Antônio Moniz no contexto científico da época

Em 1819, foi reimpressa a obra: *“Instrução para os viajantes e empregados nas Colônias, sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objetos de História Natural. Rio de Janeiro. Imprensa Régia, 1819.”*, que expressa o ideal de funcionamento do Museu Real, depois denominado Imperial e, por fim, Nacional. A obra proporcionou a viabilização das finalidades do Museu, que eram propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais no Brasil¹⁸³. Através do estudo do seu funcionamento, evidenciamos a presença no desenvolvimento científico brasileiro dos viajantes do século XIX, dentre eles Antônio Moniz de Souza.

O Museu divulgou o ideal de “Museu Universal”, apoiado em gabinetes de história natural locais, intercâmbios com outras nações, em trabalhos de naturalistas

¹⁸¹ Id. Ibid, p. 49-50.

¹⁸² Maria Margaret Lopes. Op. Cit. O Museu Real do Rio de Janeiro foi criado por decreto de 06/06/1818, cinco anos após a extinção, em 1813, dos cargos de um Museu já existente na Corte, que era a antiga Casa dos Pássaros ou casa de história natural, criada em 1794 e por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou produtos naturais e adornos indígenas para enviar para Lisboa.

¹⁸³ Id, Ibid.

empregados para este fim e em laboratório químico utilizado para o conhecimento de produtos naturais¹⁸⁴. A bem do desenvolvimento científico brasileiro,

Os governadores de cada Província deveriam organizar duas coleções completas de todos os produtos de sua região, enumerando igualmente as séries, das quais uma seria remetida para o Rio de Janeiro e a outra depositada em um Gabinete de história natural local, que reuniria apenas os produtos de cada região.¹⁸⁵

Depois que recebesse os produtos, o Museu do Rio deveria organizar um catálogo que servisse de inventário geral, que depois seria remetido também para as Províncias. Havia também a preocupação com intercâmbio com produtos de outros países e para o trabalho de suprimento de produtos a serem expostos, analisados e utilizados em diferentes áreas, como na medicina. Neste caso, os viajantes naturalistas desempenharam um papel relevante.

A Instrução para os viajantes continha os nomes de naturalistas nacionais e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento das ciências naturais, e dos que estavam a serviço do país e que poderiam ser consultados nas localidades em que se encontravam para auxiliar no envio de produtos para o Museu ou para o Jardim Botânico. Dentre eles foram citados: Manuel Ferreira da Câmara, Sebastião Navarro de Andrade (lembremos que foi ele o primeiro examinador dos produtos recolhidos por Moniz na Bahia), João da Silva Feijó, Frei José da Costa Azevedo, Frei Leandro do Sacramento, Francisco Vieira Goulart, José Vieira Couto, Pedro Pereira Vieira de Sena, José Caetano de Barros, Sellow, Freyreiss, Scott, Pohl, Auguste de Saint-Hilaire, Martius e Langsdorff¹⁸⁶.

¹⁸⁴ Id, Ibid, p. 45.

¹⁸⁵ Id. Ibid, p. 45.

¹⁸⁶ Id. Ibid, p. 47.

No desempenho dessas atividades, os naturalistas contaram com o auxílio e proteção imperiais. Viajantes e naturalistas estrangeiros foram subvencionados pelo Governo Imperial para coletar produtos naturais para o Museu, além de levarem amostras para seus países de origem. Sobre essa questão, Ilka Leite ressalta que, os viajantes do início do século XIX organizaram os dados de suas viagens por métodos científicos da época, tendo objetivos políticos e econômicos presentes nas expedições. Havia vínculos entre os naturalistas tanto com os governos dos seus países de origem, que, muitas vezes, os financiavam, tanto quanto com os agentes do governo do Brasil, nos períodos colonial e imperial¹⁸⁷.

Inserido nesse contexto, Antônio Moniz de Souza também atuou estabelecendo relações com governantes e autoridades e, ano de 1825, enviou, após recolher na viagem que passou pelo rio Jequitinhonha, pelo menos 64 exemplares de produtos naturais. Eles teriam sido entregues em várias repartições, mas só chegaram ao Museu em 1829. Encaixotados por quatro anos, *“sobraram apenas alguns produtos botânicos e algumas pedras, tendo sido perdida a maioria dos produtos devido ao caruncho que reduziu tudo á pó e ás baratas”*¹⁸⁸.

Os resultados dos estudos que Moniz foram publicados na obra *“Viagens e observações de um Brasileiro que desejando ser útil à sua pátria se dedicou a estudar os usos e costumes de seus patrícios, e os três reinos da natureza, em vários lugares e sertões do Brasil, oferecidos á nação brasileira”*, planejada para ser apresentada em dois tomos. Em 1834, foi publicado no Rio de Janeiro *o Tomo I*¹⁸⁹, que pode ser considerado como uma importante fonte sobre o interior do Brasil nas primeiras

¹⁸⁷ LEITE, Ilka B. *Antropologia da viagem. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

¹⁸⁸ Maria Margaret Lopes. Op. Cit, p. 63.

¹⁸⁹ No final deste volume há um anexo intitulado *“Breve notícia sobre a revolução do Brasil, por serem estes lugares os que tenho viajado desde a época da constituição, sobre o que descrevo o que tenho observado e ouvido dizer, etc.”*.

décadas do século XIX, contendo os relatos de suas viagens pelos sertões da Bahia e pela província do Rio de Janeiro.

O Tomo II da obra denomina-se *“Descobertas curiosas, que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões de brasílicas províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento e princípios de sua educação. Oferecidas ao Augusto Chefe da Nação brasileira, o Sr. D. Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil¹⁹⁰”*, publicada em 1824, apresentando *“um repertório de utilidade de vários produtos da natureza, escrito em homenagem a Pedro I”¹⁹¹*.

Mesmo sendo cronologicamente o primeiro, o Tomo II permaneceu inédito até 1946, quando foi publicado. No Tomo I, há ênfase na sociedade do interior, a defesa da agricultura e dos pequenos lavradores como base da nação. Este Tomo possui forte espírito de crítica social onde o autor denuncia o banditismo, opressão contra as mulheres, arbitrariedade nas práticas militares, corrupção dos juízes, ociosidade da elite, falta de cuidados com os animais e a terra e a falta de atenção das autoridades com os pequenos agricultores dos interiores do Brasil. Vale lembrar que a agricultura estava inserida nas preocupações científicas do período e, certamente, foi objeto de discussão dos naturalistas.

A crítica ambiental foi um tema recorrente nos escritos de Moniz, onde a ênfase maior foi contra os caçadores e o extrativismo predatório, além da existência de lavouras que destruíam as matas, que estariam desaparecendo por essas ações. Afirmou que *“os estragos que se têm feito em suas florestas à vista e face dos encarregados da sua felicidade e que não curam da sua boa administração”¹⁹²*.

¹⁹⁰ Este Tomo foi publicado pela Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), em 1946.

¹⁹¹ José Augusto Pádua. Op. Cit, p. 189.

¹⁹² Antônio M. de Souza, *Viagens e Observações de um Brasileiro*, p. 100.

Os males da agricultura e o atraso econômico decorrente deles foram discutidos desde os tempos pombalinos e considerados como uma questão de Estado, com preocupações acerca dos métodos de uso do solo e dos agricultores, muitos vistos como “indolentes”¹⁹³. Em 1830, o presidente da província da Bahia alertava para a necessidade de considera-se a agricultura como um bem público, que deveria ser sempre “protegido”¹⁹⁴.

Apresentando-se como um patriota interessado no destino do país, as reflexões de Souza parecem seguir a linha de outros teóricos do período que se dedicaram ao estudo do tema. José Augusto Pádua¹⁹⁵ analisou a discussão ambiental e as idéias sobre o destino do Brasil nos séculos XVIII e XIX, através da produção de 50 autores, com 150 textos produzidos, e entre eles os de Antônio Moniz de Souza.

Pádua procurou evidenciar nessa discussão a importância da natureza e seus produtos na construção de identidade no Brasil do período. Para ele, esse tipo de pensamento estava profundamente enraizado no ideário Iluminista herdado do século XVIII, onde meio ambiente e recursos naturais constituíam fontes de progresso e deveriam ser utilizados de forma racional e cuidados, por causa do seu potencial econômico. Assim, a natureza era vista como um objeto político, um recurso essencial para o avanço social e econômico do país.

No Brasil, a problemática ambiental e da natureza teria sido discutida majoritariamente por indivíduos nascidos no país, membros da elite local, educados na Europa. Assim, nesse contexto, o viajante brasileiro Moniz de Souza pode ser registrado como uma exceção. Além disso, para Pádua, “*na literatura dos viajantes estrangeiros,*

¹⁹³ LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas, Editora da Unicamp, 2001

¹⁹⁴ Falla do Presidente da Província da Bahia. 1830. Em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u235/index.html>

¹⁹⁵ José Augusto Pádua. Op. Cit.

especialmente os que percorreram o Brasil no século XIX, é possível encontrar interessantes reflexões sobre os usos destrutivos do mundo natural”¹⁹⁶, mas falta nesse relatos a dimensão de compromisso nacional ou local, o que pode ser encontrado nas observações de Souza.

O pesquisador Jorge Nascimento estudando as primeiras manifestações de pesquisa científica em Sergipe identificou o trabalho de Antônio Moniz de Souza, que no ano de 1818 viajou pelo local, pesquisando e observando as espécies vegetais, e cujo trabalho é considerado pelo autor como de um pioneiro naturalista brasileiro.

Influenciado pelo Frei José Mariano da Conceição Velloso, Moniz de Souza teria adotado um modo de fazer ciência que deve ser compreendido como próprio do tipo de pesquisa científica no mundo ocidental durante a primeira metade do século XIX. Contribuindo para o fomento da história da ciência, o autor ressalta que a maior parte da bibliografia sobre o assunto produzida no Brasil *“prioriza o período republicano e ao fazê-lo escamoteia a importância que teve esse debate durante o século XIX em todo o país e, particularmente, na região Nordeste”*¹⁹⁷.

No tomo II da obra, há um catálogo de ervas, resinas, drogas, plantas e raízes, com seus usos terapêuticos, relatos sobre a infância do autor e sobre o contato com os povos que observou, em especial, os indígenas. Sobre ele ressaltamos é um importante fonte histórica e há uma relevante contribuição para o estudo da medicina do período, uma vez que *“foram 193 espécies catalogadas (...) mais da metade delas era desconhecida pelos pesquisadores em 1854, quando foi publicado o “Sistema de Matéria Médica Vegetal”¹⁹⁸, de Martius e Spix, estudado 30 anos antes.*

¹⁹⁶ Id, Ibid, p. 20.

¹⁹⁷ NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *“Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX”*. Sergipe: Revista da Fapese, vol. I, 2005, p. 8.

¹⁹⁸ Id. Ibid, p. 17.

Segundo os editores da edição de 1834, o jornal “*O Censor Brasileiro*”, de 24 de junho de 1828, noticiou sobre as atividades realizadas por Souza, afirmando que

As grandes potências da Europa têm gasto avultadas somas em expedições científicas para exploração das imensas regiões do Brasil, e descobertas das suas inumeráveis riquezas nos três reinos animal, vegetal e mineral. (...), M. M. Langsdorff, S. Hilaire, Spix, Martius, Príncipe de Newoitt, e outros muitos fizeram (...) e revelaram ao mundo, e ao mesmo Brasil, tesouros até então desconhecidos. (...) Eis que hoje aparece um nacional brasileiro, o qual sem outro socorro, do que insignificantes subscrições, sem outro estudo, que uma atenção incansável em observar os produtos, e fenômenos da natureza (...) realiza resultados iguais àqueles (...).¹⁹⁹ .

Moniz afirmou ter realizado essas atividades gratuitamente, considerando como um serviço feito à pátria. Sobre seu trabalho faz uma interessante avaliação, uma vez que mesmo tendo sido reconhecido como um botânico, afirmou não ser filósofo naturalista:

Não sou botânico, nem tenho, como levo dito, luz alguma de ciências estudadas, sei apenas retratar mal compostos caracteres do nosso alfabeto (...) Esta infelicidade me tem desviado de marchas com passos vantajosos em benefício do meu semelhante, e da pátria²⁰⁰.

Para Pádua, mesmo um autor “*dotado de biografia tão inusitada, apartado da formação intelectual da elite, acabou por apresentar elementos semelhantes aos que demarcaram o ideário básico daquela tradição intelectual.*”²⁰¹ Outras obras conhecidas suas são: “*Petição dirigida a SMI*”, Jornal Philantropo, Rio de Janeiro, 1850, e “*Tratamento da Morfêia pela casca da raiz de Sucupira*”, no Correio Sergipense, 8 de agosto de 1855.

¹⁹⁹ Antônio M. de Souza, *Viagens e Observações de um Brasileiro*, p. 33.

²⁰⁰ Id. Ibid, p. 48.

²⁰¹ José Augusto Pádua. Op. Cit, p. 193-194.

Sendo o mais “rústico” dos críticos ambientais da época, foi o único que se credenciou socialmente como um “*homem da Natureza*”, atuando de forma independente e revelando ao público urbano a realidade dos sertões por onde passou, com ênfase no sentido político e econômico da importância da natureza.

Para Pádua, o estilo de Moniz de Souza apresentou uma interessante combinação de moralista popular, analista social e viajante, motivado pela retidão, amor à natureza e compreensão de sua realidade. Esse moralismo aparece de forma mais contundente em sua obra “*Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, o “homem da natureza” em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo. Niterói. 1843.*”, onde apresenta regras de conduta para viajantes e cidadãos e preconiza a importância da conservação da flora e das matas para as gerações seguintes, assim como o reconhecimento da utilidade das plantas.

Isso contraria a idéia do historiador Warren Dean, para quem depois do desaparecimento da geração dos naturalistas formados por Vandelli, sobreviviam tão-somente alguns eruditos não-especializados como Francisco Freire Alemão, faltando organizações suficientemente fortes para empreender operações de vulto e mantê-las firmemente durante muito tempo²⁰². Assim, apesar da historiografia registrar frequentemente as expedições estrangeiras nos oitocentos, é relevante considerar a importância do trabalho de Moniz, as relações que estabelecia, a repercussão de seu trabalho e aplicação prática do resultado de suas atividades.

De acordo com a indicação das fontes, conseguimos seguir ainda por alguns anos os passos do nosso viajante, após sua chegada ao Rio de Janeiro. Em 11 de Julho de 1829, foi prorrogada por mais seis meses a licença concedida a Antônio Moniz

²⁰² Warren Dean. Op. Cit.

a fim de viajar por todo o Imperio para continuar nos trabalhos de suas indagações sobre os productos dos tres Reinos da Natureza: E manda que todas as Authoridades a quem elle apresentar os ditos productos, os recebão, e remetam à Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio, para passarem ao Museu Imperial e Nacional desta Corte²⁰³.

E, em 31 de Julho de 1841, a Comissão de Minas e Bosques afirmou que Antonio Muniz de Souza, cidadão brasileiro, realizou durante quarenta anos trabalhos e sacrifícios feitos à bem do país e da humanidade, para descobrir e colher as inúmeras riquezas naturais, obtendo como resultado mais de trezentas espécies de plantas, das quais propagou pelo seu país e forneceu quantidades aos estrangeiros “curiosos”, incluindo um grande número de espécies medicinais, cujas virtudes haviam sido verificadas pelos médicos e botânicos mais abalizados do Império.

Moniz formou coleções dos mais variados e preciosos produtos dos três reinos da natureza, fornecidos à Capitães Gerais da Bahia, de Sergipe, Presidente da Junta Provisória das Alagoas, ao Museu, Jardim Botânico e outros, e teve como testemunha de seu trabalho nacionais e estrangeiros e, especialmente, o dos diretores do Museu Nacional

Ele continuou atuando pelo menos até a década de 40 do século XIX, uma vez que para encerrar a carreira e seus trabalhos solicitou ano de 1841 o privilégio de exploração das minas na Comarca de Porto Seguro na Província da Bahia.²⁰⁴ O próprio Moniz salienta que não fazia questão de recompensas momentâneas, se considerava remunerado por seus concidadãos por estrangeiros, através da grande quantidade de plantas, entre indígenas e exóticas que por seus esforços tinha feito plantas no Novo e Velho Mundo entre muitas nações, onde existiam os Museus ricos em produtos por ele

²⁰³ Antônio Moniz de Souza. *Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos)*
Localização: C-0008, 025.

²⁰⁴ Antônio Moniz de Souza. *Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos)*
Localização: C-0008, 025.

colhidos, como nos do Brasil, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Portugal, Alemanha. Salienta ainda a ajuda que prestou a Medicina²⁰⁵.

Um contemporâneo anônimo de Souza, ao escrever o prefácio de uma obra sua, publicada em 1843²⁰⁶, enfatizou a alegria de fazê-lo, afirmando que o autor já tinha desempenhado uma tarefa salutar de investigações pelo interior do Brasil, para a publicação de 1833 do que chamou de “*Peregrinações*”.

Suas reflexões foram tidas como as de um homem, que, se entranhando pelas matas, presenciou as maravilhas da natureza, e que praticando o que escreveu, reconheceu por necessidade aquilo que fez por experiência, recebendo de seus compatriotas o título de *Homem da Natureza*. As viagens foram consideradas interessantes pela naturalidade do estilo, novidade dos encontros e generosidade de coração de *Peregrino*. Porém, este título teria sido o único sinal de gratidão que obteve de seus patrícios.

O próprio Souza adverte no início da obra sobre as motivações que, para ele, um viajante deveria ter, ressaltando a paciência, constância e perseverança. A religião e a Lei deveriam ser os guias, o bem público o interesse principal. Em qualquer país deveria ficar longe dos tumultos e jogos políticos. É interessante nos atermos mais detidamente sobre a questão da política e das viagens, pois Souza propõe aos viajantes o afastamento da política, porém, como ficou evidenciado por sua própria trajetória, natureza, viagens, exploração e poder público estiveram estritamente ligados. Ele ainda salienta que

²⁰⁵ BNRJ. Antônio M. de Souza *Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza...* Localização: 84,4,48

²⁰⁶ BNRJ. Antônio M. de Souza *Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza...* Localização: 84,4,48

O viajante deve em primeiro lugar, logo que chegar a qualquer paiz tratar de render cultos, primeiro a Deos poderoso, no seu templo e depois visitar as Casas de Caridade, Misericordia e Cadeas (...). Nestas casas deve o viajante levar a consolação aos infelizes, a medicina e todos os socorros aos enfermos, e empenhar as suas forças e valimento para livrar os innocentes injustamente encarcerados (...) Para bem preencher essa missão deve de portar-se sisudo, singelo, de carater firme, e independente, tratando verdade e subtrahindo-se a impostura e mentira”²⁰⁷.

Aqui, vemos que a idéia de um serviço útil e caridoso, associada ao caráter religioso expresso no trecho acima, também era revelado pelos médicos do período, que entendiam, muitas vezes, os serviços que prestavam como formas de assistência e caridade aos enfermos e estariam, pois, como profissionais da saúde e detentores de saberes especializados, “obrigados” a utilizar seus conhecimentos para o bem das pessoas.

Outro ponto a ressaltar é que Moniz vivenciou conjunturas diferentes ao longo de seu trabalho como naturalista. Primeiro percorrendo o Brasil ainda Unido a Portugal e, depois, a Nação já independente. Sobre isso, afirmou que o Governo português foi mais vantajoso ao Brasil. Segundo Souza, ao chegar no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1828, depois de longas digressões, atravessando imensas cordilheiras, rios caudalosos, por entre os selvagens e recolhendo preciosas riquezas, atestadas por seus contemporâneos, foi se apresentar ao Ministro do Império no mês de maio de 1828, e lá não teria sido bem recebido. Nas palavras do próprio Souza,

Elle olhou para mim com negra e extranhavel indifferença e eu olhei para elle como hum ente nullo na ordem da creação, admirando-me de que da sua pessoa podesse depender a noite de alguns milhões de homens! Aonde havia eu achar acolhimento?

²⁰⁷ BNRJ. Antônio M. de Souza *Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza...* Localização: 84,4,48.

Nos Ministros estrangeiros (!! a quem fui apresentado por meus amigos estrangeiros , comos quaes tinha amizade d'es d'a Bahia, elles admirarão a minha viagem, e me fornecerão substancia, e recursos para continuar nas minhas viagens, e da mesma forma contribuirão os benemeritos Fluminenses, logo que forão me conhecendo.(...) ²⁰⁸.

Depois de chegar à Corte, viveu entre os fluminenses, de quem recebeu favores, assim como de estrangeiros. Tendo como exceção o governo do Conde dos Arcos, afirmou ter recebido dos outros governos indiferença quanto a seu trabalho, que tratavam “*com desprezo os productos do paiz, que ainda estão por descobrir, ou não bem verificada sua utilidade; apreciando só o dinheiro contado dos enormes impostos*” ²⁰⁹

Moniz casou-se com D. Maria Firmina de Abreu Rangel, em 1840, e viveu em Niterói até seu falecimento, em 1857. A obra de 1843 foi colocada por ele como a despedida para seus numerosos amigos e benfeitores, que acompanharam sua longa jornada pelos caminhos da natureza brasileira.

Para Lopes, a transferência da Corte foi, por uma lado, uma ruptura com o Antigo Regime, e, por outro, a única possibilidade de continuar projetos políticos, culturais e científicos em curso. As autoridades portuguesas nas primeiras décadas do século XIX continuaram os projetos acerca da natureza brasileira e não houve nenhuma ruptura no processo de adesão à ciência moderna. O que teria mudado foi a conjuntura onde as novas instituições brasileiras foram criadas, porém com escassos recursos ²¹⁰.

Isso também se aplica ao período pós-independência, onde também circularam pessoas, bens e informações, numa tentativa de criar condições para a formação e

²⁰⁸ BNRJ. Antônio M. de Souza *Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza...* Localização: 84,4,48.

²⁰⁹ BNRJ. Antônio M. de Souza *Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza...* Localização: 84,4,48.

²¹⁰ Maria Margaret Lopes. Op. Cit, p. 38-40.

manutenção do império brasileiro. Ainda que não nos aprofundemos em tais questões, podemos evidenciar no estudo da trajetória e atividades de Antônio Moniz, a idéia de nacionalidade, ainda que iniciante, que fazia parte do início do século XIX, contexto em que viveu.

Raquel Fonseca afirma que os cientistas, enquanto um grupo social, compreenderam o papel do conhecimento científico, como um poderoso instrumento de desenvolvimento da sociedade, influenciados pelas idéias iluministas de utilidade da ciência, racionalismo, ecletismo e uso de procedimentos experimentais. A saúde e sua promoção, por sua vez, foram compreendidas como conhecimentos úteis e mereceram a atenção dos ilustrados. E, através da prática dos cientistas nacionais, *“afirmava-se (...) a plena capacidade dos brasileiros de pensar, produzir e gerar recursos pra seu próprio benefício (...)”*²¹¹.

²¹¹FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Luzes da Ciência na Corte Americana. Observações sobre o periódico “O Patriota”. Rio de Janeiro: *Anais do Museu Histórico Nacional*. Volume XXXI. 1999, p. 100.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho, evidenciamos importantes aspectos sobre os usos e saberes de plantas medicinais, a partir dos relatos do viajante Antônio Moniz de Souza. Com isso, nos foi possível percorrer questões sobre a ciência, Ilustração e práticas de cura no Brasil e, mais especificamente, na Bahia.

Das considerações traçadas ao longo do texto, a partir da análise das fontes, podemos entender que, no início do século XIX, registra-se um tipo específico de relação entre governo, médicos de formação acadêmica e terapeutas populares. Os documentos avaliados mostram que a regulamentação das práticas de cura ocorreu num momento de presença marcante dos terapeutas populares e de seus conhecimentos em vários espaços, incluindo os saberes sobre plantas medicinais. Presença objetiva, através dos sangradores, parteiras, dentistas e outros, que exerciam cotidianamente a cura, ou através da utilização de mesmas terapêuticas, e remédios utilizados por agentes com formação das instituições de medicina.

No início do século XIX, podemos observar que há o que pode ser chamado de medicina oficial, ainda que heterogênea e com conflitos, mas diferentemente do que se observará nas décadas seguintes, principalmente após as fundações das faculdades de Medicina no Brasil, questões como o reduzido número de médicos, cirurgiões e boticários e a ampla utilização de agentes não acadêmicos de cura, propiciaram a formação de um quadro bem específico, inserido ainda no contexto da investigação e uso das plantas medicinais.

Com os relatos de Antônio Moniz de Souza, podemos refletir sobre interação dos saberes e menor demarcação de fronteiras entre eles. A medicina acadêmica, com seus múltiplos sujeitos, relações e conflitos, principalmente quando de sua consolidação, ao longo do século XIX, cada vez mais desautorizou os praticantes populares de cura e suas terapêuticas, mas incorporou conhecimentos e usos dessas camadas populares, embora com o embasamento do discurso científico. Acreditamos que isso pode ser verificado pela incorporação de plantas medicinais nas discussões científicas e em seu uso na prática médica oficial.

Deste modo, através da interação e apropriação dos saberes sobre plantas medicinais, fomentou-se um saber médico importante e peculiar, nos levando a possibilidade de não limitar as redes de conhecimento estabelecidas por diferentes agentes sociais e trazer a tona vivências, experiências e saberes ainda ocultos ou pouco explorados.

Podemos, assim, ir além da concepção de que o ensino médico apenas foi *“prático e rudimentar a princípio, quando limitado à anatomia e à Cirurgia, tornou-se essencialmente teórico, livresco, nas academias e faculdades”*²¹², adotando sistema e teorias médicas atrasadas, alguns já ultrapassados na Europa, somando-se à poucos

²¹² Lycurgo Santos Filho. *História da Medicina...*, p. 10.

meios materiais, econômicos necessários a pesquisa, experimentação, verificação, instalações e aparelhagens nas escolas.

Outro caminho, igualmente instigante foi apontado pelo estudo sobre as ações de exploração e utilização da flora, sobretudo com as atividades realizadas pelos naturalistas. Evidenciou-se que assim como na esfera da medicina, o Estado esteve diretamente ligado à essas questões.

Ao contrário da idéia de que historicamente condicionado pelas imposições locais e pela tradição cultural portuguesa, o Brasil não teria apresentado, até o início do século XIX, manifestações significativas a favor do advento e desenvolvimento da ciência moderna, o país esteve inserido na busca pelo reconhecimento de suas riquezas naturais.

A independência e a política econômica liberal continuaram com as ações já há décadas adotadas de usos comercial e terapêutico de materiais botânicos, que apresentaram para nós o significado de verdadeiras riquezas no período estudado.

Pelo estudo da trajetória de Moniz, foi possível verificar uma maneira, pela qual, as plantas medicinais e os conhecimentos sobre seus usos circularam entre agentes de saúde e, evidenciar que suas atividades foram importantes para a formação de uma farmacopéia brasileira, e baiana na primeira metade do século XIX.

Este é um tema rico e complexo, que envolve diferentes aspectos e fornece ao pesquisador de várias áreas do conhecimento, possibilidades de análise. Aqui tratamos apenas de algumas questões, e muitas lacunas não foram preenchidas, porém, pretendemos fazer isto em futuros “mergulhos” na história desses usos e saberes no Brasil.

FONTES

IMPRESSAS:

Centro de Estudos Baianos (CEB):

BICHAT, Xavier. *Observações fysiológicas sobre a vida e a morte, obtidas pela indagação dos fenomenos da economia animal*. Bahia, 1816, Typografia de Manoel Antônio da Silva Serva. Terceira edição, traduzida do francês por Manoel José Estrella, lente de Fysiologia no Real Cillégio Médico-Cirúrgico.

BOMTEMPO, José Maria. *Compendios de Medicina Pratica feitos por ordem de sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, Médico da sua Real Câmara*. Rio de Janeiro. 1815. Regia Officina Typografica.

SOARES, José Pinheiro de Freitas. “*Topographia Médica a Bahia- um comentário crítico*”. In: BURNS, E. Brandford. José Lino Coutinho e a Academia das Ciências- novos dados para a sua biografia. Salvador: Universitas 34, separata maio-dezembro, 1969. CEB

Código Brasiliense, ou collecção das leis, alvarás, decretos, cartas régias, etc., promulgadas no Brasil desde a feliz chegada do Príncipe Regentes..., com índice

cronológico, 1808-1822. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1811-1822. 3 volumes.
CEB

SPIX, J. B. von & MARTIUS, Carl F. P. *Viagem pelo Brasil*, 1817-1820. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

Instituto Histórico e Geográfico Baiano (IHGB):

SOUZA, Antônio Moniz de. *Viagens e Observações de um Brasileiro*. Tomo I. 3ª edição. Salvador: IGHB, 2000. IHGB

_____ *Descobertas curiosas, que nos reinos vegetal, animal e mineral, por sítios e sertões de brasílicas províncias: Bahia, Sergipe e Alagoas fez o capitão Antônio Moniz de Souza e Oliveira, natural da primeira, com uma breve descrição primordial do lugar do nascimento e princípios de sua educação. Oferecidas ao Augusto Chefe da Nação brasileira, o Sr. D. Pedro Primeiro, Imperador e Defensor Perpétuo do Brasil*. Salvador: RIGHB nº 73, 1945. IHGB

VILHENA, Luís dos santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ):

SOUZA, Antônio Moniz de. “*Máximas e pensamentos praticados por Antônio Moniz de Souza, O Homem da Natureza, natural da província de Sergipe Del’Rei, em suas viagens pelos sertões do Brasil desde 1812 até 1840. Publicados por um amigo seu*” Nictheroy, *Typographia nictheroyense de M. G. de S. Rego, 1843*”. Localização: 84,4,48.

CEDIG-UFBA

Jornais:

Jornal Idade D’Ouro do Brazil: Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro de 1811.
Outubro, Novembro de 1811.

MANUSCRITAS:

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ):

Antônio Muniz de Souza. Requerimentos encaminhados ao Ministério do Império. (20 documentos) Localização: C-0008, 025

Divisão de Manuscritos e Obras raras. *Determinação régia criando em todas as capitais uma cadeira de história natural e, no Rio de Janeiro, o curso de filosofia, o Colégio Geral de Medicina e a Academia de Ciências Naturais. 1812. II-30,33,006 n°001*

Divisão de manuscritos e obras raras. *Aviso dirigido ao governador da Bahia, Francisco da Cunha e Meneses acerca do estabelecimento de um jardim botânico, em que se cultivem as plantas da capitania, e da remessa de sementes das plantas de todos os distritos da mesma capitania para o jardim botânico de Lisboa. I-31,30,106*

Divisão de manuscritos e obras raras *Aviso dirigido aos governadores interinos da Bahia, participando ordem do príncipe regente de que seja enviada uma coleção de sementes de todas as plantas da capitania, para que se possa publicar uma flora completa e geral do Brasil .I-31, 30, 105.*

Divisão de obras raras e Publicações. Seção de manuscritos. *“Lista de Remédios enviados ao Hospital Militar de S. Francisco aos Hospitais fixos e ambulantes do Exército Imperial e para a Brigada de Itapoan e Pirajá (1823).*

Abaixo Assinado dos moradores da Freguesia da Santissima Trindade, termo da Vila de Santo Antonio de Sá, à S.M.I., em favor de Joaquim Gonçalves Crespo, para que pudesse curar por meio de ervas. Freguesia da Santissima Trindade, 14 de nov, 1824. Seção de Manuscritos. Localização: I-47,19,16.

Arquivo Municipal de Salvador (AMS):

Livro de Licenças de Cirurgiões 1818-1828. (Livro de Registro das Licenças prorrogadas concedidas aos Cirurgiões no qual se registrarão igualmente os seus exames).

Livro de Exame de Cirurgia e Sangria 1825-1828. (Livro 2º para Termos de Exames de Cirurgia, Sangria e Parteiras e Dentistas).

Posturas Municipais. 1829. Livro 119.5

APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial. Maço 435. Hospital Real Militar (1805-1818) *Apud* BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. *A Medicina Baiana nas Brumas do Passado.* Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

APEB. Presidência da Província – Militares – 1826-1827 – Seção de Arquivo Colonial e Provincial – maço 3737 *Apud* BRITTO, Antônio Carlos Nogueira Por dentro do Hospital Militar da Bahia no ano de 1827 Disponível em: <http://www.medicina.ufba.br/historia.htm>. Acesso em 14/07/2006

INTERNET:

Relatório do Presidente da Província da Bahia. 1823. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u001/index.html> Acesso em 15/05/2007

Falla do Presidente da Província da Bahia. 1828. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u002/000001.html> Acesso em 15/05/2007

Falla do Presidente da Província da Bahia. 1830. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u235/index.html> Acesso em 15/05/2007

BRITTO, Antonio Carlos Nogueira. *Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1815-1832)*

-----*Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1816)*

-----*Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1817)*

-----*Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1818)*

-----*Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1819)*

-----*Memória Histórica do Colégio Médico-Cirúrgico da Cidade da Bahia (1820)*

Disponíveis em: <http://www.medicina.ufba.br/historia.htm>. Acesso em 23/05/2007

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sérgio Muricy de. *Cônego José Benigno de Carvalho: imaginário e ciência na Bahia do século XIX*. Salvador: UFBA, 2003. (Dissertação de Mestrado).

AUGEL, Moema Parente. *Visitantes estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Salvador: UFBA, 1975. (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, Maria Renilda e ARAS, Lina Maria B. de. “*Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia*” *História, Ciências e Saúde- Manguinhos*, vol. 10 (1), 2003.

BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX*. Salvador (1832-1889). Salvador: UFBA, 2000. (Dissertação de Mestrado).

----- *A medicina luso-brasileira. Instituições, médicos e populações enfermas em Salvador e Lisboa. (1808–1851)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005. (Tese de Doutorado).

BELLUZZO, Ana Maria. *O Brasil dos viajantes. Volume II: Um lugar no Universo*. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BRITTO, Antônio Carlos Nogueira. *A Medicina Baiana nas Brumas do passado. Séculos XIX e XX: aspectos inéditos*. Salvador: Contexto e Arte Editorial, 2002.

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BURNS, E. Brandford. *José Lino Coutinho e a Academia das Ciências- novos dados para a sua biografia*. Salvador: Universitas 34, separata maio-dezembro, 1969.

CAMARGO, Maria Thereza de Arruda. *Sagrado e profano no universo mágico religioso das plantas rituais afro-brasileiras*. XXIII Encontro Cultural de Laranjeiras/SE, 1999.

Disponível em: <http://www.aguaforte.com/herbarium/sagradoprofanoconf.html>

-----Breve estudo da influência portuguesa na medicina popular do Brasil desde seu descobrimento. Jornada de Estudos Medievais Aracaju, janeiro de 2000.

Disponível em: <http://www.aguaforte.com/herbarium/influenciaportuguesa.html>

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, Henrique. *Filtros, mezinhas e triacas*. São Paulo: Xamã, 1994.

CHALHOUB, Sidney et al. (org). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de História Social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

COSTA, Ana Paula Pereira. *Trajetórias e Carreiras Militares no Contexto do Império Português: Promoções e Conflitos nos Atos Eleitorais para Postos dos Corpos de Ordenanças. Comarca de Vila Rica, 1735-1777*. Revista Espaço Acadêmico, n. 68. Janeiro/2007.

Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/068/68costa.htm>

CUNHA, Maria Clementina P. *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002

DEAN, Warren. *A Botânica e a Política Imperial: Introdução e adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial*. Instituto de estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/iea/artigos/deanbotanicaimperial.pdf>

DIAS, Olívia Biasin. *Falla-se Todas as Línguas: Hospedagem, Serviços e Atrativos para os Viajantes Estrangeiros na Bahia Oitocentista*. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2007. (Dissertação de Mestrado).

DI STASI, Luiz Cláudio, *Plantas Mediciniais: Arte e Ciência. Um Guia de Estudo Interdisciplinar*. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

FIGUEIRÔA, S.F. de M.; SILVA, C.P. da e PATACA, E. M.: “Aspectos mineralógicos da “Viagens Filosóficas” pelo território brasileiro na transição do século XVIII para o século XIX.” História, Ciências e Saúde - Manguinhos, vol. 11(3), set-dez. 2004.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. *Luzes da Ciência na Corte Americana. Observações sobre o periódico “O Patriota”*. Rio de Janeiro: Anais do Museu Histórico Nacional. Volume XXXI. 1999.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

-----*Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

GOMES, Ordival Cassiano. *História da Medicina no Brasil no século XVI*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de História da Medicina, 1974.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003. (Dissertação de mestrado).

HERSON, Bella. *Cristãos-Novos e seus descendentes na medicina brasileira. (1500/1850)*. São Paulo: EDUSP, 1996.

KURY, Lorelai. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)." *História, Ciências e Saúde - Manguinhos*, vol. 11 (suplemento 1), 2004.

JESUS, Nauk Maria de. *Saúde e Doença: Práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)*. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Cuiabá, 2001. Dissertação de Mestrado.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. *A Bahia e o Prata no Primeiro Reinado: Comércio, recrutamento e Guerra Cisplatina*. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em História. Salvador, 2005. (Dissertação de Mestrado).

LEITE, Ilka B. *Antropologia da viagem. Escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de Viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em Boiões: Medicinas e Boticários no Brasil Setecentista*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MELLO, Cristiane Figueiredo Pagano de. *Os Corpos de Ordenanças e Auxiliares. Sobre as relações militares e Políticas na América Portuguesa* *Revista História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR.

MIRANDA, Carlos Alberto Cunha. *A Arte de curar nos tempos da Colônia: Limites e espaços de cura*. Recife: Fundação Cultural Cidade do Recife, 2004.

MATTOSO, Katia M. de Queirós. Bahia, Século XIX: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. “Anotações sobre a botânica em Sergipe durante a primeira metade do século XIX”. Sergipe: Revista da Fapese, vol. I, 2005.

NOGUEIRA, André. *E se diz o dito negro que é feiticeiro e curador: a união entre o natural e o sobrenatural na saúde e na doença das gerais do século XVIII*. Revista Outros Tempos, Vol. 3, p. 60-75.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição. Pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

PATACA, Ermelinda Moutinho. *Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)* Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. 2006. (Tese de Doutorado).

PAULA, Sergio Góes de. *Um inventário pioneiro de biografias para os historiadores das ciências*. História, Ciências e Saúde- Manguinhos, vol.5, no.1. Rio de Janeiro. Mar./Jun 1998.

PIMENTA, Tânia Salgado. “Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos”. História, Ciências e Saúde- Manguinhos, volume 11 (suplemento 1), 2004.

----- *Artes de Curar: um estudo a partir dos documentos da Fisiatura-mor no Brasil no começo do século XIX*. São Paulo: Unicamp, 1997. (Dissertação de Mestrado).

PINTO, Olivério M. de Oliveira. *Sobre a posição da Bahia na fase pioneira da investigação naturalística*. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nº 82.

RIBEIRO, Márcia Moisés. *A Ciência dos Trópicos. A Arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROCHA, Yuri Tavares e CAVALHEIRO, Felisberto. *Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo*. Revista Brasileira de Botânica, n 4, São Paulo, dezembro de 2001. p.577-586

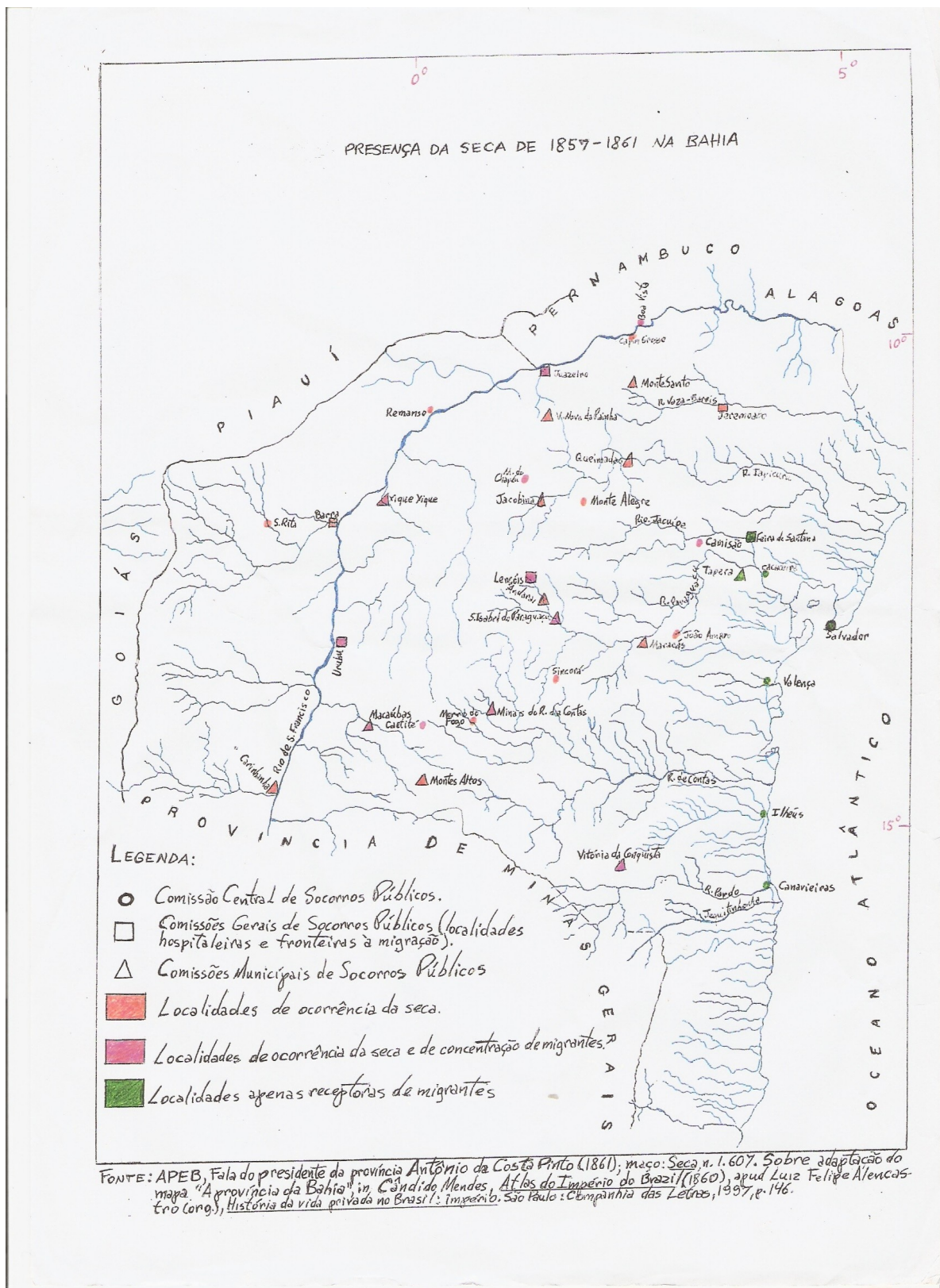
SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

SANTOS FILHO, Lycurgo. *História Geral da Medicina Brasileira. Vols I e II*. São Paulo: Hucitec, 1991.

SOARES, Márcio de Souza. “Cirurgiões Negros: saberes africanos sobre o corpo e as doenças nas ruas do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX”. Revista Locus, volume 8, nº 2, 2002.

- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Cia das Letras, 1983.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- VARELA, A.G.; LOPES, M.M. e FONSECA, M. R. F. da: “*As atividades do Filósofo natural José Bonifácio de Andrada e Silva em sua “fase portuguesa” (1780-1819)*” *História, Ciência e Saúde - Manguinhos*, vol.11 (3), set-dez. 2004.
- VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Programa de Pós-Graduação em História das Ciências. 2007. (Tese de Doutorado).
- VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim (Crônicas de Costumes)*. Bahia: Itapuã, 1973.
- VIGARELLO, Georges. *História das práticas de saúde*. Lisboa: Editoria Notícias, 2001.
- WEGNAR, Robert. “*Livros do Arco do cego no Brasil colonial*”. *História, Ciências e Saúde- Manguinhos*, vol. 11 (1), 2004.

ANEXO: MAPA DA BAHIA



Fonte: GONÇALVES, Graciela Rodrigues . *As secas na Bahia do século XIX (sociedade e política)*. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, 2000. Dissertação de Mestrado.